Heitor Megale
Sílvio de Almeida Toledo Neto
Phablo Roberto Marchis Fachin

POR RUMOS DA AGULHA

DOCUMENTOS DO OURO DO SÉCULO XVIII

Série Diachronica

POR RUMOS DA AGULHA

DOCUMENTOS DO OURO DO SÉCULO XVIII

Série Diachronica 7

Coordenação da Série Diachronica
Sílvio de Almeida Toledo Neto
Phablo Roberto Marchis Fachin

- Volume 1:** Carta de Caminha
CAMBRAIA, César Nardelli,
CUNHA, Antônio Geraldo da,
MEGALE, Heitor
- Volume 2:** E os preços eram commodos
BERLINCK, Rosane de Andrade
GUEDES, Marymarcia
- Volume 3:** Cartas Baianas Setecentistas
LOBO, Tânia (org.)
FERREIRA, Perminio Souza
GONÇALVES, Uilton
OLIVEIRA, Klebson
- Volume 4:** Por minha Letra e Sinal
MEGALE, Heitor
TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida
- Volume 5:** Descaminhos e dificuldades: leitura de
Manuscritos do século XVIII
FACHIN, Phablo Roberto Marchis
- Volume 6:** Caminhando mato dentro
MEGALE, Heitor
TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida
FACHIN, Phablo Roberto Marchis

Heitor Megale
Sílvio de Almeida Toledo Neto
Phablo Roberto Marchis Fachin

POR RUMOS DA AGULHA

DOCUMENTOS DO OURO DO SÉCULO XVIII

Edição dos manuscritos por
Andrea Hitos Ferreira
Cláudia Damião Lopes de Almeida Silveira
Elisabete Massami Nishi
Elizângela Nivardo Dias
Heitor Megale
Keila Makarovsky Galvão
Lia Carolina Prado Alves Mariotto
Maria Célia Lima-Hernandes
Paula Held Lombardi Araujo
Phablo Roberto Marchis Fachin
Renata Ferreira Costa
Renata Ferreira Munhoz
Sílvio de Almeida Toledo Neto
Vanessa Martins do Monte

editora cubo
soluções para o universo acadêmico

São Carlos, SP
2015

Copyright © 2012 by
Heitor Megale
Sílvio de Almeida Toledo Neto
Phablo Roberto Marchis Fachin

Revisão de Texto:

Amanda Valeira de Oliveira Monteiro - Ana Claudia de Ataíde Almeida Mota
Ana Claudia Zatorre dos Santos - Elizângela Nivardo Dias
Heitor Megale - Maria Fernanda Brito Resende - Phablo Roberto Marchis Fachin
Renata Ferreira Munhoz - Renata Ferreira Costa - Sílvio de Almeida Toledo Neto
Vanessa Martins do Monte

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Por rumos da agulha : documentos do ouro do Século XVIII /
Heitor Megale, Sílvio de Almeida Toledo Neto, Phablo Roberto
Marchis Fachin, (org.) . -- São Carlos, SP : Editora Cubo,
2015. -- (Série diachronica ; v. 7 / coordenadores Heitor
Megale. [et. al.])

ISBN 978-85-60064-64-9

1. Brasil - História - Ciclo do ouro 2. Filologia
3. Manuscritos - Brasil 4. Paleografia 5. Português - Brasil -
História 6. Português - Transcrição 7. Português escrito -
História I. Megale, Heitor. II. Toledo Neto, Sílvio de Almeida.
III. Fachin, Phablo Roberto Marchis. IV. Série.

15-10117

CDD-469.800981

Índices para catálogo sistemático:

1. Língua portuguesa : Português escrito : Brasil : História :
Século 18 : Linguística aplicada 469.800981

Apoio

CAPÍTULO IV
Edição Modernizada

DOI: 10.4322/978-85-60064-64-9_05

(01) 16-03-1701

Senhor

Diz o Marquês de Cascais, donatário das terras de São Paulo e São Vicente do Estado do Brasil, que é necessário mandar um libelo ao procurador da fazenda da repartição do Conselho Ultramarino, pela dízima dos quintos do ouro que tem saído das ditas suas terras, desde o tempo em que Vossa Majestade foi servido confirmar que lhe pertencem, em virtude da sua doação e foral.

Pede a Vossa Majestade que faça a mercê de conceder alvará para ser o dito procurador da fazenda da repartição do Conselho Ultramarino citado para a dita causa.

Espera receber mercê

Haja vista o procurador da fazenda.

Lisboa, 16 de março de 1701.

A questão que intenta mover o senhor Marquês de Cascais pertence ao juízo da Coroa na forma da Ordenação, livro 1, título 9, e assim sobre dízimas, posto que delas tenhamos feito mercê a algumas pessoas e não me toca a sua defesa, como em outra petição já tenho dito.

Não há o que deferir, vista a forma da lei.

Lisboa, 20 de junho de 1701.

(02) 19-04-1702

*Regimento do superintendente guarda-mor
e mais oficiais das minas do ouro de São Paulo*

Eu, El Rei, faço saber aos que este meu regimento virem que, por quanto para a boa direção e governo da gente que trabalha nas minas que há nos sertões do Brasil, a que mando assistir os ministros deputados; sendo para eles necessário que tenham Regimento lhes mandei dar um na forma seguinte:

1. O superintendente procurará saber com todo o cuidado se há discórdias entre os ministros ou outras pessoas que assistem nas ditas minas, de que resultem perturbações entre aquelas gentes, e porá toda a diligência em resolvê-las e, caso lhe pareça necessário, mandar prender alguma ou

algumas das pessoas que forem mentores de semelhantes desordens o fará, e não as soltará sem primeiro fazerem termo de não se entenderem um com outro e, tendo alguém cometido culpa pela mereça maior castigo, como for direito.

2. Chegando às Minas, deve o dito superintendente examinar logo os ribeiros que estão descobertos, a riqueza deles, e se a pinta é geral, e depois de ter feito este exame, saberá se estão muito distantes uns dos outros e, no caso em que as distâncias sejam de sorte que a guarda-mor não possa as repartir, assistindo a todas as repartições, nomeará guardas-menores para haverem de ir fazê-las naquela parte que lhe for ordenado, guardando as ordens que para isso lhes forem dadas.

3. E havendo alguma dúvida entre os ministros sobre a medição das datas, entendendo pertencer-lhe maior testa, querendo entrar pelas datas dos vizinhos, recorrerão ao superintendente ou guarda-mor, a quem estiver mais perto, que lhe mande novamente medir as datas que lhe foram dadas para que cada um fique com a que lhe toca; e eles lha mandarão medir, no caso em que seja necessário, por não estar a primeira medição feita com clareza.

4. E porque muitas vezes tem sucedido esbulhar algum poderoso a um pobre, ou miserável, em parte da sua data, por achá-la com pinta rica, por convir muito conservar a cada um o que lhe pertence, quando isto suceda, recorrerá o esbulhado ao superintendente para que, ouvidas as partes, e inteirado de viva voz do esbulho que se lhe fez, o fará restituir; e quando não possa em presença das partes logo averiguar aquela questão, ele admitirá o esbulho a justificar o tal esbulho, e justificado o fará restituir à sua data, e tendo já lavrado algumas braças de terra do esbulhado, lhe fará restituir toda a perda e dano que nisso lhe tiver dado, que se liquidará pelo rendimento das braças da mesma data, dando-se ao esbulhado pelas braças que lhe tocarem outro tanto, como importarem outras tantas braças que lavar da mesma data; com pena de esbulho se lhe fará satisfazer isso que se liquidar em dobro.

5. O superintendente, assim que tomar conhecimento dos ribeiros, ordenará ao guarda-mor que faça medir o comprimento deles para saber as

braças que têm efeito; saberá as pessoas que estão presentes, e os negros que cada um tem, tomando informações disso, e ordenará ao guarda-mor faça a repartição das datas, dando em primeiro lugar data à pessoa que descobriu o ribeiro, a qual lhe há de dar na parte que ele apontar, e logo repartirá outra data para a minha Fazenda no mais bem parado do dito ribeiro, e ao descobridor dará logo outra data, como lavrador, em outra qualquer parte donde ele apontar, por convir que os descobridores sejam em tudo favorecidos e esta mercê os anime a fazerem muitos descobrimentos. E no caso em que um descobridor descubra quatro ribeiros, no último se lhe darão duas datas, duas como descobridor e duas como lavrador, com declaração, porém, de que as duas que de novo lhe concederem, serão tiradas por sorte, como neste capítulo vai determinado se dêem aos lavradores, e as demais datas o guarda-mor repartirá regulando-se pelos escravos que cada um tiver e, chegando a doze escravos, ou daí para cima, fará repartição de uma data de trinta braças, conforme o estilo e àquelas pessoas que não chegarem a ter doze escravos, serão repartidas duas braças e meia por escravo para que igualmente fiquem todos logrando da mercê que lhes faço, e para que não haja queixa, nem dos pobres, nem dos ricos por dizerem que na repartição houve dolo, repartindo-se melhor sítio a uns que a outros, por amizade ou respeito. O guarda-mor mandará fazer tantos escritos, quantas forem as pessoas com quem se houver de repartir, e com o nome de cada um os deitará a um vaso embaralhados; mandará tirar cada um dos escritos, por um menino de menor idade, que se achar; ao primeiro que sair lhe assinará sua data logo na que se seguir à que, na forma deste capítulo, se tiver dado ao descobridor, como lavrador, e pela mesma ordem se irá seguindo às demais que forem saindo. Nas datas de cada um, as pessoas porão marcos para que não possa vir em dúvida da parte que lhe foi assinada, e também se porão marcos na que tocar à minha Fazenda.

6. E porque muitas vezes sucede levarem os descobridores em sua companhia pessoas que os ajudam a descobrir os ribeiros, e por haver muita gente com quem repartir as datas, ficam de fora as pessoas que as ajudaram a descobrir, e por respeitos se reportem a outros, ordeno que as pessoas que acompanharem ao dito descobridor entrem na repartição do tal

ribeiro com as datas que lhe tocar. (Revogado).

7. E porque é muito prejudicial repartirem-se aos poderosos em cada ribeiro que se descobre sua data, ficando por esta causa muitos pobres sem ela, e sucede ordinariamente por não poderem lavrar tantas datas venderem-nas aos pobres, ou estarem muito tempo por lavrar, o que não é somente em prejuízo dos meus vassalos, mas também dos meus quintos, pois podendo tirar, logo se afastam sem lavrarem as ditas datas, havendo ficado muitos de meus vassalos sem elas; por evitar essa injustiça, se não dará segunda data a pessoa alguma sem terem lavrado a primeira; estando, porém, todos os mineiros acomodados, havendo mais terra para repartir e não se atender aos que tiverem mais negros, porque sendo mais dos doze pertencentes à primeira data, será feita com ele a repartição na forma do capítulo 5.º deste regimento, dando-se duas braças e meia a cada negro, e constando também ao guarda-mor que cada um dos mineiros tem lavrado a sua data, aquele que a tiver lavrado, havendo terra para repartir, a repartirá novamente com ele na forma como fica dito.

8. E no caso em que algum dos mineiros não principie a lavrar, dentro de quarenta dias, as datas que lhe forem dadas, o superintendente ordenará ao guarda-mor que, com o escrivão das minas, veja as ditas datas e, achando-as intactas, fará termo de como estavam intactas, o qual termo assinará o guarda-mor, com as testemunhas que se acharem presentes, que sempre serão ao menos duas, e ouvida a parte por contestação somente as julgará por perdidas para a minha Fazenda, e havendo denunciante se lhe dará a terça parte, e as partes que ficarem para a minha Fazenda, se desfrutarão na forma das que lhe forem repartidas; advertindo, porém, que poderá muitas vezes suceder pararem com a lavra das minas, ou não as principiarem a lavrar por estarem muito distantes, em tal caso lhe não tirarão as ditas datas por devolutas, e o mesmo se entenderá se deixar de lavrar por inverno da falta dos mantimentos, ou saúde.

9. E porque, pelo regimento da minha Fazenda, é proibido se interessem nela os ministros, e oficiais dela, como também os da justiça, pelos prejuízos que disso se seguirão, ordeno que nenhum dos ministros ou oficiais deputados para a administração das ditas minas, ou outro de

qualquer proeminência que seja, possa, por si ou por interposta pessoa, haver data nas ditas minas, nem ter nelas outro interesse mais que o salário ordenado neste regimento e o que o contrário fizer perderá o posto, lugar ou ofício que tiver, e será condenado no que importar o rendimento da data o interesse que tiver em tresdobro para a minha Fazenda, e havendo denunciante se lhes dará a terça parte, e o superintendente, ou guarda-mor que tal data der, ou repartir, perderá o ofício, e pagará o rendimento em dobro aplicado na forma acima dita, e havendo interposta pessoa terá a mesma pena imposta ao guarda-mor, o qual não sabendo da interposição e conluio, será dele relevado e fazendo algum dos ditos ministros, ou oficiais da praça com o mineiro a quem for repartida data, haverá um e outro as penas contidas na Ordenação, Livro 5.º título 71 parágrafo 6, e se tiverem praçaria pagando cada um dos praceiros todo o rendimento da data com perda do porto, lugar ou ofício que tiverem. (Revogado).

10. E porque é justo que o superintendente, guarda-mor e seus oficiais tenham comodamente de que vivam, segundo a qualidade do lugar, e trabalho de suas ocupações, terá o superintendente, de ordenado em cada ano, três mil e quinhentos cruzados, o guarda-mor, dois mil cruzados, o meirinho, e o escrivão da superintendência, quinhentos cruzados cada um, e sendo necessário, em alguma ocasião, fazer-se algum guarda menor, se lhe dará de ordenado mil cruzados cada ano e, no caso que este seja feito por tempo limitado, vencerá o ordenado proporcionalmente ao tempo que servir a respeito dos ditos mil cruzados, e porque estes ordenados os devem pagar os mineiros, pois a respeito da sua conservação e utilidade fui servido criar estes ofícios, cada uma das pessoas a quem se repartir datas dará para os salários dos ditos oficiais a décima parte do preço pelo qual se arrematar a data que pertencia à minha Fazenda, porque sendo a data em menor quantidade, a conta se fará a respeito das braças, para que assim fiquem todos contribuindo igualmente. (Revogado).

11. Sou informado de que algumas pessoas vendem as datas que lhes foram repartidas, a fim de as ter em melhor ribeiro, o que é contra a igualdade com que as mando repartir para todos os meus vassalos. Mando que nenhuma pessoa possa vender nem comprar semelhantes datas, mas

que todos desfrutem as que lhe forem repartidas como acima fica ordenado, e fazendo o contrário, o comprador seja condenado no rendimento que tiver da dita data, e o vendedor, em outro tanto, tudo aplicado na forma acima dita no capítulo 9.º, porém, no caso em que for repartida alguma data, a quem a não possa desfrutar por lhe falecerem, ou faltarem os escravos que tinha; nesse caso a poderá vender, fazendo antes carta ao superintendente com a causa que tem para fazer a dita venda, o qual lhe concederá licença para o poder fazer, porém, não lhe dará nova data, nem o guarda-mor lhe repartirá sem lhe constar ter novos escravos com que a desfrute.

12. E sucedendo fazerem-se alguns descobrimentos em partes muito remotas das em que assistir o superintendente ou o guarda-mor, o descobridor o fará logo saber ao superintendente para que mande o guarda-mor fazer repartição das datas na forma que lhe é ordenada, e não podendo o guarda-mor ir fazer à dita repartição, nomeará o superintendente um guarda-mor que a vá fazer e, nunca em nenhum caso, poderão os descobridores fazer a repartição em outra forma, e não dando os descobridores a dita parte ao superintendente, ocultando o tal descobrimento, não se lhe dará data alguma, antes as que se lhe haviam de dar, se darão a pessoa que dela tratar, o tal descobrimento que se tinha ocultado.

13. O guarda-mor terá um livro rubricado pelo superintendente, em que fará assento de cada um dos ribeiros que se descobrirem com título à parte do dia, mês e ano em que se descobriu, do dia em que se repartiram as datas, fazendo-se declaração das pessoas a quem se repartiram braças da terra que se deram a cada um, confrontações e marcos que se lhe puseram e de tudo fará fazer termo em que assinará o guarda-mor e cada um dos mineiros a que se repartir a data.

14. E porque muitas pessoas da Bahia, ou daquele distrito trazem, ou mandam gados para se venderem nas minas, de que se pode seguir os descaminhos de meus quintos, porque com o que se vende é o troco de ouro em pó, toda aquela quantia se há de desencaminhar, e porque esta matéria é de tão danosas consequências, é preciso que neste particular haja toda cautela, pelo que ordeno ao superintendente e guarda-mor ou menor, ou outro qualquer oficial que, tendo notícia de que tem chegado algum

gado às minas, faça logo notificar a pessoa, ou pessoas que o trouxeram para que venham dar entrada das cabeças de gado que trazem e, ocultando algumas, pagarão o seu valor anoveado, e serão presos e castigados com as penas impostas aos que desencaminham minha Fazenda, o que tudo se lhe declara quando os notificarem para darem entrada; e o superintendente saberá o preço por que vendem o dito gado para, conforme a isso, se cobrarem quintos de ouro que se lhe dê em pagamento, não se fazendo este em ouro já quintado, e esta cobrança fará o superintendente com o seu escrivão que fará termo em um livro que para isso terá rubricado pelo dito superintendente, em que se fará declaração dos quintos que se cobram, de que pessoa, donde é natural, o qual termo assinará o dito superintendente com a pessoa que pagar os ditos quintos e se lhe lerá antes que o assine, e não permitirá o dito superintendente que para aquelas partes se introduzam negro, porque se deve praticar inviolavelmente a proibição e taxa que tenho ordenado para que, só pelo Rio de Janeiro, possam entrar os tais negros na forma que tenho mandado.

15. E no caso em que os ditos vendedores de gado digam que querem vir pagar os quintos aos oficiais de São Paulo ou Taubaté, em tal caso, os deixarão vir, tomando-lhe antes fiança de como hão pagar os ditos quintos nos ditos officios, ou a qual fiança se lhe somará segura e abonada naquela quantia que importarem os quintos que deve pagar, e o fiador não será desobrigado dela, sem mostrar como a pessoa fiada tem pago os ditos quintos, e não dando a dita fiança, quintará, como fica ordenado no capítulo precedente.

16. Pode também succeder que algumas pessoas que assistem naquelas partes das minas, por seu negócio particular, queiram ir buscar gado aos currais do distrito da Bahia, levando ouro em pó para o comprarem e registrarão e pagarão os quintos que deverem; se lhe darão as arrecadações necessárias, e achando-se sem elas, todo o ouro que levarem será confiscado para a minha Fazenda, e da arrecadação dos ditos quintos e do ouro que levam se fará termo e dele se lhe dará a guia em que se declare a quantidade do ouro que leva, e de como fica quintado.

17. Nenhuma pessoa do distrito da Bahia poderá levar às minas,

pelo caminho do sertão, outras fazendas ou gênero que não sejam gado, e querendo trazer outras fazendas as naveguem pela Barra do Rio de Janeiro, e as poderão conduzir por Taubaté, ou São Paulo, como fazem os mais, para que se evite o levarem ouro em pó, e eles ficam fazendo o seu negócio, como fazem os mais vassalos. O superintendente e o guarda-mor terão muito cuidado em lançar fora das minas todas as pessoas que nelas não forem necessárias; pois estas só servem para desencaminhar os quintos e gastar os mantimentos dos que lá deles precisam, como também não consentirá nelas outras pessoas que viessem do distrito da Bahia pelo sertão com outras fazendas que não for gado.

18. Descobrimdo-se ribeiros, sucede pedirem os descobridores dias para o exame deles, o que procuram com dolo a fim de os minerar e escalar e, depois de terem tirado o precioso, dão conta ao superintendente, ou guarda-mor, com o que a minha Fazenda e os meus vassalos ficam prejudicados. Por evitar este descaminho, o superintendente lhe concederá só oito dias para exame e, caso exceda o tempo concedido, perderá as datas que devia ter naquele ribeiro como descobridor e como lavrador; porém, se o ribeiro for muito dilatado, e as catas muito fundas parecendo ao superintendente que não se poderá fazer o exame em tão poucos dias, ficará à sua escolha conceder-lhe os que lhe parecerem convenientes.

19. Como sucede que os ribeiros são tão ricos, que a sua riqueza entra muitas braças pela terra dentro, havendo pessoas que tenham ficado sem data, pedindo-a nas sobrequadras, se lhe repartirá na mesma forma que tenho disposto no capítulo 5.º. No caso, porém, em que todos estejam acomodados com datas; e acabando de lavar a data que lhe tomou por ter notícia de que alguma data das repartidas a outras pessoas é de pinta rica, e por isso pedir se lhe dê a sobrequadra dela, em tal caso, se lhe não dará, porque ela pertence ao que lavrou ou está lavrando a tal data, cuja sobrequadra se pede.

20. Descobrimdo-se algum ribeiro em que, por razão da muita gente que há com quem se repartir as datas, não possam estas ter naquele tamanho em que se tem mandado repartir; em tal caso o superintendente ordenará ao guarda-mor que faça a repartição conforme os negros que cada

um tiver, e ele a fará com tal igualdade, que fiquem todos satisfeitos, ou sejam pobres, ou poderosos, ainda que para isso seja necessário fazer a medição por palmos, mas sempre a repartição se fará em qualquer forma que seja, disposta por sorte, neste regimento.

21. O superintendente terá muito cuidado de examinar se nas minas assistem ourives, ou algum outro oficial que faça fundição de ouro ou exercite o ofício de ourives e, sabendo os que andam nas ditas minas, lhes fará tomar todo o ouro que tiverem, e será aplicado à minha Fazenda, e o mesmo fará achando-se ouro em seu poder, ainda que seja de partes, e os fará expulsar das ditas minas para que não tornem mais aos lugares em que se fabricarem as minas, e o mesmo se observará com os moradores que têm ourives escravos seus nas ditas minas.

22. E porquanto se deve ter nas datas que pertencem à minha Fazenda toda a boa arrecadação, e a experiência tem mostrado os vários descaminhos que têm havido neste particular, a que é preciso acudir com remédio, mando ao superintendente que ponha na praça as datas que pertencerem à minha Fazenda para se arrematarem a quem mais der, e andarão em pregão nove dias, e o escrivão tomará os lances que cada um lhes der e ao mesmo tempo mandará por todas as partes circunvizinhas por donde se minerar pôr também as ditas datas em pregão, para que venha a notícia a todos que puderem dar lances nelas e procurará que todos possam livremente dar lances nas ditas datas, sem respeito algum aos poderosos, que fará castigar como merecerem, no caso em que, por algum modo, impeçam aos lançadores que quiserem lançar nas ditas datas, fazendo sobre isso os autos que lhe parecerem necessários, e no caso que não haja lançadores que lancem preço equivalente nas ditas datas, o superintendente as mandará lavrar por conta de minha Fazenda para o que puxará pelos índios que lhe forem necessários, e lhes pagará pela minha Fazenda, e o mesmo que os particulares costumam pagar-lhes quando os servem, e nomeará pessoa que assista à dita lavoura, que tenha boa inteligência e bom procedimento, e lhe nomeará um escrivão, pessoa fiel e desembaraçada, a quem dará um livro numerado e rubricado em que lançará por dia todo o ouro que se tirar, e quantos índios no mesmo dia bateram de que fará termo, e assinará com

a pessoa que assistir à dita Lavoura.

23. Tem sucedido haver algumas dúvidas entre os descobridores que descobrem o rio principal, e outros que descobrem alguns riachos, que vêm dar no primeiro que se descobriu; em tal caso, sendo os riachos pequenos, pertencem esses descobrimentos ao primeiro descobridor que descobriu o rio principal; porém, se os tais riachos forem grandes, posto que venham dar no rio principal já descoberto, então esses pertencerão à pessoa que os descobrir, como data que se costuma dar aos descobridores dos ditos rios.

24. E porque me tem vindo a notícia de que, nos ribeiros, que se repartem acham-se algumas enseadas e pontas que se repartiram, até agora pelas voltas que faz o dito ribeiro, o que é prejudicialíssimo, ordeno ao dito guarda-mor que a repartição que fizer dos ditos ribeiros a faça pela terra firme, e não pelas voltas dos rios, lançando uma linha reta para fazer a tal repartição; e na terra que ficar fora da quadra para a parte do rio, por causa da volta que faz, se praticará o mesmo que fica dito nas sobrequadras que ficam para o sertão das datas.

25. Para evitar os descaminhos que pode haver na minha Fazenda, assim nos quintos como em tudo o mais que me pertencer do tocante às minas, o superintendente tomará as denúncias que se lhe derem, não só em publico, mas também tomará as que se lhe derem em segredo e em umas e outras guardará as disposições de direito, e o que se contém neste regimento, como também o que é dado à alfândega desta cidade em semelhantes denúncias, e as mesmas denúncias poderão tomar os ouvidores da Câmara de São Paulo, Rio de Janeiro, no caso em que as partes, por lhe ficar mais cômodo, as queiram dar perante eles, o superintendente lhes dará os aviamentos, pelo que os ditos ouvidores lhe remeterão os traslados dos autos.

26. E o superintendente nomeará nas ditas minas uma pessoa das mais principais, e abonadas que nelas assistirem para ser tesoureiro dos quintos, e mais dinheiro em cousas que nas ditas minas se houverem de cobrar para a minha Fazenda, para o que haverá um livro de receita e despesa rubricado pelo dito superintendente em que se assentarão, pelo escrivão da superintendência, todas as receitas e despesas que se fizerem,

e o mesmo terá também tesoureiro, do que se há de cobrar para o salário dos ministros, e o dito tesoureiro terá de ordenado três mil cruzados, que lhe será pago na mesma forma, e pelo mesmo rendimento que se mandam pagar aos mais ministros e oficiais que assistem nas ditas minas e, sendo o caso em que as dízimas das datas não cheguem aos salários dos ministros e oficiais referidos, se lhes prestarão pela minha Fazenda, e pelos quintos que me pertencam.

27. Do livro que há de ter o guarda-mor para a repartição das datas para ter cuidado de fazer cobrar tudo o que importar, assim a data que for repartida para a minha Fazenda, pelo preço em que foi arrematada, como a dízima das mais datas, passará para um livro, que terá o tesoureiro geral das minas, por receita, para lembrança, todas as datas e repartições que se fizerem com toda a clareza e na forma que no livro do guarda-mor se acharem escritas, e nas contas que der o dito tesoureiro, se fará conferência de ambos os livros para melhor justificação das ditas contas.

28. E porque o dito tesoureiro não poderá assistir em todos os ribeiros, nomeará dois ou três, se parecerem precisos para melhor expediente das cobranças, boa arrecadação da minha Fazenda e alívio das partes, e a cada um se darão quinhentos cruzados pela forma acima dita.

29. E para a boa arrecadação dos quintos que pertencem à minha Fazenda, todo o ouro que sair das ditas minas sairá com registro, para o que o superintendente terá um livro por ele rubricado e numerado em que, pelo seu escrivão, se faça termo com declaração da pessoa que registra o ouro dos marcos ou oitavas, que registra da oficina dos quintos, para onde o leva a quintar, do dia, mês e ano em que faça o dito registro, o qual termo assinará o dito superintendente com toda pessoa que registrar o ouro, e do dito termo lhe mandará o dito superintendente dar uma guia, por ele assinada, dirigida para a oficina dos quintos que tiver declarado no dito termo, no qual irá declarado o peso do ouro que leva, de que há de pagar os quintos. As pessoas que não registrarem o dito ouro que levarem das minas, sendo achados sem o quintar, ou registrar, antes ou depois de chegar às casas dos quintos, o perderão para a minha Fazenda, e haverá, além disso, as mais penas em que incorrem os que desencaminham meus direitos.

Sucedendo, porém, que algumas pessoas tenham levado ouro das minas sem guia, nem registro, não lhes tendo sido achados, o poderão manifestar em qualquer dos quintos que tenho ordenado para as ditas minas.

30. E porque a experiência tem mostrado que o governador do Rio de Janeiro, com a assistência das minas, necessariamente falta ao que deve fazer na cidade de São Sebastião, da qual se não deve apartar, sem ocasião que importe mais a meu serviço, ordeno-lhe que não possa ir às ditas minas, sem especial ordem minha, assim ele como os mais que lhe sucederem, salvo por um acidente tal que não possa esperar, e que se lhe daria em culpa, se a ela com prontidão não acudisse.

31. O superintendente terá toda a jurisdição ordinária cível e do crime, dentro dos limites destas minas, que pelas minhas leis e regimentos é dado aos juizes de fora e ouvidores gerais das comarcas do Brasil, naquilo em que lhe puder acomodar, e na mesma alçada que aos ditos ouvidores é outorgada e, não quando não haja nos pleitos de minha Fazenda, havendo respeito à distância das minas, a terá nelas até cem mil réis, e nos que arrecadarem, a sua alçada dará apelação e agravo para a Relação da Bahia nos casos em que couberem.

32. E porque o superintendente das minas, com a experiência da assistência delas, poderá achar que neste regimento faltam algumas cousas que sejam convenientes à boa arrecadação de minha Fazenda e administração dela, dará conta do que lhe parecer conveniente e se deve acrescentar ao regimento, certo também a dará, se achar que alguns capítulos dele podem ser inconvenientes e quando, totalmente a execução deles seja prejudicial ao fim que se pretenda, me dará conta correspondendo à mesma execução.

Este regimento hei por bem e mando se cumpra e guarde inteiramente como nele se contém, sem dúvida, nem embargo algum a quem que o ache, posto que o seu efeito haja de durar mais de um ano e de não passar pela chancelaria, sem embargo da Ordenação do Livro 6 Números 39, e dito em contrário. Manoel Gomes da Sylva o fez em Lisboa, a dezenove de abril de mil setecentos e dois e o Secretário André Lopes de Lavre o fez escrever. Rey.

(03) 09-06-1702

Senhor

Haja vista o procurador da Coroa junta ao Conselho.

Lisboa, 12 de fevereiro de 1703.

Tudo o que refere o ouvidor geral nesta sua carta já se fez presente a Sua Majestade na consulta do Conselho. Sem embargo disso, se decidiu que sem declaração alguma se observasse o indulto e assim não há porque torne esta matéria a subir à real presença de Sua Majestade.

A Vossa Majestade, dei conta de que era conveniente para melhor administração da justiça, que Vossa Majestade me concedesse provisão para tirar devassa de todos os casos sucedidos na minha jurisdição, que pela lei fossem de devassa, e que provados tivessem pena de morte. A Vossa Majestade foi servido me deferir, em sete de junho de setecentos e um, que guardasse o disposto na ordenação, sem alteração do indulto que Vossa Majestade concedeu aos moradores destas capitânias. E porque as devassas que pedi a Vossa Majestade que mandasse tirar são dos crimes que sucedessem depois da minha posse, nos quais já não há lugar para o indulto, pois Vossa Majestade só o permitiu para os delitos cometidos até o tempo da minha posse e a Ordenação manda somente aos juizes de fora ou ordinários tirar semelhantes devassas e as mais da lei, não devassando os corregedores além dos casos conhecidos na devassa de correição, ou por especial ordem de Vossa Majestade, me pareceu repetir a Vossa Majestade que nos juizes ordinários destas capitânias prevalecem os dois afetos, amor e ódio: tiram as devassas, que lhes parece muito mal instruídas, sem constar de corpo de delito e cúmplices das testemunhas; não inquirem a razão de seus ditos, procedendo tão desordenadamente que, aos crimes públicos sentenciados, não se pode dar o castigo que merecem, pelo incurial das devassas e por não saberem formar a culpa. E quiçá por esta razão, Vossa Majestade, com o reino em semelhantes casos, mande tirar por sua especial ordem segunda devassa pelos corregedores e provedores das comarcas, sem embargo de se haver tirado a primeira devassa da lei pelos juizes ordinários, porque parece que não é conveniente assim à boa administração

da justiça como aos réus, que estes sejam sentenciados e punidos em casos graves por devassas tiradas por um juiz de capa e espada. Vossa Majestade ordenará o que mais convier a seu real serviço. São Paulo, 9 de junho de 1702.

O ouvidor geral da vila de São Paulo e capitanias do sul.

Antônio Luis Silva

(04) 19-08-1702

Senhor

Porquanto convém remeter-se a Sua Majestade na próxima fêria a relação do que se tem despendido com o terço dos paulistas, de que o mestre de campo, Manuel Álvares de Moraes Navarro, governador geral, vindo os papéis da despesa dos tesoureiros gerais, fará a dita relação por duas vias. Bahia, 8 de agosto de 1702.

Lamberto

Relação do dinheiro que se tem despendido com o terço dos paulistas de que é mestre de campo Manoel Álvares de Moraes Navarro.

Por mandado do governador e capitão geral que foi deste estado, Dom João de Magalhães, de 25 de agosto de 1698, pagou o tesoureiro Domingos Lima de Carvalho 700\$000 (setecentos mil réis) a Antonio Veloso Machado, capitão da fragata Santa Catarina de Sena e Três Reis Magos, que se lhe deviam de resto de 800\$000, porque foi fretado o dito navio na Capitania do Rio de Janeiro para trazer a esta cidade os oficiais e soldados do terço dos paulistas.

Por outro mandado do dito governador, de 5 de agosto de 1698, pagou o dito tesoureiro geral 400\$000 (quatrocentos mil réis) ao dito Capitão Antonio Velloso Machado, que se lhe deviam de frete de levar no dito navio os oficiais e soldados do dito terço do porto desta cidade ao da Capitania da Paraíba do Norte.

Por um conhecimento em forma de 9 de setembro de 1698, pagou o dito tesoureiro geral 785\$385 (setecentos e oitenta e cinco mil e trezentos e oitenta e cinco réis) a Manoel Iria Antunes, tesoureiro dos dízimos da chancelaria, pelo que havia recebido o almoxarife da Capitania do Rio de

Janeiro do tesoureiro das dízimas dela, por ordem do Doutor Sindicante Miguel de Siqueira Castelo Branco, para com eles refazer o gasto da matalotagem, e outros gastos para socorrer aos oficiais e soldados do dito terço, quantia da qual pagou o procurador da mesma capitania letra para se pagar ao tesoureiro das dízimas da chancelaria desta cidade

Por mandado do dito governador, de 8 de outubro de 1698, pagou o dito tesoureiro geral 475\$840 (quatrocentos e setenta e cinco mil oitocentos e quarenta réis) a Joseph Carvalho Pinto, que se lhe deviam da ferramenta que fez para levarem os paulistas para a conquista do gentio do sertão do Rio Grande.

Por outro mandado do dito governador, de 14 de outubro do dito ano, pagou ao dito tesoureiro geral 19\$184 (dezenove mil cento e oitenta e quatro réis) a Manoel Corrêa Gomes, que se lhe deviam de setenta e nove arrobas e vinte e oito libras de carne de vaca fresca, que se lhe comprou para matalotagem do dito terço.

Por outro mandado do dito governador, do dito dia, mês e ano, pagou o dito tesoureiro geral 27\$700 (vinte e sete mil e setecentos réis) a Domingos Martins, juiz do dito ofício de tanoeiro, que se lhe deviam do conserto da aguada que fez para levar o navio em que foi o dito terço dos paulistas para a conquista do gentio do sertão do Rio Grande.

Por outro mandado do dito governador, de 25 de outubro de 1698, pagou o dito tesoureiro geral 106\$000 (cento e seis mil réis) a Manoel Ferreira Raimundo e a seu procurador Soares Carvalho Vilas Boas pelo frete de 35 soldados, que se somam ao que importou o frete do dito terço da vila de Santos para a cidade de Rio de Janeiro para a conquista de gentio do sertão do Rio Grande.

Por outro mandado do dito governador, de 9 de novembro de 1698, pagou o dito tesoureiro 54\$000 (cinquenta e quatro mil réis) ao capitão Manoel Gonçalves de Faria que se lhe deviam do frete de levar o mestre de campo, Manoel Álvares de Moraes de Navarro com oito passou desta Bahia para a Vila de Santos quando foi manter o terço dos paulistas para a dita conquista.

Por outro mandado do dito governador, de 18 de novembro deste

ano, pagou o dito tesoureiro geral 66\$580 (sessenta e seis mil quinhentos e oitenta réis) a Pantaleão de Souza Porto, que se lhe deviam da botica, que forneceu a levar os medicamentos necessários que levaram os que serviam os paulistas que foram desta cidade para a dita conquista.

Por outro mandado do dito governador, de 6 de dezembro do dito ano, pagou o dito tesoureiro geral 210\$535 (duzentos e dez mil e trinta e cinco réis) a Manoel Corrêa Seixas que se lhe deviam de várias cousas para aparelho e fornecimento do terço dos paulistas.

Por outro mandado do dito governador, de 12 de janeiro de 1699, pagou o dito tesoureiro geral a Antonio Veloso Machado, capitão da fragata Santa Catarina de Sena e Três Reis Magos, 300\$000 (trezentos mil réis), em que se lhe arbitrou o serviço que fez com levar na dita fragata o dito terço dos paulistas ao Rio Grande em direitura, sendo que o fretamento que fez foi para o levar à Paraíba

Por outro mandado do dito governador, de 12 de janeiro do mesmo ano, pagou o dito tesoureiro geral ao dito Antonio Veloso Machado 20\$480 (vinte mil e quatrocentos e oitenta réis) que se lhe deviam do frete de vinte e nove pipas e doze barris pertencentes à Fazenda Real, que a dita fragata trouxe da Capitania do Rio Grande para esta Bahia, pertencentes a Fazenda Real.

Por outro mandado do dito governador, dos ditos 12 de janeiro do dito ano, pagou o dito tesoureiro geral 5\$850 (cinco mil e oitocentos e cinquenta réis) a Manoel Rodrigues Paiva despendido da dita fragata, e ao escrivão dela, pelo serviço que fizeram em trinta dias que referiram com as despesas dos mantimentos, que se lhes entregaram nesta Bahia para sustento do dito terço dos paulistas.

Por outro mandado do dito governador, dito março do dito ano, pagou o dito tesoureiro 5\$600 (cinco mil e seiscentos réis) a Julião da Costa Medeiros de tal, que se lhe deviam de 14 alqueires que se lhe compraram para a salga da carne do provimento dos soldados e oficiais do dito terço.

Por outro mandado do dito governador, de 30 de junho do dito ano pagou o dito tesoureiro geral 64\$000 (sessenta e quatro mil réis) a João Reis Branco, mestre da sumaca Nossa Senhora do Bom Sucesso, no que

importou o frete de 32 soldados do dito terço que da Vila de Santos levou na dita sumaca para a Ilha Grande.

Por outro mandado do dito governador, de 8 de agosto do dito ano, pagou o dito tesoureiro geral 150\$000 (cento o cinqüenta mil réis) a Antônio Soares, mestre da sumaca da Nossa Senhora da Encarnação e Almas, que se lhe deviam do frete de trazer na dita sumaca vários capitães e soldados do dito terço do Paraíba do Sul a esta cidade.

Por outro mandado do dito governador, de 10 de dezembro de 1699, mandou fazer despesa ao dito tesoureiro de 1:970\$184 (um conto novecentos setenta mil e cento e oitenta e quatro réis), por os haver despendido com os socorros que deram aos oficiais e soldados do dito terço.

Por outro mandado do dito governador, do dito dia, mês e ano, se mandou fazer despesa ao dito tesoureiro de 36\$210 (trinta e seis mil duzentos e dez réis), por os haver despendido em fretes e carretos de várias cousas que levaram os ditos paulistas.

De 15 conhecimentos com forma que tem o dito tesoureiro geral para sua despesa, consta que remeteu 6:000\$000 (seis contos de réis) ao almoxarife da Capitania de Pernambuco para socorrerem os oficiais e soldados do dito terço.

Por outro mandado do dito governador, de 3 de novembro do dito ano, pagou o dito tesoureiro geral, Francisco Mendes de Souza 68\$380 (sessenta e oito mil trezentos e oitenta réis) ao procurador-mor da Fazenda Real deste Estado, Francisco Lamberto, quantia que recebeu o almoxarife da Capitania de Pernambuco do escrivão da Fazenda Real, pertencentes às propinas que tocaram ao dito procurador-mor de uma daquelas capitanias, por se haverem despendido com o frete e comboio do dito que desta vila se remeteu para a capitania e de lá para o Rio Grande para socorro do terço dos paulistas.

Por mandado do dito governador, de 12 de abril de 1701, pagou o dito tesoureiro geral a João Reis Coelho 10\$450 (dez mil quatrocentos e cinqüenta réis) que importavam quatro tachos de cobre que dois capitães paulistas levaram para o Rio Grande.

Por outro mandado do dito governador, de 18 de novembro de

1698, se mandou fazer ao tesoureiro geral, Domingos Pires de Carvalho, de 120\$000 (cento e vinte mil réis) dos efeitos das matalotagens, por haver pago ao mestre de campo do dito terço, Manoel Álvares Navarro que se lhe deviam de seus soldos.

Por despacho do Conselho da Fazenda deste Estado, de 23 de setembro de 1701, remeteu o tesoureiro geral, João Pereira Guimarães, ao Almojarife de Pernambuco, Manoel Antunes Corrêa, 4:000\$000 (quatro contos de réis) para socorro do dito terço dos paulistas.

Por portaria do dito governador e capitão geral D. João de Alencastro, do primeiro de dezembro do dito ano, deu o dito tesoureiro geral 150\$000 (cento e cinquenta mil réis) a Julião Pimentel de Morais Castro, um dos capitães do dito terço para o gasto que havia de fazer com alferes, sargento e mais gente que foram em sua campanha para comboiarem os ditos quatro contos de réis que remeteu o dito tesoureiro geral pelo despacho do Conselho da Fazenda.

Importa o dinheiro que se tem despendido com o terço dos paulistas de que é Mestre de Campo Manoel Álvares de Morais Navarro, 15:746\$308 (quinze contos setecentos quarenta e seis mil trezentos e oito réis). Bahia, 9 de agosto de 1702.

Antonio Lopez de Morais

Por letra de dois de agosto deste presente ano de 1702, passada por Domingos Reis Corrêa, remeteu o tesoureiro geral, João Pereira Guimarães, ao almojarife da Fazenda Real da Capitania de Pernambuco a ordem do provedor dela 1:200\$000 (um conto e duzentos mil réis) em dinheiro pertencentes ao seu recebimento tocante à consignação dos dízimos reais por conta de trinta e três mil cruzados, que no Conselho da Fazenda deste Estado se resolveu se remeta a peça para este socorro do terço dos paulistas, que assiste na Capitania do Rio Grande.

De um conhecimento passado em 18 de agosto deste presente ano de 1702, por Manoel Gonçalves de Aguiar, mestre da fragata dos Padres da Companhia de Jesus desta cidade, consta que recebeu do dito tesoureiro geral, João Pereira Guimarães, 12:000\$000 (doze contos de réis) em dinheiro para entregar à ordem do Provedor da Fazenda Real da dita

Capitania de Pernambuco, cuja quantia declarou o dito tesoureiro geral remetia por conta e risco da Fazenda Real, na forma da resolução do assento que se fez no dito Conselho da Fazenda, de 16 do dito mês de agosto, de resto dos ditos 36\$000 (trinta e seis mil cruzados) que se assentou no dito Conselho se remetessem para socorro do dito terço dos paulistas, de que é mestre de campo Manoel Álvares de Moraes Navarro.

E todo o dinheiro que se tem despendido com o dito terço dos paulistas importa em 28:946\$378 (vinte e oito contos novecentos quarenta seis mil trezentos e setenta e oito réis). Bahia, 19 de agosto de 1702.

Antonio Lopez
Moraes

(05) 24-02-1703

Senhor

Vi a ordem inclusa, e a nenhuma das pessoas que Vossa Majestade manda proibir para passarem às minas tenho dado licença e, sem ordem disso, vão todos os que querem, porque pode mais com eles a ambição para obrigá-los do que o pouco castigo que aqui têm para despersuadi-los, como já fiz presente a Vossa Majestade e só me parece se podia evitar, mandando Vossa Majestade pôr-lhe as penas que já fiz presente a Vossa Majestade, como também, se Vossa Majestade for servido mandar uma ordem ao superintendente das minas, para se repartirem pelos guardas-mores delas para que cada um no seu distrito examine as pessoas que nele entram e, não apresentando licença minha, os expulse confiscando-lhes os bens e, dessa sorte, não só se proibirá virem às minas as pessoas que Vossa Majestade aponta, mas também os soldados, marinheiros e artilheiros, assim desta praça como da frota em que se experimenta grande excesso nas suas fugidas, e grande falta no serviço de Vossa Majestade. Deus guarde à Real pessoa de Vossa Majestade muitos anos, como seus vassalos havemos mister.

Rio de Janeiro 24 de Fevereiro de 1703

(06) 7-05-1703

Carta em que se revoga o capítulo 6 do Regimento

O Desembargador José Carvalho Pinto etc., mandando ver em junta particular alguns meios que se me apontaram para a arrecadação dos quintos, sendo um deles não se assinar no regimento que mandei fazer para usardes dele na superintendência das minas de que vos tenho encarregado, e ao guarda-mor das datas, e aos sócios dos descobridores. Fui servido resolver que a tudo que se determina no capítulo 6.º do mesmo regimento se dê a cada um dos sócios dos descobridores cinco braças de repartição a sua escolha, depois da segunda data do descobridor entrarão depois na repartição que lhe tocar a cada um deles como mineiros e depois destas braças que se hão de dar a cada um dos sócios escolhereis um lado que também vos concedo, e outro ao guarda-mor que ele escolherá e porque assim o hei por bem, e que com estas declarações, segundo o capítulo 6.º do dito regimento. Escrito em Lisboa a 7 de Maio de 1703. Rei

(07) 7-05-1703

Carta em que Sua Majestade revoga os capítulos 9 e 10 do mesmo regimento

O Desembargador José Carvalho Pinto etc., fazendo-me presente pelo meu Conselho Ultramarino as dúvidas que se vos ofereceram em alguns capítulos do regimento que mandei fazer para dele usares na superintendência das minas do ouro de que vos tenho encarregado, e mandando ver em junta particular. Fui servido permitir, sem embargo de que está disposto nos capítulos nono e décimo do dito regimento, que alem do ordenado declarado nele possais minerar como as mais pessoas que assistem nas minas sem diferença alguma, e usar das mais conveniências que as minas dão de si, e a mesma permissão concedo ao guarda-mor e tesoureiro, e mais oficiais sem se lhe dar algum ordenado da Fazenda Real, como antes se dispunha no Regimento, com o que fica cessando o disposto nele sobre o que deviam contribuir os mineiros, cada um a respeito da sua data para o pagamento dos tais ordenados. De que vos aviso para que tenhais assim entendido, e nesta forma a façais praticar esta minha

resolução. Escrita em Lisboa, 7 de maio de 1703. Rei

(08) 7-05-1703

*Forma dos emolumentos do escrivão e meirinho das datas depois que Sua
Majestade revogou os capítulos 9 e 10*

Haverá o escrivão de uma carta de data duas oitavas, e o guarda-mor, oitava e meia, haverá mais o escrivão de posse que dá, e seu termo oito oitavas, e o meirinho de correr a corda meia oitava, e o caminho, conforme for se pagará a razão de quatro oitavas por dia a um e a outro, e haverá mais a sua preferência em cada ribeiro, e poderá minerar, para o que entrarão também com os mais nas partilhas e gozará também todos os prós e percalços da sua assistência, e o meirinho haverá meia data também a sua escolha.

(09) 7-05-1703

Carta em que se dispõe e declara o capítulo 12.

O Desembargador José Carvalho Pinto etc. por se reconhecer a impossibilidade de o guarda-mor poder assistir e acudir a parte tão distante como aquela em que ao mesmo tempo se trabalha nas minas, ao que pode ser necessária a sua assistência, me pareceu conceder-lhe que possa nomear guardas substitutos seus que assistam nas partes mais distantes, e também escrivães que sirvam com eles, os quais guardas, e seus escrivães poderão ter a mesma conveniência de minerar, e as mais que se concedem ao guarda-mor em lugar do ordenado que antes se lhes taxava no regimento, de que vos aviso para o terdes assim entendido, e ao guarda-mor mando declarar esta permissão que lhe concedo para que possa usar dela. Escrita em Lisboa a 7 de maio de 1703 / Rei

(10) 7-05-1703

Carta por que se dispõe o capítulo 22

O Desembargador José Carvalho Pinto etc. Fazendo-me presente pelo meu Conselho Ultramarino as dúvidas que se vos ofereceram em vários capítulos do regimento que mandei fazer para dele usardes na

superintendência das minas de ouro de que vos tenho encarregado, e mandando-os ver em junta particular por reconhecer como apontais a impossibilidade, e grande prejuízo que resultaria à Fazenda Real de se minerarem as datas por conta da mesma Fazenda, quando se não possam arrematar por lanço conveniente, como dispõe o capítulo 22 do dito regimento, pareceu-me ordenar-vos que, no caso suposto de não se achar pessoa que queira lançar nas ditas datas preço conveniente que as deis a quem as fabrique de meia, fazendo os gastos em minerar todos por sua conta, e do ouro que se tirar, metade para ele, e outra para a Fazenda Real, e para se minerar estas datas, na referida forma, as dareis às pessoas que forem de melhor conveniência e maior crédito, e de quem entenderdes podeis fiar correspondam pela sua parte com a fidelidade que se deve, e com esta declaração, mando se observe o dito capítulo 22 do regimento. Escrita em Lisboa, a 7 de maio de 1703. //Rei//

(11) 7-05-1703

Declaração dos capítulos do Regimento

- 1 Das discórdias entre os mineiros
- 2 Dos exames que se hão de fazer sobre os Ribeiros descobertos
- 3 Do esbulho
- 4 Do conhecimento que hão de chamar os superintendentes
- 5 Da repartição das datas
- 6 Das pessoas que levam os descobridores em sua companhia

(Revogado)

- 7 Das datas que se repartem às pessoas poderosas
- 8 Dos que não principiarem a lavar nos 40 dias
- 9 Da proibição dos ministros e oficiais de justiça
- 10 Sobre os salários do superintendente, guarda-mor, e mais oficiais

(Revogados)

- 11 Dos que vendem datas que lhes foram repartidas.
- 12 Dos descobrimentos que se fazem em partes remotas.
- 13 Sobre o livro que há de ter o guarda-mor rubricado
- 14 Dos que trazem gados da Bahia

- 15 Das dúvidas que podem ter os vendedores do gado
 - 16 Dos que têm negócio particular e forem à Bahia buscar gado
 - 17 Da proibição que há a respeito da condução da Fazenda pela Bahia
 - 18 Dos dias que pedem os descobridores dos ribeiros
 - 19 De como se hão de repartir as sobrequadras
 - 20 Sobre a repartição dos ribeiros quando há muita gente
 - 21 Da proibição dos ourives nas minas
 - 22 Dos ribeiros que pertencem à Real Fazenda
 - 23 Das dúvidas que há com quem descobre ribeiros
 - 24 Das enseadas que se acham nos ribeiros
 - 25 De se evitarem descaminhos da Real Fazenda
 - 26 Da nomeação de tesoureiro dos quintos
 - 27 Do livro que há de ter o guarda-mor em mão do seu escrivão
 - 28 Da nomeação que há de fazer o tesoureiro de dois oficiais
 - 29 Da proibição de o governador vir às minas
 - 30 Da jurisdição do superintendente
 - 31 Da conta que há de ter o superintendente para se fazer o que for mais útil à Real Fazenda
 - 32 Do cumprimento que se há de dar a este regimento
- Manoel Caetano Lopes deLavre

(12) 20-09-1703

Carta sobre se fazer casa nova da moeda

Dom Álvaro da Silveira e Albuquerque, eu, El Rei, vos envio muito saudar. Havendo visto a conta que me destes das dúvidas que se vos ofereceram à execução da ordem que se vos mandou para que na mesma casa que havia servido de labor da moeda se quintasse o ouro pelos oficiais dela, mandando-se fazer armazém de novo para se restituir à Junta do Comércio, pelo que se havia ocupado para a mesma moeda, e o que sobre este particular se assentou na Junta que mandastes fazer para esse efeito, fui servido resolver se faça de novo uma casa para o labor da moeda com as oficinas necessárias, segundo o que apontar Manoel de Souza por se

entender que, ainda que esta obra seja de grande despesa, não há de ser menor a de fortificar e gradear a casa que hoje serve deste ministério e fazer-se novo armazém para dar à Junta do Comércio que ficará mais bem acomodada do que tinha de antes em razão do sítio. E a casa da moeda é repartida e segura, e que juntamente se faça nela casa para os quintos, e enquanto a casa nova se não acabar, se quintará na casa em que se fazia até agora com os mesmos oficiais de quem se tem tão grande opinião, e especialmente Luiz Lopes Pegado, ministro de grande inteligência e verdade, como tem mostrado a experiência, considerando-se-lhe fácil este trabalho, porquanto o ofício de provedor da Fazenda, que andava unido ao da alfândega, já pode acudir a esta administração, livre do encargo de um dos dois ofícios que tinha. E assim vos ordeno o façais executar: com declaração que feita a casa da moeda se restitua à Junta do Comércio a que até agora servia deste labor na forma em que se tomou ao princípio. Escrita em Lisboa, a 20 de Setembro de 1703.

(13) 24-01-1704

Senhor

Quando dei conta a Vossa Majestade de que mandava fazer averiguação da prata e das esmeraldas, conforme a proposta que Antonio Correa da Veiga me fez, por seu procurador, Antonio de Oliveira Guimarães, mandei ordem para se ir tratar dessa diligência e ajustei logo com o dito procurador que não se havia de fazer outra mais do que trazerem as amostras, quando se descobrissem as minas, e que Vossa Majestade lhes havia de fazer a mercê que respeitasse ao serviço que fizessem a Vossa Majestade, o que aceitaram, sem que a Fazenda de Vossa Majestade tivesse despesa alguma; e só lhe entreguei 15 índios e lhe dei ordem para que das aldeias das vilas do Sul lhes desse os que mais lhe fossem necessários, dilatou-se a entrada destes homens pelo sertão, por morrer o dito Antonio de Oliveira Guimarães, e tenho aviso de que Antonio Correa da Veiga tem entrado já, e espero brevemente aviso seu, e quando suceda fazer o dito descobrimento, observarei o que Vossa Majestade é servido ordenar-me. Deus guarde a Real pessoa de Vossa Majestade muitos anos, como seus

vassalos havemos mister. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1704.

(14) 28-10-1705

Senhor

Guardem para a tua residência Lisboa, 22 de junho de 1706

Não posso escusar de fazer a Vossa Majestade presente em como achei, nesta vila, a um homem servindo de juiz, quase régulo ou soberano, no executar, e em julgar, descomedido, o qual achando, uma noite, um negro rebuçado que, sem dúvida, seria por razão do frio, pois se achou sem armas, não lhe valeu a sua ignorância, nem o ser escravo do seu governador, para o não prender, e no dia seguinte, mandar açoitar no pelourinho desta praça, em que pôs ao dito governador em notável sentimento; juntamente um filho, seu criado, com a soberba de seu pai, a cada passo se acha com pendências já com os soldados, de dia, e já de noite, com quem lhe parece, como assim seria a um mulato do provedor da Fazenda Real, que é um ministro de mui boa suposição. Como homem abastado de cabedal e soberbo, os moradores o temem, e respeitam ao filho com esta lembrança. Entrei eu neste governo, por mercê de Vossa Majestade, e logo no dia de minha posse o experimentei de falta, por que mandando o primeiro advertir que no tribunal havia somente de pôr dois assentos iguais, para mim, e para o governador, pôs três iguais, para os dois governadores, e para o ouvidor Geral, o doutor João Saraiva de Carvalho, que ainda não tinha tomado posse de sua ouvidoria, somente por acinte e por lisonjeá-lo, sofri a primeira, dando ao escrivão e procurador uma repreensão em minha casa, de que o ouvidor geral ficou sentido, e foi bastante para se não corresponder mais comigo. Poucos dias depois de minha posse, estando um mulato forro requerente nesta vila, que com sua indústria vivia de requerer nas audiências por reparar em um despacho do dito juiz, esse mandou-o prender e, sem mais cousa nem sentença, açoitar no pelourinho, e foram tais os açoites que, passando muito de uma centena, me informaram que desmaiara duas vezes e, no dia seguinte, dando-se-me parte, respondi que lhe dessem mais cinquenta. E ele, dito juiz, entendendo ao pé da letra, cegou-lhe a sua ira, que ainda ia por diante a sua má intenção. Finalmente,

estes dias passados, sendo eu advertido de como era tempo de fazer mostras para saber a justo que há armas e cabos militares das ordenanças desta vila e seu distrito, passei ordem ao sargento-mor que existe neste presídio, por ser ele também das Ordenanças das Capitanias do Sul, para conduzir aos ditos capitães e oficiais, debaixo do conduto que Vossa Majestade concede para as suas mostras aos homiziados, que logo fui informado que o era o Capitão da Ordenança, por um único leve crime da devassa de suborno, eu por não querer entregar ao Ouvidor Geral, o Doutor Antonio Luis Peleja, setenta mil réis, que diz pertenciam ao seu juízo, e não ao dos órfãos, que o dito capitão servia, sem que lhe passasse recibo de como lhos entregava, o que ele, dito ouvidor o não quis passar, e o deixou em rol do homiziado, mas como me era necessária a sua pessoa, os seus oficiais e soldados, para tomar conhecimento, e ser serviço de Vossa Majestade, debaixo desse seguro o mandei alvarar, e que tratasse de seu livramento, por quanto era tempo em que os corsários costumam andar na costa e, como inimigos declarados de nossa nação, e pelo pouco aparelho de munições, armas, artilharia, e soldados, facilmente podem invadir esta praça. Ele, dito juiz, não quis estar quieto e, sem embargo de o capitão lhe dar satisfação de como era obrigado deste governo, e sem o querer pôr em livramento, o prendeu; e indo junto da cadeia, já preso, o capitão acudiu ao sargento-mor e o reteve, perguntando se tinham dado parte ao seu governador; e logo me mandou dar; e eu dispus que passasse e exercesse o seu posto, e se pusesse em livramento e mandando logo chamar o juiz (que de má vontade veio) lhe pedi, que não entendesse como capitão, mas que o pusesse em autos de livramento porquanto estava por minha ordem no serviço de Vossa Majestade, ao que esse soberbo e tenaz respondeu imprudente que ou ele ou o capitão não havia de passear e que, se o capitão estava no serviço de sua Majestade, ele iria para a sua fazenda e ficaria a vila sem justiça, disse. E eu respondi que fizesse o que quisesse, isto é, o que tem precedido, e ele, se bem o disse, melhor o fez, por que além de se recolher à sua fazenda, suspendeu a todos os escrivães que há nesta vila e alcaide, e logo deu parte ao seu ouvidor geral de que, sem dúvida redundará, pela má vontade que me tem, em alguma queixa a Vossa Majestade, quando eu o devia fazer,

por me não querer dar posse do meu ofício a um sujeito de minha casa, por acomodar a outro da sua, dizendo que Vossa Majestade me fizera mercê da propriedade do ofício e de o poder vender, dar, e doar, mas não para poder apresentar o escrivão que há de servir, por que a ele só compete. Vossa Majestade, sobre um e outro particular, disporá o que for servido que, neste do ouvidor e ofício, sabe Vossa Majestade muito bem, que por me fazer mercê para meu desempenho, me empenha o dito ministro em largar toda a esperança de o lograr, pondo-o em muito pouco valor. Tudo isto merece um pobre governador que, por servir ao seu rei com aquela opinião que sempre soube merecer, venha à terra onde os ministros zombam dos governadores, e, sem saber, aos juizes, para que queiram fazer o mesmo; mas não é muito em mim suceda, quando ao meu antecessor, sendo tão justificado, sucedeu o mesmo. Vossa Majestade mandará ao tal juiz que, por mim, em nome de Vossa Majestade seja publicamente repreendido, e em tudo o que for mais conveniente ao seu Real Serviço; a pessoa de Vossa Majestade guarde Deus. Santos, em 28 de outubro de 1705

Jozeph Monteiro de Mattos

(15) 16-12-1705

Francisco Henriques de Miranda, capitão de infantaria de uma das Companhias do 3.º de São João da Barra, de que é Mestre de Campos, o Conde de Coculim por Sua Majestade que Deus guarde

Certifico que, estando de guarnição na praça de Elvas, me foi ordenado, pelo meu Mestre de Campo, por ordem que teve do Sargento Maior de Batalha, o Conde do Rio Grande marchasse com o 3º a incorporar com o exército que se achava acampado na vila de Aronches, o que fizemos em 25 de abril de 1705, e em 29 do dito marchamos com todo o exército em direção à praça de Valença de Alcântara, à qual lançamos sítio em 3 de maio. Princípios os ataques para as nossas baterias donde fui várias vezes trabalhar nas faxinas com a minha Companhia de destacamento, e em 6 do dito foi ordenado marchássemos de guarda com todo o 3.º para uns ranchos a meio tiro de mosquete da praça, donde estivemos pelejando 24 horas com o inimigo da dita praça, com grande risco de vida e, em 7 do dito,

foi ordenado marchássemos para os ataques pelo Conde do Rio Grande, e no dia 8 avançarmos a praça pela brecha que na dita praça tínhamos feito, o que fizemos, e ganhamos no primeiro avanço a praça de Castelo com o dito sargento-mor de batalhas, o Conde do Rio, que estava de semana com tal valor e resolução que, em pouco espaço de tempo, fomos senhores da dita praça e daí marchamos da praça em direção de Albuquerque a qual lançamos sítio em 15 do dito, e em 16, se tomou o arrabalde e principiando-se os ataques em 17 do dito fui com a minha Companhia de destacamento a trabalhar nas faxinas e se pelejou com a nossa artilharia até o dito dia em que, vendo-se o inimigo com uma brecha aberta capaz de se avançar e duas minas, capitulou a praça, reduzindo à obediência a Sua Majestade, que Deus guarde, e deixando-lhe guarnição, marchamos em direitura para o Rio Labata, e daí para o rincão junto ao Guadiana, donde estivemos até 23 de junho, donde se ordenou ao meu Mestre de Campos marchássemos com o 3.º de Guarnição para a praça de Elvas, o que, com efeito, fizemos e em todo o referido tempo me acompanhou Antonio Francisco, da Companhia do Capitão Mestre Cordeiro, na ocupação de soldado, o qual fez sempre a sua obrigação, havendo com grande valor e zelo do real serviço como honrado soldado, tanto em marchas, guardas, rondas, faxinas, ataques, como em tudo o mais que, por mim e seus oficiais lhe for ordenado e, por me ser pedida a presente, por falecimento do seu Capitão Manoel Cordeiro, lha mandei passar, e o julgo merecedor de toda a mercê e honra que Sua Majestade, que Deus guarde, for servido fazer-lhe passar o referido na verdade, pelo sacramento dos Santos Evangelhos e lha mandei passar por mim assinada aos 16 de dezembro de 1705

Francisco Henriques de Miranda

(16) 26-10-1706

Cópia n.º 5

Com o extrato que fez o conselheiro Francisco Dantas Pereira, sobre alguns arbítrios que se oferecem para maior aumento do rendimento dos quintos das minas de São Paulo e vão os

papéis que se acusam.

Resolução

Por ser dificultoso impedir o descaminho do ouro e não serem bastantes os remédios que se têm aplicado a este dano, e por ser informado de que será mais eficaz arrendarem-se os ditos quintos do ouro, hei por bem que o Conselho arrende o rendimento dos ditos quintos, juntos ou separados os da Bahia e Rio de Janeiro, como entender mais conveniente a minha real fazenda, procurando que seja com a segurança que caiba na possibilidade, cobrando um quartel adiantado, e que o tesouro arrecade o rendimento dos quintos para por ele satisfazer o preço do arrendamento. E quando esta segurança não bastar, será o rendeiro obrigado a dar fianças a contento do provedor da fazenda. Ao provedor da Coroa, o Conselho passará as ordens necessárias, advertindo que nunca se arrematem os ditos quintos por preço menor que aquele cujo rendimento importou nos anos passados, e que a arrematação não será por tempo maior que o de um ano, com declaração de que não haverá por perdido o ouro que vier a este reino e for à casa da moeda. E enquanto não se efetuar a dita arrematação, se cobrarão os quintos com a arrecadação que convém. E hei por bem que cada carga grande que foi para as minas pague um cruzado, e que cada carga pequena pague dois tostões. E porque o desembargador Gregório Pereira Fidalgo da Silveira, conselheiro do Conselho Ultramarino, vai à Bahia devassar os ministros da relação, se encarregará esta diligência, dando-lhe as instruções necessárias.

Lisboa, 30 de março de 1707.

Com a rubrica de Sua Majestade, que Deus guarde, etc.

Vendo-se neste conselho as cartas inclusas em que se trata de vários arbítrios sobre as minas, se deu delas vista aos procuradores da fazenda e coroa, que responderam o que consta das suas respostas. E entregando-se os ditos papéis ao conselheiro Francisco Dantas Pereira, para que os examinasse e fizesse um extrato do que nelas se continha, satisfez com o papel junto, por ele feito e assinado. E sendo tudo considerado e visto, pareceu ao conselheiro Antônio Carneiro Barbosa conformar-se com o voto do doutor Francisco Dantas Pereira. Ao conselheiro Gregório Pereira

Fidalgo da Silveira, parece que, como a experiência tinha mostrado o pouco que aproveitou para se evitarem os descaminhos dos quintos do ouro, mandar Vossa Majestade que se recebesse na casa da moeda a mil e duzentos réis a oitava. Antes, com esta resolução, tinha a fazenda de Vossa Majestade menor rendimento do que quando se quintava o ouro em pó. Parece que não se deve continuar na compra dele e que, tendo ouvido praticar vários arbítrios para se evitarem os descaminhos dos quintos, nenhum lhe parece melhor que o de mandá-los Vossa Majestade atender e que, passando as ordens necessárias para que o governador e provedor da fazenda os mandem pôr em pregão, assim no Rio de Janeiro e minas, como nas outras partes que lhe parecer necessário, para chegar ao conhecimento de todos. E achando que davam por eles a quantia que excedesse alguma coisa ao que tem rendido, em algum dos anos próximos, os arrematassem por um somente, porque estabelecido este contrato poderá ser nos anos seguintes de muito grande rendimento. E suposto ouça dizer que se não poderá praticar este arbítrio porque não haverá naquelas partes fiadores que assegurem um contrato tão grande, nada se perde na experiência de se por em pregão e, à falta de fiadores, se pode acudir pondo-se a condição de que quem arrematar dará sempre um quartel adiantado.

E que também lhe queparecia se não devia desprezar o que escreve Felipe de Barros se oferecendo a dar um arbítrio, para que rendam os quintos a Vossa Majestade dois milhares de cruzados, e que se devia escrever que se declara o dito arbítrio e que se verificando, faria a Vossa Majestade um grande serviço, ao qual teria Vossa Majestade muita atenção para lhe fazer alguma mercê.

E no que respeita às sisas, que de nenhuma maneira se deve abraçar este arbítrio, porque seria esta novidade a mais estranha nas conquistas.

Aos conselheiros Miguel Nunes de Mesquita e Francisco Pereira da Silva, parece dizer a Vossa Majestade que o negócio que contém estas cartas e arbítrios que nelas se dão a Vossa Majestade, não podem produzir nenhum efeito, enquanto se admitir comprar o ouro por quintar na casa da moeda. E porque se trazendo das minas sem temor algum de lhe ser tomado, pois ainda que não seja achado, sempre tem o pretexto de que o

iria quintar no Rio de Janeiro, e daquela praça é tão fácil o transporte para esta corte, como se sabe, no qual não há risco algum, pois Vossa Majestade o manda comprar na casa da moeda pelo seu valor. E faltando o temor da pena, quem haverá que livremente queira pagar vinte por cento, podendo com tão pouco risco (como há), livrá-lo? E é sem dúvida que se neste reino se dessem buscas como se dão para o tabaco, se fossem tiradas devassas e se fossem tomadas denúncias, os homens não se arriscariam com tanta liberdade a trazer o ouro por quintar, porque a experiência tem mostrado que, enquanto no Brasil não houve a certeza dessa permissão, importaram os quintos alguns anos dezoito arrobas, e depois que tiveram esta certeza, bem se vê o abatimento que houve neles, sendo hoje muito maior o rendimento das minas que bem entendem, pois toda a consideração por esta permissão consiste em que irá ouro para fora do reino. Mas esta razão não é tão equivalente, porque por maior que seja a considerável perda que tem a Fazenda de Vossa Majestade, o que é de se admirar é que se permita, na casa da moeda, este descaminho contra as leis de Vossa Majestade, contratando e ainda aprovando a transgressão delas. Mais ainda, o ouro não deixa por esta causa de ir para os estrangeiros, porque se não for em pó, irá em moeda, porque é mais conveniente levar em dinheiro por não terem gêneros, por ser certo que os frutos que embarcam deste reino não equivalem ao que importam as fazendas. Esta é a causa porque hão de levar ouro e prata ainda que não lhes tenha conta. Parece ainda que os lucros que ficam na casa da moeda não podem contrapesar o dano que tem a Fazenda de Vossa Majestade nos descaminhos dos quintos e que este, na sua consideração é o remédio mais eficaz para se evitarem tantos prejuízos. E que sem este, todos os que se aplicarem serão infrutíferos.

Que bem se mostra com evidência que as melhores minas do Brasil são os açúcares e tabacos, porque estes são estáveis e perpétuos, o que não se considera nas do ouro, pois aquelas acabarão se faltar gente para a sua cultura, o que será provável pela muita gente que concorre às do ouro, que a isto lhes parece se devia atender mais que tudo, para que não viesse a faltar uma e outra coisa. E que devia vir, em consideração, muita gente que deste reino vai para as minas. E a falta que nele pode fazer para

a sua defesa, não sendo de menos relevância as notícias que vêm de todas as praças do Brasil, se queixando os governadores que a maior parte dos soldados e dos moradores fogem para as minas, ficando as povoações sem gente e em tempo que podem ser infestados pelos inimigos desta coroa, sendo indubitável que se as da marinha não tiverem gente que as defenda, se poderão perder. E que perdidas elas, também ficam perdidas as minas.

Que nesta atenção, o melhor meio que se podia dar para se evitar o referido dano é que não se deixe passar gente alguma às minas. Só se deve conceder aos paulistas irem, lhes permitindo, todos os anos, trezentos negros para o trabalho delas, escolhendo a um daqueles moradores para guardam-
mor delas, finalmente ficando deles toda a administração e arrecadação dos quintos. Nesta forma, sem dúvida, renderão muito mais. É certo e a experiência tem mostrado que a justiça não tem coação nas minas, nem para castigar, nem ainda para devassar, pelas ameaças e temor de morte, por cujo respeito não tem lá tanto poder para castigar os delinquentes, nem o arbítrio de lhe darem soldados para sua guarda. Parece-lhes poder ser útil, antes ainda será o melhor para os descaminhos dos quintos, pois abre a grande despesa que farão, pois justamente se pode temer que sejam os mesmos que os desencaminham.

Que Vossa Majestade foi servido mandar um ministro por superintendente para as minas, nomeando a José Vaz Pinto para esta diligência, o qual tinha servido no Rio de Janeiro com grande aceitação e bom procedimento e passando às minas veio fugido pelo receio de o quererem matar, se recolhendo para este reino. Dizem que trazia quarenta mil cruzados em ouro, parte em pó, que se depositaram em juízo. Que tendo isto, é sem duvida que este ouro vinha em pó, não vinha quintado. E se o superintendente que Vossa Majestade mandou para evitar os descaminhos os cometia, sendo de tão boa opinião, o que farão os que se mandam porque o pedem?

Que toda a razão de não terem os ministros coação nas minas para fazerem observar o regimento e ordens de Vossa Majestade, dizem ser o poder dos paulistas, pois estes mesmos oferecem meios para a arrecadação dos quintos e se convidam para isso. E neste caso, deve Vossa

Majestade fiar deles este negócio, que é só o meio de poderem ter boa arrecadação, porque assim como estão poderosos em fazendas, hão de ser ambiciosos de honras, procurando que Vossa Majestade as faça pelo meio de servirem a Vossa Majestade. Como têm o poder ou dependência, esta circunstância poderá servir de grande efeito para ser muito diferente esta arrecadação. Não se pode temer que se vendo com todo o poder, se levantarão a maiores, quando é certo que não se podem sustentar naquele sertão sem se comunicarem com as praças. Antes, quanto mais poderosos e ricos estiverem, então dependerão mais da comunicação das praças para os provimentos de fazendas e gêneros do reino. Não poderão tê-la, se faltarem à devida obediência.

Que Garcia Rodrigues Paes, que atualmente é guarda-mor das minas, e o seu escrivão inculcam um tão grande rendimento nas minas, como mostram suas cartas, e suposto não declarem expressamente o arbítrio e a arrecadação que pode haver para um tão grande rendimento, se deixa entender da conta que fazem, que pagando cada pessoa que minar uma oitava de ouro cada dia, fazem aquela importância que inculcam renderão às minas. Mas, ou seja este o arbítrio em que se fundão, ou outro, dizem que este Garcia Rodrigues Paes é poderoso e aparentado com os mais poderosos de São Paulo e está tido e reputado em boa opinião. Pelas notícias que se tem dado neste conselho, não lhes parece desacertado confiar dele esta arrecadação, pois não estava já servindo de guarda-mor, escrevendo as cartas que pedem aqueles moradores que aponta? E quando possa haver outro mais poderoso e mais inteligente, a esse se deve recomendar este negócio.

Que a este tal que Vossa Majestade nomear por guarda-mor, lhe dará toda a jurisdição para devassar de todos os malefícios e descaminhos que se cometerem nas minas, prendendo os culpados e os remetendo com a culpa ao corregedor ou ouvidor de São Paulo, para que os sentenciem na forma disposta no regimento das minas.

Que nas minas deve haver casa dos quintos e que esta deve estar onde o guarda-mor ordenar, e os oficiais dela, à ordem do dito guarda-mor. Não deve haver outra casa dos quintos em parte alguma, por não se

dar ocasião a quem, achando algum ouro em pó ou por quintar, defenda com que vá quintar em direção ao Rio de Janeiro ou a outra parte onde houver quintos. E quando pareça necessário haver casa dos quintos no Rio de Janeiro e Bahia, o ouro que não vier por registro das minas, se tomará por perdido.

Que também lhe consta entrará muito ouro na casa da moeda do Rio de Janeiro com cunhos que se presumem falsos, porque se todo aquele que entrou foi quintado, tiveram importados seus quintos muito maior quantia do que importaram, que se colhe claramente. Ou na casa dos quintos havia muitos descaminhos, se furtando os quintos de Vossa Majestade, ou há cunhos falsos. Se supostamente se tivesse mandado devassar este crime, seria também necessário, para o futuro, mandar mudar de cunhos e mandar lançar bandos, ou colocar editais em todas aquelas partes, para que quem tomou ouro cunhado com os cunhos que até então havia, o manifestasse dentro do tempo que se estipular para se cunhar novamente, para se poder tomar por perdido o que se achar sem o novo cunho, o que deve ser tal que não seja fácil haver outro semelhante naquelas partes.

Que também nestes papéis se apontava o arbítrio de que nas minas paguem todos os que forem a elas, de cada cabeça de gado que lá se for vender a um cruzado. Que este arbítrio lhe parece não se devia desprezar, mas não devia de ser por este modo, se não mandando Vossa Majestade cobrar destas vendas o que se lhe deve, pois importaria muito mais do que pode importar o arbítrio apontado. Que em todo este reino se paga sisa de todas as coisas que se vendem, ou seja, e que se supostamente não se pagou nas conquistas foi por mercê particular de Vossa Majestade, por atender ao aumento delas, que parece não devem lograr os que vão vender às minas este gênero, pois o fazem com tanto avanço, paguem a Vossa Majestade os direitos são devidos. E no caso de que Vossa Majestade mande cobrar este direito, deve ser arrendando no Rio de Janeiro, São Paulo, ou na Bahia, que pela fazenda de Vossa Majestade terá muito má arrecadação.

Que se devia mandar guardar inviolavelmente as ordens que se tem mandado passar, para não virem às minas religiosos. Antes, somente, se devia encarregar esta missão aos padres da companhia, e a tomando por

sua conta, não se devia permitir que fossem lá clérigos, mas que quando os padres da companhia se não encarreguem dela, se deve mandar ordenar ao bispo do Rio de Janeiro que só mande às minas os padres que forem precisos para a cura daquelas ovelhas, e que não se devem contentar outros.

Que também não se devam lá consentir mais que os moradores daquelas capitanias de São Paulo, com os escravos e índios que tiverem. E as pessoas que lá vão do Rio de Janeiro com mantimentos ou gêneros a vender, se lhe tomem por perdidos, não indo com licença dos governadores daquelas praças. Com as fazendas que levarem registro das cópias, registros e licenças, os apresentarão ao guarda-mor, com pena de perder tudo o que for fora do registro e sem licença. E que indo menos gente, terão os quintos maior rendimento, porque terão melhor arrecadação. E ainda que se tire menos ouro das minas, estas sempre ali ficam para se poderem desfrutar mais, em melhor tempo. E não se divertirá a gente das praças em tempo de guerra, nem da cultura dos açúcares e tabacos, que são os frutos mais certos e de maior importância, tanto para a fazenda de Vossa Majestade, como para os vassalos.

Que também lhes pareça, se devem mandar pôr em lances os quintos, e se houver quem os arrende, será mais conveniente arrendá-los com segurança e fianças ao pagamento.

Ao Conde de Alvor, presidente, lhe parece que suposta a permissão de Vossa Majestade de que possa ir da Bahia para as minas tanto gado quanto outro mantimento, porque de outra maneira se não poderão conservar os que assistem nelas, que se deve impor o tributo de um cruzado em cada cabeça de gado, como em cada carga que passarem para aquelas terras, onde estão os descobrimentos das ditas minas, ordenando-se um nome ao governador da Bahia. E para este efeito e para a sua arrecadação, aquelas pessoas competentes, fazendo a escolha de sujeitos de toda a satisfação e verdade, se pondo naqueles sítios onde seja preciso. Que não demandem os que ficam com o dito gado e cargas para as terras das minas, com parte tal que não se possa desencaminhar o dito tributo, dando por este serviço o ordenado proporcional ao seu trabalho.

E no que diz respeito a se introduzir infantaria paga nas ditas

minas e naqueles distritos onde se possa entender que haja algum extravio no rendimento dos quintos do ouro, e para o maior respeito da pessoa de quem se resolvesse confiar a superintendência das minas, que de nenhuma maneira se deva por em prática este arbítrio, porque seria necessário se fazer muita despesa com ele, e se considera que seria acrescentar mais desencaminhadores aos mesmos quintos, porque cada um dos soldados seria um passador e transgressor das leis da Vossa Majestade, no que toca a se praticar o pagamento de sisas, já que esta novidade seria muito estranha nas conquistas, onde nunca se pagaram. Assim, não deve admitir semelhante proposta.

E porque Felipe de Barros, assim como o guarda-mor Garcia Rodrigues Paes, insinuam que, se seguir a sua disposição, será muito importante e considerável o rendimento dos quintos, não declarando a forma que se pode dar para que eles tenham este aumento que, segundo o que afirmam, é considerável, e que só devem avisar que exponha o seu arbítrio, dando Vossa Majestade a entender que surtindo este efeito, Vossa Majestade usará com eles da sua real grandeza.

Que o melhor meio e mais seguro para as conveniências da fazenda real seria contratarem estes quintos, pois se inculca que darão por eles um alto preço, e que assim havendo pessoa que com toda a segurança e com bons fiadores que se devem mandar arrematar por contrato, porque se efetuarão consideráveis gastos que se podem fazer assim na criação dos magistrados, que se supõem são necessários nas minas, como em outros muitos, que são precisos.

E se vê obrigado ele, presidente, a dizer a Vossa Majestade que um dos grandes instrumentos para o descaminho dos ditos quintos é estar permitindo as compras do ouro na casa da moeda, pois é muito notória a grande quantidade que veio para este reino nesta frota, como nas passadas, tanto em pó, como em barras por quintar. Sem dúvida não tiveram a certeza de que se havia de aceitar na dita casa e não tiveram ousadia de o trazerem para este reino, facilitando-se o extravio na permissão de se comprar pelos ministros de Vossa Majestade, e que já em outras ocasiões nas conferências e juntas em que se achou, votou que não era conveniente esta concessão,

porque era abrir porta aos mesmos descaminhos, e que isto mesmo lhe parecia agora. Lisboa, 26 de outubro de 1706. O conde presidente// Mesquita Silva Silveira Barbosa.

Joaquim Miguel Lopes de Lavre

(17) 27-03-1707

Meu irmão e senhor Domingos Nunes,

Este serve para pedir misericórdia a Vossa Mercê, a que me queira fazer mercê como bom irmão e como quem até aqui teve paciência de me esperar; que me espere mais até o princípio de agosto, sem falta, correndo sempre o seu dinheiro de Vossa Mercê a juros, desde o tempo que passei o crédito até agosto próximo, que bem sem falta nem dilação faço contas antes de em agosto estar outra vez em casa, ainda mais que vou em busca do dinheiro para Vossa Mercê. E, quando acaso eu pague outra dívida primeiro que a de Vossa Mercê, não me tenha por seu irmão, que aí está minha reputação e meu timbre, pelo primor com que Vossa Mercê se tem havido comigo, para não lhe faltar para este tempo que fico com Vossa Mercê a minha consideração. É que me quero envergonhar de pedir a Vossa Mercê, e não a estranho, e também pela usura que estão usando estes senhores, pedindo despropósito de avanço, e por tão breves meses me não animo a tomar dinheiro para Vossa Mercê e, assim como zeloso, lhe peço que, pelo amor de Deus, não se enfade contra mim, nem me queira mal. Há de querer Deus que antes de agosto lhe hei de ir em pessoa levar o seu dinheiro de Vossa Mercê. E sobretudo que Vossa Mercê logre muita e perfeita saúde estimaremos muito, e seja na boa companhia da senhora minha cunhada e mais famílias da nobre casa. Eu e os mais deste seu rancho de Vossa Mercê a possuímos boa, para servir a Vossa Mercê. Sua cunhada envia suas lembranças para a senhora minha cunhada e a Vossa Mercê, e particularmente faço a Vossa Mercê e ao senhor seu sogro, que o vejo assim muitas vezes, e aos senhores cunhados minhas lembranças, a cuja pessoa o céu guarde.

Hoje, 27 de março de 1707.

Do servidor e irmão muito obrigado a Vossa Mercê,

Manuel Munhoz Pais

Carta de Manoel Munhos

Ao senhor Domingos Nunes Paes

Guarde Deus muitos anos.

No bairro da Conceição

(18) 26-08-1707

Carta de Manuel Mounhoz

Ao Senhor Domingos Nunes Pais

Guarde Deus muitos anos

Em o Bairro da Conceição

(18) 26-08-1707

Escritura de doação e renúncia de serviços
que fazem Maria Portes del Rei, dona viúva que ficou
do Capitão Bartolomeu da Cunha Gago, e seu filho
Bartolomeu da Cunha Gago, e sua mulher, Margarida
Bueno da Veiga, moradores nesta vila de Taubaté,
a seu genro, o Capitão Amador Bueno da Veiga,
morador na vila de São Paulo.

Saibam quantos este público instrumento de escritura de doação e renúncia de serviços, ou como em direito melhor haja lugar, virem, que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e sete anos, aos vinte e seis dias do mês de agosto do dito ano, nesta vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, da capitania do Conde da Ilha do Príncipe, governador e donatário dela perpétuo por Sua Majestade, que Deus guarde, partes do Brasil etc., nesta dita vila, nas casas de morada de Maria Portes del Rei, dona viúva do Capitão Bartolomeu da Cunha Gago, onde eu tabelião adiante nomeado fui chamado; e sendo aí, estando presentes a dita Maria Portes del Rei, seu filho, o Capitão Bartolomeu da Cunha Gago, e sua mulher, Margarida Bueno da Veiga, moradores nesta vila de Taubaté, todas pessoas conhecidas de mim tabelião, logo aí, pela dita Maria Portes del Rei e seu filho, o dito Capitão Bartolomeu da Cunha Gago, e sua mulher, Margarida Bueno da Veiga, por todos juntos e por cada um deles, de per si *in solidum*, foi dito perante mim tabelião e das

testemunhas adiante nomeadas e no fim desta nota assinadas, que a eles todos pertenciam, pela parte que a cada um deles tocava, os serviços que havia feito seu marido, pai e sogro deles doadores e renunciantes, a Sua Majestade, que Deus guarde, na desinfestação do gentio bravo destas partes, franqueando o caminho aos sertanistas e outros muitos que constavam das certidões, pelos quais nunca fora despachado com mercê alguma do dito senhor, os quais todos doavam e renunciavam o direito que neles tinham a favor do Capitão Amador Bueno da Veiga, morador na vila de São Paulo, genro e cunhado deles doadores e renunciadores, por ser casado com sua filha, irmã e cunhada deles doadores e renunciantes, Marta de Miranda del Rei, a qual fora filha mais velha dela, a dita doadora Maria Portes del Rei, e do defunto seu marido, Bartolomeu da Cunha Gago. E como tal, ao tempo de seu casamento, por não ter dote suficiente para dar a tal genro, lhe prometera os ditos serviços, os quais lhe davam e doavam *causa dotis*, na forma sobredita, e lhe faziam a dita doação e renúncia de suas próprias e livres vontades, sem constrangimento de pessoa alguma, para o que desistiam, a favor do sobredito doado, do direito, ação, razão e domínio, que nos ditos serviços e mercês por eles lhe sejam feitas, para que estas sejam concedidas ao sobredito doado.

E pediam a Sua Majestade, que Deus guarde, seja servido fazer ao dito seu genro e cunhado tudo o que em remuneração dos ditos serviços for servido fazer-lhe, a qual doação e renúncia disseram eles, os ditos doadores e renunciantes, ter e haver por boa, firme e valiosa a todo o tempo, em juízo e fora dele, sob a obrigação de suas pessoas e bens móveis e de raiz. Em fé e testemunho de verdade outorgaram ser feita a presente escritura de doação e renúncia de serviços, nesta minha nota de tabelião, na qual deles aceitei, estipulei, como pessoa pública estipulante e aceitante, em nome das partes a quem tocar possa e não presentes, sendo a tudo testemunhas presentes Manoel Correa da Veiga, Januário Rodrigues e João Peres da Cunha, moradores nesta vila e outrossim pessoas conhecidas de mim tabelião, que todos aqui assinaram com o dito doador, Bartolomeu da Cunha Gago. E, por as doadoras serem mulheres e dizerem que não sabiam escrever, rogaram a Rui Pedroso da Silveira e Manoel Nunes de Souza

que por elas, digo, moradores nesta vila, que por elas assinassem, os quais assinaram a seus rogos. E todos aqui o fizeram depois desta lhes ser toda lida e declarada por mim, João de Souza Dias, tabelião, que o escrevi.

João Pires da Cunha

Januário Rodrigues

Bartolomeu da Cunha Gago

A rogo da outorgante, Margarida Bueno da Veiga, assino por ela.
Manoel Nunes de Souza

Assino a rogo da outorgante, Maria Portes del Rei, dona viúva. Rui
Pedroso da Silveira

(19) 14-09-1707

*Escritura de venda de um pedaço de terra no bairro de Tremembé,
fazendo testada pela estrada do Bom Jesus e o sertão, até onde
direito for, que faz o Capitão Jaques Félix a Francisco Pinto
de Macedo, todos moradores nesta vila de Taubaté.*

Saibam quantos este público instrumento de escritura de venda de um pedaço de terra que faz o Capitão Jaques Félix virem que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e sete anos, aos catorze dias do mês de setembro do dito ano, nesta vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, da capitania do Conde da Ilha do Príncipe, governador e donatário dela perpétuo por Sua Majestade, que Deus guarde, partes do Brasil etc., nesta dita vila, em pousadas de mim tabelião adiante nomeado, apareceu o Capitão Jaques Félix, pessoa conhecida de mim tabelião. E por ele me foi dito, em presença das testemunhas adiante nomeadas e assinadas, que, entre os mais bens que possuía, eram umas terras na estrada do Bom Jesus, indo desta vila à mão esquerda, que partem por uma banda com Manoel de Souza Maia e pela outra com terras, digo, que partem por uma banda com terras de Francisco Vieira, onde mora Domingos Pires de Brito, e pela outra, com terras dele dito Capitão Jaques Félix. As quais ditas terras disse ele sobredito que vendia desde a dita paragem onde mora o dito Domingos Pires, correndo para a banda da ermida do Bom Jesus, até o charquinho que está no dito caminho, junto ao ribeirão que passa e atravessa a estrada e o sertão, desde a dita estrada até o ribeirão que servia

de aguada ao defunto Francisco Barbosa, sendo morador nas ditas terras, as quais disse ele que havia possuído com outras mais por herança de seus pais. E, por esta maneira declarada, disse ele, o dito Capitão Jaques Félix, que vendia, como de fato vendeu, deste dia para todo o sempre, a Francisco Pinto de Macedo, por preço de dez mil réis, que lhe deu esse pagamento em uma espingarda de quatro palmos com seus anéis de prata.

E por este instrumento lhe dá plenária quitação, deste dia para todo o sempre, do dito preço e quantia, para que logre as ditas terras, das quais o dá por empossado como coisa sua, comprada por seu dinheiro, a ele, sua mulher e filhos, ascendentes e descendentes que após eles vierem, sem contradição alguma, como ele até o presente as havia possuído à vista e face de todos. E de si afastava toda a posse e domínio que nas ditas terras tinha, e tudo demitia e trespassava à pessoa do dito comprador, para que as logre na forma sobredita. E disse mais ele, o dito vendedor, que, se nesta escritura de venda faltarem algumas cláusulas ou solenidades e pontos de direito para a firmeza dela, aqui as há propostas e declaradas como se de cada uma delas fizera expressa e declarada menção. Em fê e testemunho de verdade outorgou ser feita a presente escritura de venda de terras em presença da parte, nesta nota de mim tabelião na qual deles aceitei, estipulei como peça estipulante e aceitante, em nome das partes a que tocar possa, sendo a tudo testemunhas presentes o Reverendo Padre Antonio Bicudo de Siqueira e o Capitão João de Toledo e Piza, todos moradores nesta dita vila, que assinaram com o dito vendedor, sendo-lhes esta lida e declarada por mim tabelião João de Souza Dias, que o escrevi.

O Padre Antonio Bicudo de Siqueira

Cruz do Capitão Jaques Félix

João de Toledo e Piza

(20) 07-01-1708

Crédito de Domingos Jorge Santarém, lançado

nesta nota com despacho do Juiz Ordinário,

Capitão João de Toledo e Piza, que é o seguinte.

Diz Domingos Jorge Santarém, existente nesta vila, que a ele

é necessário mandar um crédito para as minas, e, como há passagens de rios caudais e outros riscos mais que pelos longes do caminho se oferecem, quer ele suplicante que seja lançado no livro de notas do tabelião desta vila. Pelo que pede a Vossa Mercê seja dito crédito lançado, em modo que faça fê em juízo e fora dele. E Receberá Mercê. Despacho: como pede. Taubaté, sete de janeiro de mil setecentos e oito anos. Piza. Digo eu, Baltazar do Rego da Silva, que é verdade que devo a Domingos Jorge Santarém duzentos e setenta mil réis em dinheiro, procedidos de uma negra e um moleque que lhe comprei a meu contento, tanto em preço como em bondade. A qual quantia me obrigo a pagar por todo o mês de fevereiro próximo que vem. E por assim ser verdade, lhe passei este, por mim feito e assinado, hoje, seis de janeiro de mil setecentos e oito anos. Baltazar do Rego da Silva.

E não se continha mais no dito crédito, que eu, tabelião adiante nomeado, aqui trasladei bem e fielmente do próprio, que o tomei à parte, ao qual me reporto. E o corri e consertei, escrevi e assinei aos sete dias do mês de janeiro de mil setecentos e oito anos. Eu, João de Souza Dias, tabelião com provisão do governador geral do Rio de Janeiro, o escrevi e assinei.

Consertado com o próprio por mim, tabelião sobredito,

João de Souza Dias

(21) 03-10-1708

*Crédito do mui Reverendo Padre Antonio Barreto
de Lima lançado nesta nota com despacho do Juiz Ordinário,
o Capitão Jorge Dias Velho e é o seguinte*

Diz o vigário desta vila, o Padre Antonio Barreto de Lima que ele quer remeter para as minas o crédito que junto oferece a fazer uma cobrança, e por haver vários riscos pelo caminho delas, quer que com despacho de Vossa Mercê seja o dito crédito lançado no livro de notas. Portanto, pede a Vossa Mercê seja servido se lhe lance o dito crédito em modo que faça fê e receberá mercê. O tabelião lance o crédito na forma pedida Taubaté treze de outubro de Sete Centos e oito /// Velho /// Devo ao Senhor Reverendo Vigário da Vila de Taubaté o Padre Antonio Barreto

de Lima quinhentos mil réis em dinheiro de contado procedidos de outros tantos que me deu a razão de juro de oito por cento cada ano como é o costume os quais quinhentos mil réis e juros pagarei ao dito senhor ou a quem este me mostrar para julho próximo que vem sem a isso por dúvida alguma ao que obrigo minha pessoa e bens e por verdade lhe dei este por mim feito e assinado. Taubaté oito de julho de mil setecentos e cinco anos. Manoel da Costa Escobar /// Recibo que achei no dito crédito /// Recebi os juros do dinheiro acima que pagou o muito Reverendo Padre de que passei a presente hoje dezoito de julho de mil setecentos e seis. Lima. E não se continha mais no dito crédito que eu tabelião ao diante nomeado aqui trasladei bem e fielmente do próprio que o tornei à parte ao qual me reporto e o corri e consertei escrevi e assinei, aos treze de outubro de mil setecentos e oito anos João de Souza Dias, tabelião o escrevi

Consertado com o próprio por mim tabelião João de Souza Dias

(22) 01-02-1709

*Escritura de alforria que faz o
Capitão Lourenço Castanho, morador
na vila de São Paulo, e ora estante
nesta vila, a uma escrava sua
chamada Maria, moça parda.*

Saibam quantos este público instrumento de escritura de alforria virem que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e nove anos, ao primeiro dia do mês de fevereiro do dito ano, nesta vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, da capitania do Conde da Ilha do Príncipe, governador e donatário dela perpétuo por Sua Majestade, partes do Brasil etc., nesta dita vila, em pousadas do Capitão Lourenço Castanho, morador na vila de São Paulo e ora estante nesta, onde eu tabelião adiante nomeado fui chamado. E, sendo lá, por ele, o dito Capitão Lourenço Castanho, me foi dito, em presença das testemunhas no fim desta assinadas, que, entre os mais bens que possui no casal e está de posse deles, há uma moça parda por nome Maria, da qual, desde que esteve em seu poder, havia recebido sempre bons serviços até o presente,

de cuja mão e poder também havia recebido seiscentas e cinquenta oitavas de ouro em pó, por quais razões, e por este presente instrumento lhe dava, como logo deu, à dita moça parda chamada Maria, alforria e liberdade, e a havia, de hoje para todo o sempre, por isenta, livre e desembargada de toda a obrigação de servidão ou administração, para que, assim ao presente como adiante, nenhuma pessoa de qualquer qualidade que seja, assim seus herdeiros presentes como futuros, possam obrigar nem constranger a dita Maria da Silva, porquanto ele outorgante, de sua livre e desembargada vontade, queria e era contente que fosse a dita Maria da Silva forra, livre e desembargada desde agora para todo o sempre. E que por nenhum modo ou estilo judicial poderão os ditos seus herdeiros presentes como futuros ou outra qualquer pessoa contrariar o teor e forma desta escritura de alforria, por ser assim sua livre vontade e sem constrangimento de pessoa alguma. E pede às justiças de Sua Majestade, que Deus guarde bem, e façam dar a esta escritura muito inteiro cumprimento, e que ele outorgante renuncia a todas e quaisquer leis e ordenações, privilégios e defesas, que sejam e possam ser a seu favor, e à lei que diz que nenhum pode renunciar ao direito que não sabe que lhe pertence. E declarou mais ele outorgante que, se nesta escritura faltarem algumas cláusulas ou pontos de direito necessários para mais validade dela, as havia aqui por postas, expressas e declaradas, como se de cada uma delas fizera expressa e declarada menção, para que, em tudo e por tudo, seja firme e valiosa em fé de verdade. Assim a disse e outorgou, pediu e aceitou, e mandou fazer este instrumento nesta minha nota que ... tabelião, como pessoa pública estipulante e aceitante, aceito em nome de quem tocar o direito dela, sendo a tudo testemunhas presentes João de Toledo e Piza, Manoel de Barros Freire e José Ferreira de Castilho, pessoas conhecidas pelos próprios e moradores nesta dita vila, que assinaram com o outorgante, morador na de São Paulo. Eu, João de Souza Dias, tabelião com provisão do governador do Rio de Janeiro, o escrevi.

Lourenço Castanho Taques
Manoel de Barros Freire

João de Toledo e Piza
José Ferreira de
Castilho

(23) 21-05-1709

Senhor irmão,

Terá Vossa Mercê para si que faço pouco caso de Vossa Mercê, em não lhe dar novas minhas desde que cheguei das Minas. Só nesta ocasião acho ser portador certo, que é o sobrinho do capitão Antônio Correia, que creio ser tão perto de avistar com Vossa Mercê.

Senhor irmão, vim das Minas sem trazer nenhuma oitava de ouro, que vim para acudir à festa do Natal que, se não fora isso, não viera eu, visto não ter com que pagar minhas dívidas. E assim peço a Vossa Mercê, pelo amor de Deus, tenha paciência até eu ter modo de pagar. Vossa Mercê não perde o seu dinheiro, que corre a juros. Ademais, tenho que enfadar a Vossa Mercê como costumado: nosso tio, o capitão João de Siqueira Caldeira, me escreveu que nosso primo Manuel Gomes lhe tinha deixado a minha espingarda, e que fazia de custo dez patacas. Faça-me mercê de dar as dez patacas a nosso tio e trazer-me a espingarda quando vier visitar a nossa mãe, que darei a Vossa Mercê o seu dinheiro, mas sobretudo ficarei festejando que esta ache a Vossa Mercê gozando muita e perfeita saúde, e seja acompanhada com a da senhora minha irmã e mais famílias da nobre casa. Eu e sua irmã e os mais deste rancho de Vossa Mercê a gozamos boa, e essa está oferecida ao dispor de Vossa Mercê. Sua cunhada envia suas saudades à senhora minha irmã e a Vossa Mercê, e eu particular muitas a Vossas Mercê, a cuja pessoa Deus guarde.

Hoje, 21 de maio de 1709.

Do servo e irmão de Vossa Mercê muito obrigado,

Manuel Munhoz Pais

Essa carta, que sua cunhada manda ao primo Pedro da Silva, remeta-lhe com a

brevidade que importa, que assim pede sua irmã a Vossa Mercê de favor.

(24) 13-07-1709

Por vagar o posto de condestável desta praça de Santos por promoção de seu condestável, Antônio Rodrigues, hei por bem, com o

mestre de campo e governador desta praça, nomear a dita ocupação a Pedro de Macedo, por nele concorrerem todos os requisitos necessários para o dito cargo, e eu confiar que ele obrará em tudo o de que se encarregar do real serviço com muita agilidade. E com o sobredito posto vencerá o soldo de artilheiro até Sua Majestade, que Deus guarde, confirmar o posto de gentil homem ao sobredito Antônio Rodrigues. Santos, 13 de julho de 1709

José Monteiro de Matos

(25) 13-03-1709

Escrito de Lourenço Velho Cabral, lançado nesta nota, a requerimento do muito reverendo Padre Antonio Bicudo de Siqueira, e é o que se segue.

Senhor Capitão Manoel Fernandes Pinto, o meu maior interesse foi ver eu que Vossas Mercês estavam divididos, e a hora que Vossas Mercês estão juntos é a que mais estimo, para o seu bem, de Vossas Mercês, e de todos nós outros. Façam Vossas Mercês a diligência de prender a João Ferreira e aos mais que lhe fizerem companhia. E dado o caso que tomem armas, sem que se queiram entregar por bem, seja a prisão feita com todo o rigor. E, com segunda ordem nossa, poderão Vossas Mercês fazer o que lhes determinarem. E a Vossa Mercê guarde Deus muitos anos. Treze de março de mil setecentos e nove anos, amigo e muito criado de Vossa Mercê, Lourenço Velho Cabral. E não se continha mais no dito escrito, que o dito Lourenço Velho Cabral, sendo juiz ordinário da vila de Guaratinguetá, escreveu a esse Manoel Fernandes, morador na dita vila, nesse bairro chamado Guaipacaré, que eu tabelião aqui trasladei bem e fielmente, e o tornei ao dito Reverendo Padre, por fazer a bem de sua justiça todas as vezes que lhe for necessário. E corri e consertei, escrevi e assinei, aos catorze dias do mês de agosto de mil setecentos e nove anos, eu, João de Souza Dias, tabelião, o escrevi e conferi.

Consertado com o próprio por mim, sobredito tabelião, João de Souza Dias

(26) 27-08-1709

*Escritura de dinheiro a ganhos que faz Diogo
Arias d'Aguirre a Salvador Moreira de
Castilho, todos moradores nesta vila.*

Saibam quantos este público instrumento de escritura de dinheiro a ganhos virem que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e nove anos, aos vinte e sete dias do mês de agosto do dito ano, nesta vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, da capitania do conde da Ilha do Príncipe, governador e donatário dela perpétuo por Sua Majestade, partes do Brasil etc., nesta dita vila, em pousadas de mim tabelião adiante nomeado, apareceu Diogo Arias de Aguirre, aqui morador. E por ele me foi dito, em presença das testemunhas no fim desta, assinadas, que sendo nos quatro dias do mês de junho passado deste mesmo ano, lhere Salvador Moreira de Castilho, também aqui morador, cento e oitenta mil e seiscentos réis em dinheiro de contado, os quais ele outorgante tomou desde esse tempo à razão de juros de oito por cento, como é estilo nesta vila, por tempo de um ano, ou por tudo o mais que em seu poder estiver, até fazer real entrega e pagamento tanto de principal como dos juros que vencidos forem no tempo dele, sem a isso pôr dúvida alguma em juízo nem fora dele. E para maior segurança obrigou sua pessoa e bens móveis e de raiz, havidos e por haver, e ofereceu por seu fiador e principal pagador a Antônio Arias Correia, o qual foi aceito pelo dito Salvador Moreira de Castilho. E tanto o fiado como o fiador se obrigaram por suas pessoas e bens móveis e de raiz, havidos e por haver, e se obrigaram a fazer este pagamento no dito tempo consignado, dizendo que, se nesta escritura de direito e obrigação faltarem algumas cláusulas ou solenidades em direito necessárias para maior vigor dela, que eles aqui as haviam por postas, firmes e valiosas, como se de cada uma delas fizessem expressa e declarada menção, em fé de verdade. Assim o outorgaram e pediu que lhe fizesse esta escritura de obrigação nesta nota, que aceitou. E eu tabelião, como pessoa pública estipulante e aceitante, aceito em nome de quem tocar o direito dela, e assinou com testemunhas presentes Antônio Pio Ferreira e Antônio Correia Silva, todos moradores nesta vila e pessoas conhecidas pelas próprias de mim tabelião. João de

Souza Dias o escrevi.

Diogo Arias de Aguirre
Antonio Pio Ferreira

Antônio Correia Silva
Antônio Arias Correia

(27) 28-08-1709

*Créditos do Capitão Sebastião de Siqueira Gil,
lançados nesta nota com despacho do juiz ordinário,
o Capitão Jerônimo Ferreira de Melo. São os
seguintes.*

Diz Sebastião de Siqueira Gil, morador nesta vila, que ele quer mandar para as minas a fazer suas cobranças quatro créditos de várias pessoas. E, como haja nos longes do caminho riscos de passagens e outros mais, pede a Vossa Mercê que lhe faça mercê mandar que se lhe lancem ditos créditos no Livro de notas, em modo que faça fê. E Receberá Mercê. Despacho: o tabelião lance os créditos nas notas. Taubaté, vinte e oito de agosto de setecentos e nove anos, Ferreira. Segue-se o primeiro crédito.

Digo eu, Salvador Gil, que eu devo ao Capitão Sebastião de Siqueira Gil, doze libras de ouro em pó, procedidas de um areal que lhe comprei em Guarapiranga, com cinquenta e uma cabeças de porcos e com o milho e plantas que se acharam no areal, assim no paiol como no plantado e na roça. E assim mais oito alavancas e doze almocafres, dez machados, dezessete foices e nove enxadas, e as bateias que se acharam, e um cavalo selado e enfreado, o que tudo comprei a meu contento assim em preço como em bondade. As quais ditas doze libras de ouro em pó pagarei a esse dito senhor ou a quem me este mostrar, da feitura deste a ano e meio sem dúvida nem contradição alguma, para o que quero que este valha como escritura pública e ...nha, e se lhe dê a mesma validade que tem e se dá às que são passadas judicialmente. E como tal faço hipoteca de todos os meus bens, havidos e por haver, futuras e contingentes, e os obrigo, assim eles como minha pessoa, à satisfação desta dívida, até ser realmente satisfeita. E por assim ser verdade, pedi a Manoel da Silva Salgado que este por mim fizesse e como testemunha assinasse. Guarapiranga, quatro de dezembro de mil setecentos e cinco anos, Salvador Gil. Como testemunha, Manoel

da Silva Salgado.

Declaro que devo mais, na forma sobredita, trinta e uma oitavas e meia de ouro em pó, procedidas de um capadote mais que lhe comprei. Dia e era acima, Salvador Gil. Recibo. Tenho recebido à conta deste crédito trinta oitavas de ouro. Por verdade passei este hoje, vinte e nove de abril de mil setecentos e sete anos. Sebastião de Siqueira Gil.

Segundo: Devo ao Capitão Sebastião de Siqueira Gil cento e quarenta e cinco oitavas de ouro, procedidas de ouro de empréstimo e milho que lhe era a dever Nazário, a qual dita quantia me obrigo pelo dito a satisfazer por todo o mês de outubro próximo deste presente ano, ao dito senhor ou a quem este me mostrar sem dúvida nem contradição alguma. E por verdade fiz este de minha letra e sinal. Borda do Campo, quinze de março de mil setecentos e seis. Valentim Rodrigues.

Terceiro crédito: Digo eu, o Coronel Pedro da Fonseca Magalhães, que devo a meu compadre, o Senhor Capitão Sebastião de Siqueira Gil, cento e vinte e oito oitavas de ouro em pó que me emprestou, as quais pagarei a ele ou a quem este me mostrar à minha chegada a povoado, para o que obrigo minha pessoa e bens, havidos e por haver, e, para segurança desta dívida, dou por fiador e principal pagador a meu genro Lourenço Henrique do Prado. Minas Gerais e Ouro Preto, vinte e oito de fevereiro de mil setecentos e seis. Pedro da Fonseca Magalhães. Como fiador e principal pagador, Lourenço Henrique do Prado.

Quarto crédito: Devo a meu tio, o Senhor Sebastião de Siqueira Gil, doze oitavas de ouro em pó, as quais cobre de Domingos Borges nas Minas Gerais, e lhas pagarei todas as vezes que mas pedir. Taubaté, dois de setembro de mil setecentos e oito. Lourenço Henrique do Prado. E não se continha mais nos ditos quatro créditos como acima se vêem, que aqui trasladei bem fielmente e os tornei à parte, aos quais me reporto. E os corri e consertei, escrevi e assinei aos vinte e oito de agosto de mil setecentos e nove anos. Eu, João de Souza Dias, tabelião, o escrevi.

Consertado com os próprios por mim, sobredito tabelião, João de Souza Dias

(28) 29-08-1709

Escritura de dívida que faz o Capitão Francisco de Almeida Gago, dos bens e dinheiro que deve à fazenda de Domingos Gonçalves, que se matou perto do seu sítio, de dois negros que comprou em praça, pertencentes ao dito defunto.

Saibam quantos este público instrumento de escritura de dívida virem, que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e nove anos, aos vinte e nove dias do mês de agosto do dito ano, nesta vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, da capitania do Conde da Ilha do Príncipe, governador e donatário dela perpétuo por Sua Majestade, partes do Brasil etc. Nesta dita vila, em casas do Capitão Francisco de Almeida Gago, onde eu tabelião adiante nomeado fui chamado e, sendo lá, por ele me foi dito que arrematou em praça dois negros de Guiné, aos catorze de julho, dos bens que são da fazenda que pertence a Domingos Gonçalves, homem forasteiro, já defunto, como constava do inventário que se fez por sua morte, em cujo leilão arrematou o negro José por cento e quarenta mil e quinhentos, e o negro Pedro por cento e oitenta mil e quinhentos réis, quantias que, ambas, fariam, em cheio, trezentos e vinte e um mil réis, os quais se obrigava a pagar em cheio todas as vezes que por quaisquer justiças a quem pertencer, da feitura desta a um ano, sem a isso pôr dúvida alguma, tanto aos juízos desta vila como a outras quaisquer, por quem a dita quantia lhe for pedida. E, para segurança deste pagamento, obrigou sua pessoa e bens, móveis e de raiz, havidos e por haver, hipotecando um sítio na roça e umas casas da vila junto à cadeia, e todos os mais bens que se acharem ser seus, para tal pagamento, no dito tempo consignado de um ano para a satisfação desta escritura. E se nela faltarem algumas cláusulas ou solenidades em direito necessárias que ele outorgante aqui as havia por postas e declaradas, como se de cada uma delas fizera expressa menção em fé de verdade, assim o outorgou e pediu a mim tabelião que lhe fizesse esta escritura de dívida nesta nota, que aceitou. E eu sobredito, como pessoa publica estipulante e aceitante, aceito, em nome de quem tocar o direito dela, na qual o outorgante assinou com testemunhas presentes. José Cardoso Guterres e Pedro da Fonseca de Carvalho, todos

moradores nesta vila e pessoas conhecidas pelas próprias de mim tabelião.
João de Souza Dias, tabelião, o escrevi.

Pedro da Fonseca de Carvalho

José Cardoso Guterres

Francisco de

Almeida Gago

(29) 30-08-1709

Crédito que pertence ao Capitão

Sebastião de Siqueira

Gil, lançado nesta nota a seu

requerimento. E é o seguinte.

Digo eu, Ambrósio Caldeira Brant, que é verdade que comprei duas datas e meia de terras ao Senhor Capitão Belquior Félix Correia, partindo com o Padre Barreto, por preço de trezentas e cinquenta oitavas, as quais lhe pagarei a ele, ou a quem este me mostrar, por todo o mês de setembro deste presente ano de mil setecentos e sete. E por clareza lhe passei este escrito de obrigação, por mim assinado. Rio das Mortes, hoje, quatro de abril, mil setecentos e sete anos. Ambrósio Caldeira Brant. E não se continha mais no dito crédito, lançado à instância do Capitão Sebastião de Siqueira Gil, neste meu livro de notas, bem e fielmente, ao qual me reporto, que o tomei à parte e o corri e consertei, escrevi e assinei, aos trinta dias do mês de agosto de mil setecentos e nove anos. João de Souza Dias, tabelião, o escrevi.

Consertado com o próprio por mim tabelião, João de Souza Dias

(30) 03-10-1709

Créditos do muito reverendo vigário da vara nesta

vila, o Padre Antônio Barreto de Lima, lançados

nesta nota com despacho do juiz ordinário

Jerônimo Ferreira de Melo. E é o que se segue.

Diz o Padre Vigário Antônio Barreto de Lima, morador nesta vila, que ele quer mandar para as minas dois créditos, a fazer suas cobranças. E porque pelos caminhos delas há vários riscos de passagens e outros mais

inconvenientes, lhe é necessário que sejam os ditos dois créditos lançados nas notas para segurança deles. Portanto, pede a Vossa Mercê lhe faça a mercê de mandar, por seu despacho, que sejam os ditos créditos lançados, em modo que faça fê. E Receberá Mercê. Despacho: o tabelião lance os créditos contidos. Taubaté, três de outubro de setecentos e nove. Ferreira. Segue-se o primeiro crédito.

Aos dezesseis dias do mês de julho de mil setecentos e oito anos, nesta vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, em pousadas de mim tabelião adiante nomeado e assinado, apareceu Paulo Duarte Coelho, habitante nas Minas, e por ele me foi dito que era a dever, e com efeito devia, ao reverendo vigário da vara, o Padre Antônio Barreto de Lima, quinhentas oitavas de ouro em pó, procedidas de outras tantas que lhe havia emprestado a seu contento. E por este se obrigava a fazer boa a sobredita quantia ao sobredito reverendo vigário, ou a sua ordem, da chegada dele outorgante às Minas há três meses, para o que deu por seus fiadores e principais pagadores ao Capitão Sebastião de Siqueira Gil e ao Capitão Francisco Álvares Correia que, junto com ele fiado, disseram que obrigavam suas pessoas e bens móveis e de raiz, havidos e por haver, à satisfação da sobredita quantia. Em fê de verdade pediram a mim tabelião lhe fizesse este, que, disseram, queriam que valesse como se fora uma escritura pública. E por ela não seriam ouvidos em juízo nem fora dele e sem contradição alguma, por firmeza do que assinou o dito fiado com os fiadores. Eu, Felipe Moreira Queimado, tabelião, o escrevi. Felipe Moreira Queimado, Paulo Duarte Coelho, Sebastião de Siqueira Gil, Francisco Correia.

Segundo crédito: Aos cinco dias do mês de novembro de mil setecentos e oito anos, nesta vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, em pousadas de mim tabelião adiante nomeado e assinado, apareceu o Capitão Paulo Duarte Coelho, assistente nas Minas e ora nesta dita vila, pelo qual me foi dito que era a dever, e com efeito devia, ao reverendo padre vigário da vara desta vila, o Padre Antônio Barreto de Lima, a quantia de duzentas e quarenta oitavas de ouro em pó, procedidas de outras tantas que lhe emprestou em ouro de receber. A qual quantia, disse ele outorgante, se obrigava a pagar ao sobredito reverendo padre vigário da vara, ou a ordem da sua chegada nas Minas, para onde estava

de partida daqui a três meses, para o que disse que obrigava sua pessoa e bens, móveis e de raiz, havidos e por haver, faltando no sobredito tempo consignado, em fê de verdade do que pediu a mim tabelião que lhe fizesse este, que, disse, queria que valesse como se fora uma escritura pública. E por ele não seria ouvido em juízo, nem fora dele, antes sim seria obrigado a satisfazer a sobredita quantia de ouro na forma que acima declarado tinha. Por verdade do que assinou aqui comigo tabelião Felipe Moreira Queimado, que o escrevi. Paulo Duarte Coelho, Felipe Moreira Queimado, que o escrevi. E não se continha mais nos ditos dois créditos que eu tabelião aqui trasladei bem e fielmente, e os tornei à parte, corri e consertei, escrevi e assinei aos três dias do mês de outubro de mil setecentos e nove anos. João de Souza Dias, tabelião com provisão do governador do Rio de Janeiro, o escrevi e assinei.

Consertados com os próprios, que os tomei à parte por mim, sobre dito tabelião,

João de Souza Dias

(31) 04-10-1709

Créditos de Manoel da Silva Salgado, lançados nesta nota a seu requerimento, com despacho do juiz ordinário, o Capitão Jerônimo Ferreira de Melo. E são os seguintes.

Diz Manoel da Silva Salgado que ele suplicante quer remeter para as Minas os créditos que apresenta. E como sucedem pelo caminho delas muitos e vários roubos, com riscos de passagens e outros mais que corre qualquer coisa que para elas se remetem, pede a Vossa Mercê que lhe faça mercê de mandar por seu despacho que sejam os ditos créditos lançados nas notas, em modo que faça fé. E Receberá Mercê. Despacho: o tabelião lance os créditos contidos como se pede. Taubaté, quatro de outubro de setecentos e nove. Ferreira. Segue-se o primeiro crédito:

Devo a Manoel da Silva Salgado vinte e um mil quatrocentos e quarenta réis, procedidos de fazenda que lhe comprei a meu contento, os quais ditos vinte mil quatrocentos e quarenta, digo, vinte e um mil quatrocentos e quarenta réis pagarei a ele dito, ou a quem este me mostrar por todo o mês de junho deste presente ano, em dinheiro de contado. Por

ser verdade lhe passei este. Taubaté, quatorze de abril de mil setecentos e cinco anos. Domingos da Cunha do Prado.

Segundo crédito: Digo eu, Felipe Cabral, que é verdade que devo ao Senhor Manoel da Silva Salgado, dezoito oitavas e meia de ouro em pó, procedidos de fazenda, as quais pagarei ao dito ou a quem este me mostrar, por todo o mês de outubro próximo. E, por assim ser verdade, lhe passei este, em que assinei, hoje, vinte e três de abril de mil setecentos e dois anos. Felipe Cabral.

Terceiro crédito: Devo a Manoel da Silva Salgado, duzentos e dez mil e quinhentos e oitenta réis, procedidos de fazenda que lhe tomei na sua loja a meu contento, assim em preso como em bondade. Os quais ditos duzentos e dez mil e quinhentos e oitenta réis pagarei a ele dito, ou a quem este me mostrar por todo o mês de dezembro próximo, deste presente ano, sem dúvida nem contradição alguma. E, quando assim a não faça, pagarei os ganhos que correrão até real entrega, a oito por cento cada ano, como é uso e costume, para o que obrigo minha pessoa e bens móveis e de raiz, havidos e por haver, futuros e contingentes, para adita satisfação. E, por assim ser verdade, pedi e roguei a Francisco Álvares de Castilho este por mim fizesse e assinasse como testemunha. Hoje, dois de outubro de mil setecentos e nove anos. Assino como testemunha, Francisco Álvares de Castilho, Gaspar Vaz da Cunha. Devo mais na sobredita forma quarenta mil réis. Taubaté, dia e era acima. Gaspar Vaz da Cunha.

Segue-se o quarto crédito: Digo eu que devo a Manoel da Silva Salgado setenta e seis mil réis e oitocentos, procedidos de um cavalo que lhe comprei a meu contento. A qual quantia pagarei a ele ou a quem este me mostrar por todo o mês de dezembro próximo, deste presente ano. E, quando no dito tempo não satisfaça a sobredita quantia, começarão a correr ganhos de oito por cento do primeiro de janeiro por diante, até real entrega. Taubaté, hoje, sete de setembro de mil setecentos e nove anos. Luís Cabral do Prado. Achei mais por baixo deste sinal, que dizia: Mais pagarei na sobredita forma cinco mil e setecentos réis. Luís Cabral do Prado.

Segue-se o quinto crédito: Devo e pagarei ao Senhor Manoel da Silva Salgado, ou a quem este me mostrar, trinta e um mil e quatrocentos e

sessenta réis em dinheiro de contado, procedidos de fazenda e dinheiro que lhe tomei, os quais pagarei todas as vezes que mos pedirem. E por verdade passei este, por mim feito e assinado. Taubaté, cinco de novembro de mil setecentos e oito anos. Paulo Duarte Coelho.

Segue-se o sexto crédito: Devo a meu primo, o Senhor Manoel da Silva Salgado, trezentos e onze mil e quarenta réis, que tanto tem pago por mim, os quais pagarei por todo o mês de novembro próximo. E para clareza passei este por mim feito e assinado. Taubaté, dois de outubro de mil setecentos e oito. Lourenço Henrique do Prado. E não se continha mais nos ditos créditos, que os tornei à parte, os quais eu tabelião aqui tresladei bem e fielmente dos próprios, aos quais me reporto. E os corri e consertei, escrevi e assinei, aos quatro de outubro de mil setecentos e nove anos. Eu, João de Souza Dias, tabelião, o escrevi.

Consertado com os próprios, que os tornei à parte, por mim tabelião,
João de Souza Dias

(32) 29-10-1709

*Escritura de alforria feita por Maria
Cardoso, dona viúva, a João, de sua
administração, moradores nesta vila.*

Saibam quantos este público instrumento de escritura de alforria virem que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e nove anos, aos vinte e nove dias do mês de outubro do dito ano, nesta vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, da capitania do Conde da Ilha do Príncipe, governador e donatário dela perpétuo, partes do Brasil etc. Nesta dita vila, em pousadas de Maria Cardoso, dona viúva aqui moradora, onde eu tabelião adiante nomeado fui chamado, e, sendo lá, a achei presente. E logo por ela me foi dito em presença das testemunhas no fim desta assinadas que, entre os mais bens que possui, há um mameluco por nome João, filho de uma negra de sua administração, por nome Ana, e de um homem branco. E, atendendo à liberdade que se deve dar a semelhantes mamelucos, conforme o alvará de Sua Majestade, que Deus guarde, o que suposto e para mais razão estar ela dita outorgante paga, entregue e satisfeita

de quatro mil réis em dinheiro de contado, que eu tabelião dou minha fé de ver a ela outorgante receber da mão de Gabriel Pimenta de Oliveira, cujo pai se diz com certeza ser do dito João. E por este presente instrumento lhe dava, como logo deu, ao dito João, alforria e liberdade de sua livre vontade, sem constrangimento de pessoa alguma e, de hoje para todo o sempre, o havia por livre e isento de toda a servidão ou administração, para que, assim no presente como adiante, nenhuma pessoa, de qualquer qualidade que seja, assim seus herdeiros presentes como futuros, possam obrigar e constranger ao dito João, porque ela outorgante, de sua livre e desembargada vontade, queria e era contente que fosse o dito João livre e desimpedido de toda a administração, de hoje para todo o sempre. E que, por nenhum modo ou estilo judicial, poderão seus herdeiros, presentes ou futuros, contrariar o teor e forma desta alforria, por ser assim sua livre vontade. E pede às justiças de Sua Majestade que façam dar a esta alforria inteiro cumprimento em favor do dito João. E declarou ela outorgante que, se nesta escritura de Alforria faltarem algumas cláusulas ou pontos de direito necessários para mais validade dela, as havia aqui por postas, expressas e declaradas, como se de cada uma delas fizera especificada menção, para que, em tudo e por tudo, seja firme e valiosa em fé de verdade. Assim a disse e outorgou, pediu e aceitou, e mandou fazer este instrumento, que eu tabelião, como pessoa pública estipulante e aceitante, aceito em nome de quem tocar o direito dela, sendo a tudo testemunhas presentes, que assinaram com João Viera de Almeida, que a rogo da outorgante por ela assinou. Francisco Pereira Dias e João Rodrigues Montemor, todos moradores nesta vila, e pessoas conhecidas de mim tabelião. João de Souza Dias o escrevi.

João Rodrigues Montemor A rogo da outorgante Maria Cardoso,
assino

João Vieira de Almeida
Francisco Pereira Dias

(33) 29-11-1709

Cópia Número 26
Senhor

Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, sem embargo de ter resolvido e se vos ter ordenado que fizésseis arrendar a arrecadação dos quintos do ouro das Minas do distrito dessa capitania de São Paulo, por comarcas, pelo menor tempo que pudesse ser e que vos parecendo não ser razoável o preço dos arrendamentos, ou que não podia ter prática esta forma de cobrança, usareis de outro meio que se oferecesse, pelo qual, sem violência nem opressão dos vassallos, se utilizasse mais a minha fazenda. E me pareceu vos dizer que sou informado que o meio mais eficaz, suave e seguro para a arrecadação dos quintos, ainda no caso que se tenham de arrendar, é estabelecer uma avença, pela qual todas as pessoas que a ocuparem nas ditas minas, pagarão uma coisa certa por dia, a respeito do ouro que se costuma tirar daquela parte em que minerarem. Farão o pagamento aos meses, ou aos quartéis, com declaração de que a avença se faça favorável aos lavradores do ouro, e da maneira que reconheçam que mais foi mercê que lhes fiz nesta forma de cobrança, do que tributo que se lhes impôs. E assim vos ordeno que executeis nesta conformidade, ainda no caso que vos pareça que se devem arrendar os quintos do ouro, porque assim o hei por bem e oferecendo-se algum inconveniente, suspendereis a execução dessa ordem e me dareis conta. Escrita em Lisboa a 29 de novembro de 1709. Rei

Joaquim Miguel Lopes de Lavre

(34) 07-1-1709

Testamento de Mariana de Freitas

Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo, três pessoas e um só Deus verdadeiro. Saibam quantos este instrumento virem como, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e nove anos, aos sete dias do mês de dezembro, eu, Mariana de Freitas, estando em meu perfeito juízo e entendimento que Nosso Senhor me deu, sã e com saúde, temendo-me da morte que me pode suceder repentina, pois a tudo está sujeita a miséria humana, e desejando pôr minha alma no caminho da salvação, por não saber o que Deus nosso senhor de mim quer fazer e quando será servido de me levar para si, faço este

testamento na forma seguinte.

Primeiramente encomendo minha alma à Santíssima Trindade, que a criou, e rogo ao Padre Eterno, pela morte e paixão de seu Unigênito Filho, a queira receber, como recebeu a sua, estando para morrer na árvore da Vera Cruz. E a meu Senhor Jesus Cristo, peço, por suas divinas chagas, que, já que nesta vida me fez mercê de dar seu precioso sangue e merecimentos de seus trabalhos, me faça também mercê, na vida que esperamos, de dar o prêmio deles, que é a glória. E peço e rogo à gloriosa Virgem Maria, Senhora Nossa, Madre de Deus, e a todos os santos da corte celestial, particularmente ao anjo da minha guarda, à santa de meu nome, ao patriarca São Francisco das Chagas e ao glorioso São Miguel, aos quais tenho devoção, queiram por mim interceder e rogar a meu senhor Jesus Cristo, agora e quando minha alma deste corpo sair. Porque, como verdadeira cristã, protesto de viver e morrer na santa fé católica, e crer o que tem e crê a Santa Madre Igreja de Roma. E nesta fé espero salvar minha alma, não por meus merecimentos, mas pelos da Santíssima Paixão do Unigênito Filho de Deus.

Rogo a meu genro, o capitão João Vaz Cardoso, e a Manuel da Silva Salgado, por serviço de Deus, nosso senhor, e por me fazerem mercê, queiram ser meus testamenteiros. Meu corpo será sepultado no Convento de Santa Clara, desta vila de Taubaté, no lugar deputado para os Terceiros, e em hábito de meu padre São Francisco. E será o dito meu corpo levado na tumba desta matriz, e será acompanhado com todas as cruzes e guiões que houver em todas as confrarias desta vila. E peço ao reverendo padre vigário que acompanhe meu corpo, de que se dará a esmola costumada. Por minha alma, deixo que se faça um ofício solene de nove lições, no dia do saimento que fizerem meus filhos, e seja na mesma igreja onde estarei sepultada. Deixo mais que se digam por minha alma trinta e seis missas, a saber: cinco a Nosso Senhor Jesus Cristo; cinco, digo, dez a Nossa Senhora da Conceição; cinco a Nossa Senhora do Rosário; outras cinco a Nossa Senhora do Pilar; cinco ao meu Anjo da Guarda; mais três a São Francisco das Chagas, meu padre, e três a São Miguel.

Declaro que sou natural da vila de São Paulo, filha legítima de

Manuel Fernandes Iegra, e de Maria Cubas, já defuntos. Declaro que fui casada com o capitão Amaro Gil Cortês, in facie ecclesiae, nesta vila, de que tivemos onze filhos, a saber: Miguel, Salvador, Manuel, Sebastião e Francisco, que morreu, sendo filho-família, Florência, Maria, Ana, Maria, Francisca e Maria, os quais são meus legítimos herdeiros.

Declaro que, das filhas, casei três, a saber: Florência com Antônio Jorge Pais, Francisca com João Vaz Cardoso e Maria de Todos os Santos com Domingos Rodrigues do Prado, os quais dotei conforme minha pobreza e possibilidade, incluindo nos dotes a herança que lhes tocava da parte de seu pai.

Declaro que aos dois, o capitão João Vaz e Antônio Jorge, não dei rol, e só dei a Domingos Rodrigues, o que suposto, todos estão pagos do que lhes prometi. Declaro que, de cem braças que vão a cada um, na paragem chamada Itapecerica, não têm os dois clareza alguma. E, no que respeitava a Antônio Jorge, não há dúvida, porque as vendeu com escritura passada, pela qual se governará, e Domingos Rodrigues, pelo seu rol. E, como José Vaz não tem clareza, me é forçoso declarar que, partindo de uma banda com Antônio Jorge e da outra com Domingos Rodrigues lhe dei cem braças com todo o sertão.

Declaro que me restam duzentas braças dos ditos dotes para a parte do sítio que foi de Antônio de Siqueira, com todo o sertão que tiver. Deixo que se dê de dote a uma filha solteira por nome Maria.

Declaro que, na paragem chamada Itanhi, tenho uns sobejos de terra, partindo com os ... a quantidade que se achar, as quais deixo às duas freiras, assim na conta da terça de seu pai como da minha, por lhes serem convenientes e serem pobres.

Declaro que tenho mais terras e chãos, que constarão das escrituras e cartas que estão na minha caixa, das quais terras e chãos se podem inteirar os mais herdeiros ... contra fazerem o que tenho disposto.

Declaro que tenho umas moradas de casa nesta vila, partindo com Bento da Costa de uma parte, e da outra com Manuel da Silva Salgado, as quais venderão os meus testamenteiros para satisfazer os meus sepultamento e enterramento. E o que restar entregarão aos meus herdeiros, para que

repartam entre si.

Declaro que uma moleca por nome Teresa é das duas freiras, que seu cunhado João Vaz lhes deu de esmola, em que nem eu, nem meus herdeiros têm parte.

Declaro que de móveis não tenho mais que um tacho meão, uma, digo, duas bacias, uma prensa, cinco pratos de estanho pequenos, e não há mais coisa alguma.

Declaro que sou pobre, e há vinte anos que vivo de portas adentro com meu genro João Vaz, e à sua sombra, comendo e vestindo-me da sua fazenda.

Declaro que, por morte de meu marido, o pouco que ficou me entregou a Justiça, para que sustentasse os filhos e os alimentasse, como assim o fiz. De que acho que lhes não devo coisa alguma, porque nem vendi, nem vesti, digo, dispus de coisa alguma. Tudo eles gastaram, exceto as peças do gentio da terra, que morreram por conta de todos.

Declaro que meu filho Sebastião, enquanto viveu comigo, vestiu, calçou e gastou, para se portar em limpeza sua, muito mais do que lhe tocava de sua herança, de seu pai.

Declaro que não devo coisa alguma a alguém, e nem a mim se me deve. E, porque poderá suceder algum remorso de minha consciência, o que não acho, peço que me comprem duas bulas de composição.

Declaro que, se sobejar - do que duvido - alguma coisa de minha terça, se dê a minha filha Maria Dias, a quem instituo por herdeira do remanescente da dita terça, havendo.

E, por esta maneira, dei este meu testamento por cerrado e acabado. E, se porventura tenho feito outro testamento ou codicilo, o revogo, ainda que antes deste o tenha feito, ainda que seja entre filhos, por mais cláusulas que tenha derogatórias deste, expressas ou tácitas, e ainda que sejam insólitas e derogatórias, e ainda que aqui se houvessem de pôr de verbo ad verbum, porque as hei por postas e declaradas, e ainda que diga em algum dos precedentes testamentos que não valha nenhum que adiante fizer, se não tiver certo sinal ou orações, ou palavras. Para satisfazer meus legados ad causas pias aqui declaradas e dar expediente ao

mais que neste meu testamento ordeno, torno a pedir ao senhor meu genro, o capitão João Vaz Cardoso, e ao senhor Manuel da Silva Salgado, por serviço de Deus Nosso Senhor, e por me fazerem mercê, queiram aceitar serem meus testamenteiros, como no princípio deste testamento peço, aos quais, e a cada um in solidum, dou todo o poder que em direito posso e for necessário, para de meus bens tomarem e venderem o que necessário for para meu enterramento, como primeiro de meus legados, e paga de minhas dívidas. E, porquanto esta é minha última vontade, do modo que tenho dito, rogo a José Leitão de Abreu, que este fez, que assine por mim, por eu não saber ler nem escrever. Nesta vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, em minha própria casa, aos sete dias do mês de dezembro de mil setecentos e nove anos. Assino a rogo da testadora, Mariana de Freitas, José Leitão de Abreu.

Em nome de Deus, amém. Saibam quantos este público instrumento de aprovação de testamento virem que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e nove, aos nove dias do mês de dezembro do dito ano, nesta vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, da capitania do Conde da Ilha do Príncipe, governador e donatário dela perpétuo, por Sua Majestade, partes do Brasil etc. Nesta dita vila, em pousadas de Mariana de Freitas, onde eu tabelião fui chamado, e, sendo lá, a achei sã e em seu perfeito juízo, e logo de sua mão me foi dado este papel, que é uma folha, e nela escritas três laudas, e, nas quatro, duas regras onde comecei esta aprovação, dizendo-me que era o seu solene testamento, que o havia mandado escrever por José Leitão de Abreu, e por ela assinado, e me pedia que lho aprovasse, porque ela o havia por aprovado, o qual eu tomei, e, por me dizer que estava da mesma sorte que o aditara, lho aprovei e hei por aprovado, tanto quanto de direito posso aprovar. Dizendo-me que por ser assim e o contido nele sua última vontade, requeria às Justiças de Sua Majestade que lho fizessem cumprir e guardar tão inteiramente como nele se contém. Do que de tudo dou minha fê, sendo testemunhas presentes Duarte Gomes de Faria, Alberto Pires Raposo, Miguel Pinheiro, Pedro de Barros, digo, Pedro da Silva Freire, Matias Martins e eu, que assinei, por a testadora não saber escrever, a seu rogo, e assinei em público e raso com

meus sinais costumados. João de Souza Dias, em dito dia, mês e ano ut supra, em testemunho de verdade.

João de Sousa Dias
A rogo da testadora,
por não saber escrever,
assino,
João de Sousa Dias
Pedro da Silva Freire
Alberto Peres Raposo
Miguel Pinheiro
Duarte Gomes de Farias
Matias Martins Castro

Aos dez dias do mês de junho de mil setecentos e dez anos, nesta vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, nas casas e moradas do juiz ordinário, o capitão Antônio Garcia da Cunha, aí, pelo secretário da Irmandade Terceira de nosso padre São Francisco, foi apresentado este testamento, de Mariana de Freitas, lacrado com três pingos de lacre de cada banda, sem outro nenhum desmando nem vício algum, nem no fecho, nem na escrita, de que de tudo mandou o dito juiz fazer este termo de abertura, em que assinou. Eu, João de Souza Dias, tabelião, o escrevi.

Antônio Garcia da Cunha
Cumpra-se como nele se contém. Taubaté,
10 de junho de 1710.
Garcia

(35) 1710

A Fortaleza da planta junta, que é um quadrado, deve-se fazer na praia da Barra Grande da Praça de Santos para a sua defesa, entrada dos navios e, ainda, impedir-se que larguem gente em terra com lanchas nas praias vizinhas a ela e da outra banda da fortaleza de Santo Amaro, cuja artilharia cruza a dita barra com pouca distância e o canal por onde passam todas as embarcações que entram ou saem. E suposto que a dita fortaleza

podia-se fazer mais chegada à Vila de São Vicente, não é tão conveniente, porque defendendo esta praia, não se pode defender o canal, por onde passam as embarcações que vem pela Barra Grande e, por esta razão, se deve fazer neste sitio, e não em outro.

O sitio elegido tem as conveniências seguintes: bons ares, água, e lenha, circunstâncias mais necessárias para se conservar a guarnição, e a delineei como mostra a planta, por me parecer que a dita fortaleza não só fica sendo toda a defesa da Barra, mas também, ainda que o inimigo tome a terra, poderá a dita fortaleza, tendo munições de guerra e boca, conservar-se largo tempo, até ser socorrida, porque além da sua igual defesa, tem o inimigo a dificuldade de fazer aproches sobre a área e a água. E suposto pareça que, da parte do mar, devia ter mais baterias, entendo que nos dois flancos, faces e cortina, se lhe pode acomodar bastante artilharia e, quando pareça ser esta pouca, se poderão levantar cavaleiros que sirvam de baterias altas.

Se me disserem que a guarnição do presídio é pouca e que, sendo a fortaleza de quatro baluartes, carece de maior, respondo que, como esta fortaleza seja a principal defesa da barra, e não as outras deste porto por mal erigidas, nem as defesas capazes, sem água dentro, causa porque estão condenadas, sem perda do inimigo, se lhe poderá diminuir a guarnição e aumentar a da dita fortaleza, a que se poderá agregar, na ocasião, a ordenança destes contornos e de serra acima, a qual pelejará coberta, sem o prejuízo de se ausentar do campo.

No que toca à despesa, não será pouca porque a pedra há de vir em barcos e conduzir-se do porto em carros. E pela Fazenda Real será grande, não só pela dificuldade da pedra, mas pelos descaminhos que tem nesta parte em que não há empreiteiros que as transpassem a área por cento e cinquenta mil cruzados, pouco mais ou menos. E como João de Castro se obriga a fazê-la em seis anos, pela Fazenda Real não poderá conseguir-se em menos, porque para esta fabricação são necessários barcos, carros, ferramentas, e sadios trabalhadores, de que há grande falta.

Muito do que tem já o dito João de Castro é a quantidade de serviços com que cultiva mantimentos, motivo porque a poderá fazer

mais breve, e ainda quando as consignações e rendas da Fazenda Real são tão tênues, como me deixaram os ministros daquela praça. E por todas estas elevadas razões, parece-me se deve aceitar fazê-la o dito João de Castro, a sua custa. Sua Majestade, que Deus guarde, resolverá o que mais conveniente for a seu real serviço etc.

Pedro Gomes Chaves

(36) 08-05-1710

Escritura de alforria e liberdade que faz Materiana Cabral, moradora nesta vila, a uma negra de sua administração chamada Ana e a um filho da dita negra por nome Pedro, pelos bons serviços que de ambos tem recebido.

Saibam quantos este público instrumento de escritura de alforria e liberdade virem que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e dez, aos oito dias do mês de maio do dito ano, nesta vila de São Francisco das Chagas de Taubaté da capitania do Conde da Ilha do Príncipe, governador e donatário dela perpétuo por Sua Majestade, partes do Brasil etc., nesta dita vila, em pousadas de mim tabelião adiante nomeado, apareceu Materiana Cabral. E por ela me foi dito, em presença das testemunhas no fim desta assinadas, que possuía de seu uma negra do gentio da terra por nome Ana, a qual a tem servido haverá doze ou catorze anos, com muita diligência e cuidado. Neste tempo teve, como no presente tem, um filho que diz ser de um homem branco o qual também a tem servido desde sua meninice até o presente com muito mais diligência que sua dita mãe. E nem um nem outra lhe tem faltado a qualquer tempo de sua obrigação. E, atendendo a ela ser mulher velha e doentia que, em qualquer hora que Deus seja servido, poderá morrer sem ela poder pagar a estes seus serviços o bom serviço que lhe tem feito, queria desde agora e é contente, como declara em seu testamento, que esta dita negra Ana e seu filho, chamado Pedro, desde agora para todo o sempre sejam, um e outra, forros, libertos, sem obrigação de servidão alguma a ninguém mais que somente à dona, para que se lembre dela em lhe perdoar seus pecados por

fazer aquela obra pia. E lhes dava plenária alforria e liberdade para de si disporem o que forem servidos e irem por onde for suas vontades, como senhores de si e sem impedimento algum de servidão, o que ela fazia pelo amor e temor de Deus e sem constrangimento de pessoa alguma, senão só pelos bons serviços que da dita negra e seu filho tem tido até o presente, e por sempre lhe mostrarem obediência, conhecendo ter-lhe custado sua agência e dinheiro. E, como assim se tinha declarado no particular da dita alforria, pede às justiças de Sua Majestade, que Deus guarde, mandem e façam dar todo inteiro cumprimento a esta alforria e liberdade tão inteiramente como nela se con..., digo, como Sua Majestade e o direito das alforrias dispõem, para que assim fique esta escritura de alforria desde agora vigorosa. E, se para mais firmeza dela faltarem algumas cláusulas ou solenidades em direito necessárias, disse a dita outorgante que aqui as há por postas e declaradas, firmes e valiosas, como se de cada uma delas fizera expressa e declarada menção. Em fé de verdade assim o outorgou e pediu que lhe fizesse esta alforria nesta nota, para dela dar os traslados necessários, a qual aceitou. E eu tabelião, como pessoa pública estipulante e aceitante, aceito em nome de quem toca a direito dela, sendo a tudo testemunhas presentes Luís Cabral do Prado e Salvador Barbosa, que, por a outorgante não saber ler, rogou a Diogo Barbosa que por ela assinasse. Eu, João de Souza Dias, tabelião, o escrevi.

... Siqueira do Prado

Salvador Barbosa Calheiros

A rogo da outorgante, Materiana Cabral, assino, Diogo Barbosa Rego

(37) 15-09-1710

Escritura de doação de cem braças de terras em quadra, que dá Marta de Miranda Muniz, dona viúva, a seu genro Diogo Arias de Aguirre, todos moradores nesta vila.

Saibam quantos este público instrumento de escritura de doação de terras virem que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de

mil setecentos e dez, aos quinze dias do mês de setembro do dito ano, nesta vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, da capitania do Conde da Ilha do Príncipe, governador e donatário dela perpétuo por Sua Majestade, partes do Brasil etc., nesta dita vila, em casas de Marta de Miranda Muniz, dona viúva, onde eu tabelião adiante nomeado fui chamado. E sendo lá, a achei presente, e por ela me foi dito, em presença das testemunhas no fim desta assinadas, que ela possui, no sítio em que no presente mora, trezentas braças de terras de testada, com o sertão que se achar, que as tinha comprado pelo seu dinheiro de Maria de Brito, que Deus haja, e seus herdeiros, como melhor consta das escrituras que tem, das quais ditas terras, na forma que declarado tem, disse ela outorgante que dava e doava a seu genro Diogo Arias de Aguirre, que lhe prometeu em dote de casamento, e a sua filha, Francisca Cardoso, cem braças de terras, começando de um córrego que lhe serve de aguada, para a banda do Rio da Paraíba, até onde fizer as cem braças, e outras tantas de sertão, que vêm a ficar em quadra. Estas dava, como logo deu, ao dito seu genro e filha, para que as gozem, hajam e possuam como coisa sua, dada em dote de casamento, eles e seus herdeiros, de hoje para todo o sempre. E de si afastava toda a posse, ação, domínio útil e real senhorio que nas ditas terras tinha. E tudo demitia nas pessoas dos ditos doados e seus descendentes, sem mais contradição alguma, como ela as logrou à vista e face de todos, sem impedimento. E por esta se obriga e por todos seus bens móveis e de raiz, a fazer esta data boa, livre e desembargada à sua própria custa. E disse ela outorgante que, se nesta escritura faltarem algumas cláusulas ou solenidades em direito necessárias para mais vigor dela, que aqui as há por postas e declaradas como se de cada uma delas fizera expressa e declarada menção, o que tudo eu tabelião, como pessoa pública estipulante e aceitante, aceito em nome dos ausentes doados, a quem toca o direito desta escritura de doação que a outorgante mandou fazer nesta nota, que aceitou. E por não saber escrever, assinou por ela seu filho, Domingos Vieira Cardoso, sendo testemunhas presentes João Garcia Velho e Manuel Rodrigues do Prado, todos moradores nesta vila, pessoas conhecidas de mim tabelião. João de Souza Dias o escrevi.

João Garcia Velho

por mandado e rogo de minha mãe, a Senhora Marta de Miranda
Muniz, doadora, assino, Domingos Vieira Cardoso
Manuel Rodrigues do Prado

(38) 12-10-1710

Senhor

Oferecesse-me fazer presente a Vossa Majestade, na consideração do muito que é necessário, tratar-se da segurança do porto de Santos, fortificando-se como convém e permite o sitio. Não será fácil poder suprir a Fazenda Real pela falta que há dela e acostumar-se a despender nestas obras com muitos descaminhos e dificuldades e, por haver já poucos índios forros nas aldeias, que são os trabalhadores.

E encarregando-se algum vassalo de a fortificar, a sua custa, com o interesse de qualquer mercê que Vossa Majestade se sirva fazer-lhe, será mais fácil conseguir com brevidade, a respeito do quê, tendo escravos, se escusarão os índios e o muito que cá importam as diárias dos obreiros e oficiais.

E assim me parecia que Vossa Majestade, sendo servido, mandasse ver as condições com que quer tomar por sua conta João de Castro, morador naquela praça, a fabricação de uma fortaleza tão necessária e que fecha aquela entrada. Por ser o sitio nas mesmas suas terras e ele de grandes cabedais, que passa de ter quatrocentos mil cruzados, com muita escravaria, agilidade, zelo e já ter feito muitas obras com conveniência da Fazenda Real, como uma casa para alfândega e quartéis para os soldados, e assistido com farinha para eles, por preços acomodados, em tempo que valiam caras.

Ao sargento-mor e engenheiro tenho ordenado que fizesse as plantas com o governador daquela praça, na mesma forma que comigo se viram os sítios, pois eu todos os corri e examinei, para se remeterem a Vossa Majestade. E quando não venham a tempo para esta embarcação, irão na primeira.

Esta obra já em algum tempo, e no de Artur de Sá, foi avaliada em um mil cruzados e dez anos. Este homem a há de fazer em menos de três e

com muita conveniência, ainda que com trabalho. Pede o ser governador, e seus herdeiros da dita fortaleza e o mais que Vossa Majestade mandará ver do seu requerimento.

Outro, que é paulista e capitão por Vossa Majestade de um fortim, perto da vila no sítio da Itapema, obriga-se também a fazer-lhe o acrescentamento de que necessita e permite o canal, com o interesse das conveniências que espera da real grandeza de Vossa Majestade. Tem cabedal, é brioso, e deseja servir a Vossa Majestade, que mandará resolver, nestes particulares, o que mais conveniente for ao seu real serviço, do que o entender eu as dificuldades e a despesa considerável que haverá, e dilação, fazendo-se estas obras por conta da Fazenda Real, obriga-me a esta sugestão. À real pessoa de Vossa Majestade guarde Deus muitos anos. Vila de Santo Antônio de Guaratinguetá, 12 de outubro de 1710.

Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho

(39) 16-10-1710

José Gomes de Andrade, escrivão da alçada e sindicatura em as capitânias do sul por Sua Majestade, que Deus guarde, etc., certifico que, chegando a esta Vila de Santos em os fins de julho deste presente ano, em companhia do Desembargador Sindicante, Antônio da Cunha Sotto Maior, achou-a o dito desembargador a dita vila sem administração alguma de justiça, porque o Doutor João Saraiva de Carvalho, que foi ouvidor geral desta comarca, encontrava-se suspenso do dito cargo havia um ano, pouco mais ou menos, e os juízes ordinários estavam sem confirmação e, da mesma sorte, estavam suspensos todos os mais oficiais de justiça, em o que tudo se proveu.

E, outrossim, certifico que, chegando no mesmo tempo, à dita vila, o Mestre de Campo e Governador dela novamente provido, Manoel Gomes Barbosa, tratou com toda a brevidade, diligência, zelo e cuidado das fortificações e fortalezas desta vila, mandando fazer carretas e cavalgarem muitas peças de artilharia e fazer as plataformas e mais obras necessárias nas ditas fortalezas. E bem assim, mandando fazer também os reparos, valados e trincheiras necessários, assim na marinha, como em as mais

partes necessárias para a melhor defesa da praça, o que tudo vi com meus olhos e o certifico. Dada nesta Vila de Santos, aos dezesseis de outubro de mil, setecentos e dez anos. E eu, José Gomes de Andrade, o fiz escrever todos, escrevi e assinei.

José Gomes de Andrade

(40) 18-10-1710

Oficiais do Senado da Câmara desta Vila de Santos, que servimos este presente ano de mil, setecentos e dez, por eleição etc., certificamos e juramos aos santos evangelhos em como o mestre de campo e governador desta praça, Manoel Gomes Barbosa, tomou posse do governo desta vila e suas fortalezas em os treze dias do mês de agosto deste presente ano, em a câmara desta dita vila, e o está exercitando o dito posto até o presente com toda a pontualidade, satisfação e zelo grandiosíssimos, no serviço de Sua Majestade, que Deus guarde. Por nos ser pedida a presente, a mandamos passar e veio por nós assinada e selada com o selo desta Câmara em os dezoito dias do mês de outubro de mil, setecentos e dez anos. E eu, Manoel de Vasconcellos d'Almada, escrivão da Câmara que o escrevi.

Verissimo da Silva

Francisco de Brito

Manoel Pires de Brito

Domingos Ribeiro

(41) 20-10-1710

João da Veiga, público tabelião do Judicial e Notas, nesta vila do Porto e praça de Santos em seu termo etc, certifico que conheço e reconheço ser a firma acima, posta ao pé da certidão, da própria mão do escrivão da sindicatura José Gomes de Andrada, a qual conheço e reconheço, por ter visto escrever muitas vezes e, por verdade, fiz este reconhecimento. Por mim feito e assinado em público e raso, aos vinte dias do mês de outubro de mil setecentos e dez anos.

João da Veiga

Em testemunho da verdade.

(42) 20-10-1710

A presente planta é uma trincheira que se deve fazer na montanha a que chamam o Monserrate, que está dominando a ilha e descobrindo muita parte da costa e toda a Barra Grande, onde se pode mandar fazer o armazém da pólvora, porque o que de presente serve não é capaz, e está dentro na vila em parte muito perigosa, tanto para acidentes que sucedem, como também se o inimigo chegar à vila não tem nenhuma dificuldade de ganhá-lo, assim por mar, como por terra. E também a muita umidade onde a pólvora está faz com que ela se perca.

Também pode servir este sítio por ser inacessível por todos os lados que os houver desimpedidos, ou é muito custoso ir lá, e muito mais será ao inimigo, indo sem mosquetaria, que artilharia é impossível. E se suceder que o inimigo vença e entre pela barra a mandar gente à vila, poderá o governador, com alguma guarnição, defender-se para o que pode ser feito reforço com pedras para que lhe chegue o socorro de alguma parte, para o que será necessário ter o dito governador mantimentos prevenidos, pois água tem bastante.

Quanto à despesa que se há de fazer, não será muito custo porque em cima da montanha se acham pedra e barro, do que se deve fazer a dita trincheira que não deve ser mais alta que a altura de um parapeito para que os soldados não sejam vistos do inimigo, não porque os possam ofender, apenas para que não venham ao conhecimento da guarnição que lá estiver.

E como o dito sítio é muito irregular e inacessível não se pode acomodar outra figura senão a que se manda, cujas condições não se deve atender, mas sim ao sítio que, com pouca fortificação, se defenderá pelas muitas dificuldades que tem o inimigo de subir. E como o dito sítio está com a maior parte coberto de mato, há de se mandar cortar. Depois de limpo, se poderá ver se é possível acomodar outra figura mais defensável. Isto é o que me parece. O governador, que agora acabou, e o que de presente serve são do mesmo parecer. Santos, 20 de outubro de 1710.

Pedro Gomes Chaves

(43) 25-10-1710

Senhor

Não se deu logo execução ao que Vossa Majestade ordenava, por carta de vinte e sete de novembro do ano passado, que era se fizesse a fortaleza na praia da Barra Grande defronte da fortaleza de Santo Amaro. O grande dispêndio, que esta havia de causar à Fazenda Real, Vossa Majestade verá, pela planta que remete o governador Antônio de Albuquerque ao Conselho.

Nesta terra, há um homem, por nome João de Castro de Oliveira, que se obriga a fazer a fortaleza conforme a planta, dentro de seis anos, com os partidos e condições que pede a Vossa Majestade de lhe dar dois hábitos de Cristo, com cinquenta mil réis de tença cada um, o comando do lote de duzentos mil réis e o foro de fidalgo e o governo da fortaleza perpétuos em sua casa e descendente, com a patente de sargento-maior do regimento de infantaria do Reino. Este tal homem não faz a fortaleza com oitenta mil cruzados e se Vossa Majestade mandar que se faça por conta da Fazenda Real não se faz com cento e trinta mil cruzados. Assim, Vossa Majestade lhe deferirá como for servido.

Na Barra da Bertioga, hei de dar princípio a um reduto, ou casa forte, onde tenha cinco peças de artilharia e infantaria para a guarda daquela barra e registro das embarcações que entram e saem pelo grande descaminho que tem por esta barra a Fazenda Real, principalmente nas canoas e embarcações das religiões que, com a casa de religiosos, levam e trazem muita fazenda desencaminhada da Fazenda Real e, neste caso, deve Vossa Majestade ordenar-me como me hei de viver com os religiosos que estão no costume de entrarem e saírem sem registrarem o que levam e o que trazem, como também deve Vossa Majestade ordenar que os religiosos não tragam nem levem fazenda de partes nas suas embarcações.

No alto do monte de Nossa Senhora de Monserrate, que fica ao pé desta vila um tiro de espingarda, termino de fazer uma fortificação, com a gente da terra e alguns pedreiros, por conta da Fazenda Real, para segurança desta vila, pois onde está situada não se pode defender, senão com grande número de pessoas, pois nem os moradores têm as suas fazendas seguras.

Este monte, que digo, tem duas fontes de água em cima. E dele se vê todo recôncavo desta vila, como também ambas as barragens e o mar, pelo que me parece ser conveniente esta fortificação no monte e, como nesta vila não há artilharia, será necessário que Vossa Majestade a mande remeter a este porto para começar a pôr isto em defesa.

Na barra, digo na fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, vou continuando com as obras para dar-lhe a última execução. Tenho cavalgado nela com vinte peças de artilharia e esta praça necessita muito de um cabo com a patente de capitão ou sargento-maior. Nesta vila, há um homem que tem servido bem a Vossa Majestade em muitas ocasiões, valente e bem procedido, por nome Pedro da Silva Correia, como também o ajudante Francisco Fernandes Montanha e o ajudante supra João de Abreu. Vossa Majestade mandará o que for servido. Santos, 25.

Achei esta terra em bandos, assim os moradores, como religiões, e que fica ia tudo desvanecido, sem justiça alguma por ter o Doutor João Saraiva de Carvalho suspenso a todos, tanto escrivães, como meirinhos. Vossa Majestade deve mandar que o governador de Santos dê provimento aos meirinhos e escrivães, como é costume em todas as mais partes dos governos da América, para assim adquirirem os governadores mais respeito.

Pelas certidões que remeto, verá Vossa Majestade em que situação achei a terra e de que sorte fica; pela outra certidão, verá Vossa Majestade o tempo em que tomei posse deste governo, a tamanha demora que tive no Rio, por falta de embarcação para trazer comigo as coisas necessárias a esta vila, para sua defesa.

Vossa Majestade me deve mandar dizer de qual governo sou súdito, se do Rio, se de São Paulo, para saber a que ordens hei de dar cumprimento, porque do Rio me vem umas e de São Paulo, outras sobre a mesma matéria, e ordens diversas. E vejo-me confuso com umas e outras, como também de juntar a Vila de São Vicente, que não é já do donatário. Vossa Majestade mandará o que for servido. Santos, 25 de outubro de 1710.

Manuel Gomes Barboza

(44) 31-10-1710

Vossa Majestade foi servido ordenar-me que o informasse se o sargento-mor Bento de Amaral Gurgel, a quem o desembargador João Saraiva de Carvalho, sendo ouvidor-geral desta comarca, havia substituído no dito cargo, era ou não criminoso. E mandando ver os livros dos cominados da comarca, não achei neles criminoso ao sobredito Bento de Amaral. Porém, é certo que ele se acha culpado da morte do provedor da fazenda do Rio de Janeiro, Pedro de Souza, na devassa que dela se tirou e se acha no Rio de Janeiro, da qual não se livrou. Isto é o que posso informar a Vossa Majestade. Santos, outubro 31 de 710.

O desembargador sindicante Antônio da Cunha Souto maior

(45) 18-11-1710

Senhor

Oferecesse-me fazer presente a Vossa Majestade que, chegando à Praça de Santos em companhia de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, Governador de São Paulo e Minas, ordenou-me visse os portos daquela praça e o que seria necessário para a sua defesa. E entendi, por muito conveniente, fazer-se uma fortaleza na Barra Grande, como também mudar-se o armazém da pólvora, que se acha dentro da vila, para a eminência de um monte sito ao pé dela, em que se poderá erigir algum gênero de fortificação, que sirva para o resguardo do dito armazém e para defesa da dita vila, como Vossa Majestade, sendo servido, mandará ver pelas plantas e parecer que, com esta, represento a Vossa Majestade, que mandará resolver o que for mais conveniente a seu real serviço. À real pessoa de Vossa Majestade guarde Deus muitos anos. Minas Gerais, 18 de novembro de 1710.

Pedro Gomes Chaves

(46) 20-11-1710

Senhor

Por carta de Vossa Majestade de 27 de novembro do ano de 1709, ordena ao governador do Rio que me desse trezentos homens pagos para

guarnição desta praça e suas fortalezas, e não me deram mais que quarenta, tendo naquela cidade três terços. E acho-me, nesta Vila de Santos, somente com noventa homens pagos. Nem mandaram para esta vila os trezentos homens que Vossa Majestade me mandava dar, nem tampouco as quatro companhias que Vossa Majestade foi servido tirar da província do Minho e Trás dos Montes em o ano de 1699, cujos capitães trouxeram patentes, mesmo para esta Praça de Santos que assim o declaravam as ditas patentes, como fez a companhia do capitão Luís de Sá, a companhia do capitão Bento Correia, a companhia do capitão Aleixo da Fonseca e a companhia do capitão Baltazar Dias de Oliveira, que estas se acham relacionadas ao terço, que foi do mestre de campo Gregório de Castro e Morais, a cujas companhias deve Vossa Majestade mandar ordem expressa ao Rio de Janeiro para que venham para esta Praça de Santos, porque fortalezas sem gente, sem artilharia, sem munições não se defendem.

E esta vila é a única porta por onde o inimigo pode ter entrada para o sertão das minas e, agora, com os novos descobrimentos do ouro para as partes de Paranaguá, será ainda mais freqüentada esta de inimigos.

Ao Rio de São Francisco, mandei buscar uns franceses, que ficaram em terra, de dois navios franceses que andaram o ano passado fazendo o curso do capitão-mor do Rio São Francisco. Uma filha do capitão-mor casou-se com um piloto de uma balandra francesa, que andou fazendo curso nesta costa. E como o dito capitão-mor o não mandou por estar casado com uma sua filha, terminou por mandá-lo buscar para remetê-lo para o Rio de Janeiro, e Vossa Majestade deve mandar castigar o dito capitão-mor por lhe dar mantimentos e os consentir em terra, para exemplo de outros. Assim nisto, como no mais referido, mandará Vossa Majestade o que for servido para bem destes povos, a segurança de suas praças e aumento de sua Real Fazenda.

Já, repetidas vezes, foi aviso a Vossa Majestade de que na Vila de São Vicente há serralleiros e mais oficiais, de que necessita esta praça, e mandando lá buscá-los, quiseram fazer levante com um sargento que os ia conduzir a esta vila, isso com o favor da justiça daquela vila que os patrocina, dizendo que o governador desta vila não tinha nenhuma

jurisdição naquela para mandar lá buscar gente para trabalhar nesta.

E, agora, de presente, quis fazer alguns soldados para guarnição desta praça, todas as mais vilas marítimas me oferecem gente, ainda que pouca, só a de São Vicente fez dificuldade. Mandando eu ordem ao sargento-maior para que fizesse quinze soldados para guarnição desta praça, o que a Câmara não aceitou colocando gente para dar ou matar o sargento-mor. Esta tal vila está como levantada. Vossa Majestade a deve mandar castigar asperamente pois, de outra sorte, nem Vossa Majestade ficará bem servido, nem suas praças reparadas do que lhes é necessário, se aquela não ficar subordinada a quem governar esta. Vossa Majestade mandará o que for servido. Santos, 20 de novembro de 1710.

Manoel Gomes Barbosa

(47) 29-12-1710

Procuração bastante que faz o Capitão Domingos

Rodrigues de Carvalho aos abaixo nomeados

Saibam quantos este público instrumento de procuração bastante virem, que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e dez anos, aos vinte e nove dias do mês de dezembro do dito ano, nesta vila de São Francisco das Chagas de Taubaté da capitania do Conde da Ilha do Príncipe, governador e donatário dela perpétuo por Sua Majestade, partes do Brasil etc. Nesta dita vila, em pousada de mim tabelião, apareceu o Capitão Domingos Rodrigues de Carvalho, aqui morador, e por ele me foi dito, perante testemunhas no fim desta assinadas, no melhor modo de direito via e forma, que podia fazer. E mais lugar haja fazer como logo fez, ordenou e constituiu por seus bastantes procuradores nesta dita vila ao Capitão João de Toledo e Piza, Sebastião Ferreira Alberná, Domingos Ramos e José de Castilho Moreira. Na vila de São Paulo, o Capitão Pedro Taques de Almeida, o Capitão João de Toledo Castelhanos, o muito reverendo padre, o Licenciado Lourenço de Toledo Taques e o Capitão Bartolomeu Pais de Abreu. No Rio de Janeiro, Bernardo Álvares da Silva, Paulo Pinto e o muito reverendo Padre Manoel Álvares Correia. Na Bahia, o Capitão Antônio Álvares Carvalho, André

Pereira da Costa, João Carrioto Vilas Boas e Francisco Pereira Almada. Nas Minas, Antônio Fernandes Preto, o muito reverendo Padre João de São José, o Sargento-mor Ambrósio Caldeira, Antônio de Andrade e Góis e João Pinto, aos quais e a cada um de per si disse que dava, como logo deu e outorgou, todo o seu livre e cumprido poder, mandado geral e especial, quão direito se requer para que possam cobrar, receber, arrecadar e a seu poder haverem todas as suas dívidas, fazendas, dinheiro, ouro, prata, peças escravas e administradas, em comendas, carregações e seus procedidos e coisas outras de qualquer qualidade que sejam, que quaisquer pessoas lhe devam, assim no presente como adiante, por assinados, escrituras, sentenças e por outros papéis, e sem eles pela via e razão que for tomando conta de liquida-las, citar aos devedores e contra eles oferecer petições, libelos, contrariedades, sumários, artigos e mais papéis, pondo contraditas e suspeições, despachos e sentenças, ouvirem o que for dado em seu favor, consentir e executar, e, do contrário, apelar e agravar faze, digo, e tudo seguir até maior alçada, fazendo protestos, requerimentos, pedidos, embargos, seqüestros e execuções, recebendo principal e custas, dando quitações que convenham onde necessário for. E poderão requerer, alegar, defender e mostrar todo o seu direito e justiça em todas as suas causas e demandas movidas e por mover em que for autor ou réu, assim cíveis como crimes, em todos os tribunais, estando em juízo e fora dele, a todos os termos e autos judiciais e extrajudiciais, fazendo desistências, quitas, esperas, consertos de avença e convença, transações e amigáveis composições, compromissos e louvamentos, com todas as pessoas que lhes parecer. E jurar em sua alma qualquer lícito juramento, ainda de calúnia, que com direito lhe aja deserdado, fazendo-o dar a quem cumprir, lançando nos bens dos devedores, se convier, podendo que lhe sejam arrematados, e os poderão vender dando as ditas quitações, como dito é, com poder de substabelecer estes poderes a uma ou muitas pessoas, para onde for necessário, ficando-lhes esta em seu vigor, e reserva para si nova citação. Mas em tudo o que dito é e necessário for, farão o que ele fizera e presente fora, com livre e geral administração de seus bens, que obrigou em fee de verdade. Assim o outorgou e pediu que lhe fizesse este poder nesta nota,

que aceitou e assinou com testemunhas presentes: João de Oliveira Neves e Baltasar Fragoso, todos moradores nesta vila, pessoas reconhecidas como as próprias, de mim tabelião. João de Souza Dias o escrevi.

Domingos Rodrigues de Carvalho João de Oliveira Neves
Baltasar Fragoso

(48) 30-12-1710

*Traslado de um crédito de Paulo Preto, a
requerimento
do Síndico Domingos Rodrigues do Prado,
por pertencer
ao Convento de Santa Clara desta vila, e
com despacho
do juiz ordinário, o Capitão Antônio
Garcia da Cunha.
E é o que se segue.*

Diz Domingos Rodrigues do Prado, morador nesta vila, síndico do convento de Santa Clara, que ao dito convento fez doação Manuel Adorno, também aqui morador, de um crédito da importância de duzentas oitavas de ouro em pó. E como quer ele, o dito síndico, cobrar a dita quantia, por o devedor estar fora desta vila e correr risco de passagens e outros mais, pede a Vossa Mercê que lhe faça mercê mandar lançar o dito crédito, em modo que faça fé. E Receberá Mercê. Despacho: o tabelião lance o crédito como dito é. Taubatê, trinta de dezembro de setecentos e dez. Garcia.

Digo eu, Paulo Preto, que é verdade que devo a Manuel Adorno duzentas oitavas de ouro em pó, que pagou por mim a João Rodrigues Moreira, que lhe pagarei por todo o mês de agosto a ele, ou a quem este me mostrar, todas as vezes que me pedirem, sem pôr dúvida alguma. E por passar assim na verdade, pedi a Antônio da Cunha que fizesse este por mim. Hoje, vinte e sete de março de mil setecentos e um anos. Paulo Preto, Antônio da Cunha Garcia. E não se continha mais no dito crédito, que aqui trasladei bem e fielmente do próprio, que o tornei a partes e o corri e consertei, escrevi e assinei, aos trinta de dezembro de mil setecentos e dez

anos. João de Souza Dias o escrevi.

Consertado com o próprio por mim, sobredito tabelião.

João de Souza Dias

(49) 18-01-1711

*Rol de casamento, lançado nesta nota, a requerimento de
Francisco Rodrigues Montemor, com despacho
do Juiz Ordinário João de Figueiredo Teles.*

Diz Francisco Rodrigues Montemor, morador nesta vila, que haverá perto de quarenta anos que nela se casou com Andresa Félix, filha do Capitão Jaques Félix, que lhe dera um rol de dote para casar. E, porque lhe convém que este seja lançado nas notas por fazer a bem de sua justiça, pede a Vossa Mercê lhe faça mercê mandar lançar o dito rol para todo o tempo que lhe convier, por estar já corrupto com os anos que tem, em modo que faça fé. E Receberá Mercê. Despacho: o tabelião lance o dito rol como o suplicante pede. Taubaté, dezoito de janeiro de setecentos e onze anos. Figueiredo.

Rol do que dou a minha filha Andresa Félix de Góis. Primeiramente, três peças do gentio da terra por nome Tomé, sua mulher Urbana e Luiza, um sítio com suas casas de palha, com duzentas braças de terras de testada, começando da aguada que faz da defunta minha mãe, correndo para a minha banda, do comprimento de trezentas e cinquenta braças, pouco mais ou menos, correndo do sítio que dou a minha filha para a banda do sítio de Francisco Gonçalves. E fica-lhe um pau de jataíba, grande por sinal, no caminho que foi de Francisco Gonçalves, mais cinco braças de chãos nesta vila, um vestido com seu manto, três colheres de prata, uma caixa de sete palmos, uma cama com seu cobertor e lençóis, com suas miudezas de casa e quatro peças de ferramenta, conforme minhas possibilidades. Indo eu para o sertão, trazendo-me Deus com algum remédio, lhe darei mais duas peças. Jaques Félix. E não se continha mais no dito rol, que o tornei à parte, ao qual me reporto e aqui o lancei em 18 de janeiro de 1711 anos. João de Souza Dias, tabelião, o escrevi.

Consertado com o próprio por mim, sobredito tabelião.

João de Souza Dias
Antônio d'Alvarenga
Manuel Nunes de Souza
Pedro Rodrigues d'Almeida

(50) 11-02-1711

Senhor

Como parece. Lisboa, 13 de fevereiro de 1711

Por decreto de 23 de janeiro próximo passado, é Vossa Majestade servido que se veja e consulte neste conselho o que parecer sobre uma petição do Bacharel Sebastião Galvão Rasquinho, em que diz que Vossa Majestade foi servido determinar que cada um dos três ministros (que proximamente criar para três ouvidorias no distrito da capitania de São Paulo) levasse seiscentos mil réis de ordenado, assinaturas dobradas e quinhentos mil réis de ajuda de custo. A respeito da despesa que se considerou assim na dilatada viagem de mar e terra, como para a sustentação decente das suas pessoas na subsistência dos seus lugares, cujo dispêndio se deve considerar ao suplicante, que é mandado a emendar e compor a criação inadequada que teve o lugar de ouvidor geral de São Paulo, cabeça das ditas ouvidorias, pois sendo a jornada de mar igual entre todos até o Rio de Janeiro, ao suplicante (por ser casado em observância da lei que o obrigou), se lhe faz mais custosa, lhe pedindo só pela câmara de uma charrua, quatrocentos mil réis para conduzir a sua família que leva consigo, como determina o decreto 4º do Paço, fundado em que assim serve melhor o ministro a Deus, a Vossa Majestade e aos povos. Enquanto a jornada por terra (por se achar aquela costa infestada de corsários) fica com igual trabalho e risco do Rio de Janeiro a São Paulo, que os outros ministros aos seus lugares, e pelo que respeita a decente sustentação no lugar, necessita o suplicante de diferente tratamento no povoado, que os outros ministros no deserto com ouro, que faz subir os mantimentos, os faz tirar do povoado, deixando-os em maior carestia. E porque sendo assim, fica impossível ao suplicante poder honestamente sustentar com duzentos mil réis de ordenado com que foi criado o lugar de São Paulo em tempo em que não havia tantos ouros,

nem tem cabedais de que pode se valer por os ter gastado no serviço de Vossa Majestade e consumido em sete anos de requerimentos, depois de ter servido com tanta vantagem, como seria proposto a Vossa Majestade, na consulta deste lugar.

Pede a Vossa Majestade que lhe faça a mercê de determinar que o suplicante leve o mesmo ordenado, assinaturas e ajuda de custo que levam os três ouvidores seus companheiros, pois sendo todos do mesmo distrito, se deve instituir a todos o mesmo direito, nem deve haver melhor condição aos ministros do distrito, que ao da cabeça da capitania, havendo também respeito a que as ditas três ouvidorias recém criadas trancam e dominam a jurisdição da de São Paulo, a extensão da comarca e por consequência, ao benefício que dela poderia provir. E sendo certo que ele suplicante foi ouvidor neste lugar sem o pedir, assim por não supor de si as virtudes com que Vossa Majestade mandava consultar ministro para esta ouvidoria, como por ser casado e não ter de sacrificar como sacrifica a sua família, a tantos trabalhos e riscos que se experimentam, e a viver entre gente tão indômita.

Dando-se vista deste requerimento ao procurador da fazenda, respondeu que tudo aumentou e cresceu com ouro e até os viveres subiram, de sorte que é muito necessário para o sustento de qualquer pessoa, e deve arbitrar a um ministro com grua decente com que viva, pois arbitrou-se aos demais ouvidores, que vão para a mesma terra, maior ordenado e ajuda de custo, e que o mesmo se deve dar ao suplicante.

Ao Conselho parece que atendendo Vossa Majestade as razões que representa este ministro e por ser justo que os que servem em semelhante situação tenham com que possam se sustentar decentemente, segundo a autoridade de seus lugares, para que a necessidade não os obrigue a faltarem às suas obrigações, em dano do serviço de Vossa Majestade e da administração da justiça das partes. E por ser o suplicante notoriamente pobre e querer levar consigo a sua família, em que é preciso que se faça considerável despesa, que nesta atenção haja Vossa Majestade por bem de que tenha de ordenado por ano quatrocentos mil réis e que leve as assinaturas dobradas. E que no Rio de Janeiro se lhe dêem dos efeitos da fazenda real que houver mais prontos, trezentos mil réis de ajuda de custo,

pois não é exemplo igual ao que alega os outros ouvidores, porque estes vão a criar estes lugares e em partes onde não há povoado em que é preciso que tenham tudo mais caro. Lisboa, 11 de fevereiro de 1711.

Francisco Pereira da Silva

João Teles da Silva

Antônio Rodriguez da Costa

Foi voto o conde general da armada presidente.

11 de fevereiro

1711

Do Conselho Ultramarino

Sendo o que pede o Bacharel Sebastião Galvão Rasquinho,
que está nomeado no lugar de ouvidor geral de São Paulo.

Requerimentos

a folhas 4

(51) 23-05-1711

Escritura de venda de umas casas de taipa de pilão, cobertas de telha, sitas em Pindamonhangaba, que faz o Capitão Bartolomeu Garcia Velho, por seu constituinte Domingos Garcia Velho, estante por ora nas Minas.

Saibam quantos este público instrumento de escritura de venda de umas casas em Pindamonhangaba virem que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e onze anos, aos vinte e três dias do mês de maio do dito ano, nesta vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, da capitania do Conde da Ilha do Príncipe, governador e donatário dela perpetuo por Sua Majestade, partes do Brasil etc. Nesta dita vila, em pousada de mim tabelião adiante nomeado, apareceu o Capitão Bartolomeu Garcia Velho, nesta vila morador, e por ele me foi dito que seu constituinte Domingos Garcia Velho possui em Pindamonhangaba umas casas de taipa de pilão cobertas de telha, que partem com casas de Antônio Veloso da Costa por uma banda e pela outra com casas de Atanásio de Figueiredo Castelo Branco. E, como o dito seu constituinte se acha no presente nas Minas, lhe mandou ordem e procuração com outorga de sua mulher, Catarina Rodrigues Pais, para ele outorgante vender as ditas casas e por eles assinar escritura de venda delas. E, por este poder, disse ele outorgante

que vendia, como com efeito vendeu deste dia para todo o sempre, as ditas casas, na forma declarada, a Domingos Soares Neves, por preço e quantia de cento e dez mil réis em dinheiro de contado, que eu tabelião dou minha fê, por ver contar a dita quantia da qual disse ele outorgante lhe dava plenária quitação do dito preço e quantia, para que o dito comprador as logre, haja e possua como cousa sua, comprada por seu dinheiro, ele, sua mulher e filhos, ascendentes e descendentes, que após eles vierem. E tanto de si como dos donos das ditas casas disse ele outorgante que, pelo poder da dita procuração, demitia todo o poder delas na pessoa do dito comprador, quer que tome posse delas, quer não. Que ele e os ditos vendedores o hão por empossado delas por eles e os ditos vendedores desistirem da possessão que nelas haviam tido até fazerem esta venda. E ele outorgante se obriga a fazê-la, a todo o tempo, boa, livre e desembargada por seus constituintes. E também, se nesta escritura faltarem algumas cláusulas ou solenidades e pontos de direito para firmeza desta venda, que ele as há aqui em nome de seus constituintes por postas e declaradas, como se de cada uma delas fizera expressa e declarada menção. E de como assim o outorgou, pediu a mim tabelião que lhe fizesse nesta nota esta escritura de venda, que aceitou e assinou com testemunhas presentes. Manuel Rodrigues Moreira, João Pires de Miranda e Pedro de Brito Leme, todos moradores nesta vila e pessoas conhecidas de mim tabelião. João de Souza Dias o escrevi.

João Pires de Miranda Manuel Rodrigues Moreira Pedro de Brito Leme

Assino por meus costituintes, Domingos Garcia Velho e Catarina Rodrigues Pais e por mim como vendedor

Bartolomeu Garcia Velho

(52) 20-10-1711

Vi a planta da fortaleza que se intenta fazer na Praia Grande de Santos, e ainda que esta praia seja de duas léguas de comprido, e que com esta fortaleza se não pode toda defender, já em outras ocasiões se ponderou neste conselho ser a fortaleza não só útil e necessária para cobrir a Vila de Santos, mas para impedir a entrada do canal pelo qual se vai ter

a mesma vila, porque, cruzando-se os tiros desta nova fortaleza com os do forte de Santo Amaro, que lhe fica fronteira, ficará a entrada mais que abundantemente defendida, e terão os moradores uma praça de respeito, onde se possam retirar e resistir aos inimigos.

No tocante à planta, parece-me acertado o lado do polígono exterior de 1400 palmos que o engenheiro tomou, porque aqueles fortins pequeninos, que no Brasil estavam em uso, têm muito pouca serventia. Mas o método de Ozanam, autor francês, que o engenheiro escolheu para delinear a planta, não me parece tão bem proporcionado por ficarem nele os flancos muito descobertos, fazendo ângulos demasiadamente obtusos com as cortinas de que resultam os baluartes pequenos.

E não sei que razão tivesse este engenheiro para se desviar do método lusitano de fortificar que, quando não tivera melhores proporções, é mais fácil de desenhar na campanha que nenhum outro. Mas por se mostrar em tudo francês, até em lugar de pés, palmos, ou braças portuguesas, usa de toesas de França, nome que, porventura, nenhum pedreiro nunca ouviu no Brasil, nem em Portugal. E ainda que uma praça fortificada pelo método de qualquer um dos autores célebres da fortificação fique bem defendida, havendo-se esta de fazer de novo, poderá o engenheiro, sem nenhum escrúpulo, fortificá-la pelo método lusitano.

O custo de 1500 cruzados em que avalia esta obra não me parece demasiado, antes curto e que, se João de Castro de Oliveira a der acabada de todo, com seu fosso aberto e terra planada, a praça sendo tudo obra sem as falsidades que se costumam cometer nestas matérias, é digno das mercês que por este serviço pede, quando pela fazenda de Sua Majestade se não possa conseguir.

Fazendo-se esta fortaleza, parece-me escusada outra obra que se propõem haver-se de fazer no outeiro de Monserrate, para guardar a pólvora, porque na mesma fortaleza nova se poderá guardar com segurança e resguardo. Isto é o que me parece. O conselho resolverá o que lhe parecer mais acertado. Lisboa, 20 de outubro de 1711. Senhor André Lopes de Lavre.

Manuel Pimentel

(53) 07-02-1712

Senhor

O conselho ordena se faça por Manoel Pimentel nova planta, como ele aponta e como parecer mais conveniente, e interponha parecer sobre o que acrescer, cerrado com que se deve presidir a nova fortaleza que se fizer, se há meios para se conservar. Lisboa, 19 de novembro de 1712.

Vendo-se, neste conselho, as cartas inclusas do Governador e Capitão Geral de São Paulo e Minas, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, e do Mestre de Campo e Governador da Praça de Santos, Manoel Gomes Barboza, em que dão conta de se obrigar João de Castro de Oliveira a mandar fazer, à sua custa, na forma da planta que com esta se remete às reais mãos de Vossa Majestade, uma fortaleza na Praia Grande de Santos, junto ao Forte de Santo Amaro, fazendo-lhe Vossa Majestade as mercês que constam da memória inclusa.

E ordenando-se a Manoel Pimentel, cosmógrafo-mor do reino, que, por serviço de Vossa Majestade, informasse do que se oferecesse neste particular, respondeu o que consta da carta que com esta se envia também às reais mãos de Vossa Majestade.

De tudo que se deu vista ao procurador da fazenda, respondeu que, na matéria da fortificação, e em tudo o mais, tinham inteira e melhor autoridade os peritos na arte. E que assim lhe parecia que se devia seguir o que resolvia Manoel Pimentel, suposto que a fortaleza era necessária, o que hoje, com o ouro se fazia mais desejado o Brasil e que, sem despesas e fortificações, não se podia defender.

E ouvindo-se também pelo que respeita o contrato ao procurador da coroa, respondeu que, quanto à condição do foro de fidalgo e à promessa de ofício nas minas não tinha dúvida alguma, ficando a qualidade do ofício a arbítrio de Vossa Majestade para declarar qual há de ser.

E quanto à sargentaria-mor da praça ficar perpétua, de juro e herança para todos os descendentes do suplicante, não lhe parecia admissível porque, para estas ocupações se requeria, em primeiro lugar, a capacidade e préstimo da pessoa, o que seria contingente haver em

todos os descendentes que houver de suceder, que, além disto, tinha por muito prejudicial dar-lhe esta jurisdição perpétua em conquista tão afastada de acabar, e em terra, onde era provável, pela comunicação das minas, haver muita riqueza. E conseqüentemente, muita soberba, e a ocasião de levantarem estes descendentes o colo contra os governadores e, ultimamente, que não convinham no Brasil, poderosos com jurisdição, ainda que fossem subalternos aos governadores, que poderia, porém, conceder a ele, suplicante, em sua vida, e quando muito, a um filho, sendo capaz.

E quanto aos dois hábitos que pede para dois filhos seus, em três vidas, era coisa que ainda não vira praticar, e que não faltaria quem dissesse que neste caso havia simonia, o que não aprovava. Antes, parecia-lhe que, não haver este posto, devia-se admitir esta condição, e com a declaração de que só teriam lugar sendo filhos e netos do suplicante, capazes de tomar o hábito, segundo os estatutos da ordem. E que se não o era, ficaria a mercê senão de descendente para descendente, nas três vidas somente.

E que, finalmente, quaisquer destas condições que sejam admissíveis, ou todas, ou porque só deviam ter efeito e executar-se ao depois de estar perfeita e acabada a fortaleza. Conforme a planta, o que se examinaria pelos engenheiros, e que para se evitar os enganos que de ordinário costuma haver nestas obras, devia-se ordenar ao engenheiro que assista a fabricação dela. E que também supunha que a obra seria de pedra e cal porque de outra sorte não valeria coisa alguma.

Pareceu ao Conselho que, como o Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho reconhece por muito útil esta fortaleza, e que ficará mais defensável a Praça de Santos, e isto mesmo proponha o Mestre de Campo e Governador que está nela, Manoel Gomes Barboza, e a aprove Manoel Pimentel, e a Fazenda Real não se ache em estado de poder concorrer para uma obra de tanta despesa, que se devia abraçar a oferta de João de Castro de Oliveira e fazer-lhe Vossa Majestade, por este serviço, a mercê do foro de fidalgo, promessa do ofício que pede nas minas e de dois hábitos de Cristo, cada um com oitenta mil reis de tença efetivos, sendo para ele um e outro para seu filho, e que estas se lhe assente no rendimento

da provedoria de Santos; e a do posto de sargento-mor, com o soldo que requiere para que o logre em sua vida, e que passe a seu filho, sendo este capaz deste provimento, com declaração.

Porém, que estas mercês não terão efeito senão depois de estar acabada esta fortaleza de pedra e cal, feita pelo desenho do engenheiro, e aprovada a dita obra pelo governador da mesma praça e pelo da capitania do Rio de Janeiro. Lisboa, 7 de fevereiro de 1712. Satisfaz

Miguel Castro

João Teles da Silva

Antônio Rodrigues da Costa

José de Carvalho Abreu.

1712 Satisfaz-se ao que Sua Majestade ordena sobre
a fortaleza que se há de fazer na praça de Santos.

A Consulta, planta e mais papéis foram na consulta.

7 de fevereiro de 1712

Do Conselho Ultramarino

Sobre o que escreve o Governador de São Paulo e minas e o Mestre de Campo e Governador da Praça de Santos acerca de se obrigar a mandar fazer João de Castro de Oliveira a sua custa uma fortaleza na praia grande de Santos. E vão as cartaz e papéis que se acusam.

Requerimento

folhas 25

(54) 09-09-1712

Pareceu ao Conselho remeter a Vossa Majestade a planta que fez Manoel Pimentel, porque se entende que esta fortaleza não será a que baste para ficar mais defensável esta Praça de Santos, que Vossa Majestade deve mandar remetê-la ao governador que Vossa Majestade nomear para o Rio de Janeiro, para que confira com o engenheiro que tomar em sua companhia e com essas que estão naquela praça e, seguro o terreno e a situação, façam o desenho que julgarem ser mais conveniente.

E quanto aos pagamentos para esta se presidir, que como esta praça, é saber de havê-la ao governo do Rio, que dos efeitos que houver

na Fazenda Real do mesmo Rio e da mesma Praça de Santos se apliquem os que forem necessários para o sustento da guarnição que for competente para esta fortaleza.

E a saída para o maior número das infantarias, de que se necessita em Santos, e quando era para se acudir a tudo que do rendimento da casa da moeda e dos quintos se aplique àquela pessoa que Sua Alteza Real precisa, para a satisfação desta despesa, porém, que isto se entende não podendo a Fazenda Real cobrar este gasto, e havendo, em algum tempo, sobra, se tornasse o resto sem a mesma que da casa da moeda aqueles quintos como que os haver concorrida para a dita Praça de Santos. Lisboa, 9 de março de 1712.

(55) 01-07-1713

*Traslado de Mandado que passa o Ouvidor Geral de
São Paulo para ser citado o Desembargador Sindicante*

O Desembargador Sebastião Galvão Rasquinho, do Desembargo de Sua Majestade e seu Desembargador da Relação da Casa do Porto, Ouvidor Geral desta cidade de São Paulo e sua Comarca com alçada no cível e crime, Provedor dos defuntos e ausentes, auditor geral da gente de guerra, Juiz dos feitos da Coroa Resíduos, Capelas, e das justificações etc.

Mando aos Juizes ordinários da Vila de Santos que, visto este meu mandado, indo por mim assinado em seu cumprimento por um oficial ante si, faço citar o Desembargador Sindicante o Doutor Antonio da Cunha Sotto Maior, para dizer se quer acusar ao Mestre de Campo dos Auxiliares, Domingos da Silva Bueno, a cujo requerimento este se passou, pelo crime que lhe resultou da devassa que tirei nesta cidade da arruaça que os moradores de Parnaíba nela fizeram em casas do dito Desembargador Sindicante, e querendo-o acusar o fará em primeira audiência deste Juízo da Ouvidoria Geral, em que vindo será lançado da acusação, e livremente cumpram-no assim, e outra cousa não façam. Dado nesta cidade de São Paulo, aos vinte e quatro dias do mês de dezembro de mil setecentos e doze. Passou-se deste oitenta dias, e de assinar o mesmo, e eu Antonio Correa Sá o fiz escrever, e subscrevi. Rasquinho. Despacho do Juiz: Entendo que não

devo cumprir este Mandado do Senhor Desembargador ouvidor geral por ser expressamente contra a Ordenação do livro terceiro, título segundo, e o dito senhor ouvidor pode mandar fazer a dita diligência pelos oficiais ante si. Santos, 30 de dezembro de mil setecentos e doze. Souza, o qual traslado fez trasladar do próprio, que fica em meu poder, a que me reporto e vai na verdade. Rio de Janeiro, primeiro de junho de mil setecentos e treze anos

Joseph Gomes Andrade.

11 de fevereiro

1711

Do Conselho Ultramarino

Sendo o que pede o Bacharel Sebastião Galvão Rasquinho, que está nomeado, no lugar de Ouvidor geral de São Paulo.

(56) 20-10-1714

Senhor

Quando passei pela Vila de Taubaté, vindo para estas Minas, achei a notícia de nela se haver morto a José Ventura de Mendanha, às sete horas da manhã, estando a sua porta, sendo homicida João Batista, ajudado da gente e escravos de Antonio Correa, ambos moradores no mesmo distrito. Deste caso se tirou devassa em que ficaram culpados os dois e pronunciando-se a prisão e seqüestro de que tendo eles notícia, intentaram, segundo a voz pública, vir à vila com muitos escravos armados a insultar o juiz e mais oficiais de justiça, que se achavam na maior consternação que se pode imaginar, querendo desamparar a dita vila. O seu receio se vê bem do requerimento que me fizeram, que remeto a Vossa Majestade, à vista do que para evitar tal perturbação, castigar estes delinqüentes não só neste crime mas em outros, e restituir e conservar esta vila em sossego. Mandeí o meu tenente geral, com o maior número de ordenanças que se pode juntar, acompanhar os oficiais de justiça para o bom efeito da prisão e seqüestro, e lhe ordenei que no caso de haverem fugido lhes demolisse as casas, o que assim se executou. Como tiveram aviso e se meteram no mato, o procedido do seqüestro que se lhe fez a Antonio Correa, porque João Batista se refugiou sozinho em sua casa, se depositou por ordem minha até que chegue a de Vossa Majestade para se entregar a quem for servido.

Com o exemplo deste castigo, ficaram os povos com mais temor da justiça e obediência às leis, que é preciso introduzir com maior demonstração de castigo para evitar os horrendos delitos e crueldades de povos que ainda agora começam, com conhecida renitência a sujeitar-se à obediência das leis. Do referido, dou conta a Vossa Majestade para que lhe seja presente o que obrei neste particular. Deus guarde a real pessoa de Vossa Majestade, como seus vassallos havemos mister. Vila Rica, 2 de janeiro de 1714.

Brás Bacelar da Silva

(57) 24-03-1714

Senhor

Está bem. Lisboa 26 de março de 1714

O Governador e Capitão Geral de São Paulo e Minas, Dom Braz Baltasar da Silveira, em carta de primeiro de setembro do ano passado, fez presente a Vossa Majestade que, entrando em vinte e nove de agosto do mesmo ano na cidade de São Paulo, o receberam aqueles moradores com grande demonstração de gosto. Em trinta e um do dito mês lhe deu a Câmara posse do governo, mas não Antônio de Albuquerque, por ficar doente no Rio de Janeiro, como em outra carta representara a Vossa Majestade, que ia dando princípio aos particulares do mesmo governo, e de tudo o que recebeu daria conta a Vossa Majestade.

E vista a carta referida, pareceu ao Conselho dar conta a Vossa Majestade do que escreve o governador e Capitão Geral de São Paulo e Minas e de como tomou posse daquele governo e das demonstrações de gosto com que o receberam aqueles moradores, Lisboa, 24 de março de 1714

Antonio Rodriguez da Costa

Francisco Monteiro de

Joseph de Carualho Abreu

Silva

(58) 20-09-1714

Dom Brás Baltasar da Silveira, do Conselho de Sua Majestade, que Deus guarde, Mestre de Campo, General dos seus exércitos, Governador e Capitão General de São Paulo e Minas do ouro etc., faço saber aos que esta

minha Carta Patente virem que, em consideração aos muitos merecimentos e conhecida capacidade que concorrem na pessoa de João Barreiros de Araújo, Tenente Coronel do Regimento de Cavalaria da ordenança do distrito de Vila Nova da Rainha, e a grande satisfação com que tem servido o dito posto, e por ter por certo que, em tudo o de que o encarregar servirá com o mesmo acerto, e muito conforme a particular confiança que faço da sua pessoa, hei por bem de o nomear, e prover no posto, de Coronel de um Regimento de Cavalaria da ordenança que determino formar nos descobrimentos da Batipoca, Comarca de São João d'El Rei, para o servir enquanto eu o houver por bem, ou Sua Majestade não mandar o contrário, e haverá posse, e o juramento dos santos evangelhos em minhas mãos para bem servir o dito posto, com o qual gozará de todas as honras, privilégios, isenções, e liberdades, que diretamente lhe pertencerem, pelo que ordeno a todos os oficiais, e soldados do dito regimento o conheçam por seu coronel, e como a tal lhe obedeçam e cumpram suas ordens, assim por escrito, como de palavra, tão pontualmente como devem e são obrigados, e para firmeza de tudo, lhe mandei dar esta patente por mim assinada, e selada com o sinete de minhas armas, que se cumpra como nela se contém, e registrará nos livros da Secretaria deste Governo, e nos mais a que tocar. Dada nesta Vila de Nossa Senhora do Carmo, aos vinte dias de setembro de mil setecentos e quatorze. O secretário, Manoel de Affonseca a escrevi.

Braz Baltasar da Silveira

Carta patente porque Vossa Excelência faz mercê a João Barreiros de Araújo de o prover no posto de Coronel de um regimento de cavalaria da ordenança que Vossa Excelência determina formar nos descobrimentos da Batipoca, pelos respeitos e na forma nela declaradas.

Para Vossa Excelência ver.

(59) 20-10-1714

Senhor

Haja vista o procurador da coroa. Lisboa, 20 de janeiro de 1715.
Deve-se juntar a conta que deu o ministro André Leitão de Melo.

Já toca cessar o que aponta o procurador da coroa e satisfaz tratarem vista. Lisboa, 2 de dezembro de 1716.

A dita devassa se achava tirada já ao tempo que Sua Majestade resolveu na consulta inclusa, que se não tirasse, pelas justas razões que (devemos supor) teve para isso.

E como eu não tenho notícia delas, me é passado que nem o Conselho pode interpor parecer acertado e prudente, o que se pode conformar com as justas razões que teria o dito direito para tomar aquela resolução. E assim se deve pôr na sua real notícia esta carta da câmara, a conta do ministro que tirou a devassa, o número dos pronunciados nela, que é grande, como também os que se prenderam, para que a vista de tudo, tome a resolução que for servido. E da mesma sorte será conveniente que também se faça presente a carta do ouvidor, na qual havia de dar conta da prisão que fez ao réu Domingos Pereira de Padilha, como referiu o ministro.

Não podemos, por lei de obedientes vassallos, estranhar a justa punição que já começa a fulminar o desembargador sindicante André Leitão de Melo, a quem foi Vossa Majestade servido mandar com alçada e infantaria a cidade de São Paulo, para nela tomar conhecimento e castigar os da arruaça que os moradores desta vila de Parnaíba fizeram à casa do desembargador sindicante Antônio da Cunha Souto Maior, pois bem conhecem todos a grande atenção e respeito que se deve aos ministros de Vossa Real Majestade. Só pedimos, prostrados aos reais pés de Vossa Majestade, licença para lamentar a desventura de vivermos tão remotos e apartados de Vossa Majestade, a cuja real presença nossos retardados clamores, quando chegam, acham já preocupada a atenção de Vossa Majestade com as queixas dos que com sua presença e eloqüente retórica sabem com exagerações legais diminuir o seu pecado e agravar as nossas culpas. Não é desculpável o que cometeram os moradores desta vila na arruaça referida, mas na clemência de Vossa Majestade pareceria diminuta, se lhe fosse presente o notável excesso e descomedimento com que se houve o desembargador sindicante Antônio da Cunha Souto Maior, servindo juntamente o lugar de ouvidor geral nas injustiças, pouco temor de Deus e desatenção ao real serviço de Vossa Majestade e bom tratamento destes povos, coisa tão recomendada do paternal amor de Vossa Majestade. De tudo isto se

esqueceu aquele rigoroso ministro, e estendendo os limites de sua jurisdição ao que já tinha concluído a mais de ano, desautorizando casas honradas, com esta supérflua demora, e levando uma para essa corte, que desonestou com falsa promessa de receber. Ultimamente, dos capítulos, que a Vossa Majestade remetemos na frota passada, se colhem que foi tão excessivo o descomedimento do ministro que, irritados muitas vezes os ânimos, por desesperados, brotaram em semelhante absurdo. E se, assim como este foi patente a Vossa Majestade, esperamos que fora também o seu excesso, à real equidade de Vossa Majestade que, como pai e senhor, mandaria inquirir um e outro procedimento, para que o mundo visse que, se há castigos para o pouco respeito aos ministros de Vossa Majestade, também os há para os que faltam às obrigações de bons ministros.

Senhor, é inexplicável o temor que os moradores desta terra padecem do mar e das brigas. Por esta causa, não poderão os compreendidos na devassa tratar de seus livramentos na alçada do Rio de Janeiro ou na relação da Bahia. Assim, rogamos e humildemente pedimos a Vossa Majestade que por sua real grandeza seja servido lhes fazer mercê de um indulto, para que presos na cadeia de São Paulo possam livrar-se com o ouvidor geral que exercer a dita ocupação. E havendo de ser no Rio de Janeiro, ou na Bahia, seja por procuração, ficando os culpados presos na dita cadeia da cidade de São Paulo, com ordem de Vossa Majestade para que os degredos se confinem para os sertões desta capitania, nas diligências do descobrimento de ouro e prata em que a coroa de Vossa Majestade poderá ter grandes aumentos. A Real presença de Vossa Majestade guarde Deus como seus vassalos desejam. Escrita na câmara aos 20 de Outubro de 1714.

Os oficiais da câmara da Vila de Santana de Parnaíba, comarca da cidade de São Paulo.

Antônio Correa Caldeira

Manoel do Rego Cabral

Domingos Lopes da Silva

Damião de Souza Portugal

João de Godoy de Almeida

José Madeira Salvador

(60) 22-10-1714

Senhor

Por ordem de Vossa Majestade recebi na comarca de São Paulo do desembargador ouvidor geral da mesma comarca, João Saraiva de Carvalho,

quinze moedas de ouro da fábrica daquele estado, falsas e cortadas, e uma barra de ouro marcada com cunhos falsos e cortada, que tudo tenho em meu poder, do que dou conta a Vossa Majestade para me ordenar o que devo fazer delas. Lisboa, outubro 22 de 1714

O desembargador Antônio da Cunha Soto maior

(61) 05-11-1714

Senhor

Como parecer. Lisboa 6 de novembro 1714

Vendo-se neste conselho a carta inclusa do governador e capitão geral de São Paulo e Minas em que dá conta da morte que se fez na vila de Taubaté a José Bento de Mendanha, sendo homicida João Baptista, ajudado da gente e escravos de Antônio Correia e, juntamente, uma petição de João da Fonseca Coutinho Souto Maior, irmão do dito defunto, sobre o mesmo delito, a qual com esta se envia às reais mãos de Vossa Majestade, em que pede se mande tirar nova devassa pelo ouvidor do Rio de Janeiro, e que os culpados se livrem na mesma cidade. Tudo se deu vista ao procurador da coroa, que respondeu que esta demolição de casas não é bem feita, mas que se pode dissimular naquelas partes, mas não aprovar, porque com ela haverá alguns medos, mais à justiça ou respeito (se bem que se as casas são como ele cuida, tanto importam em pé como arruinadas). E que se deve escrever ao governador, que faça toda a diligência possível por prender estes réus e que mande juntar o seqüestro à devassa e deixá-lo à ordem das justiças daquela vila.

Parece o que ao governador se deve escrever que se abstenha de semelhante procedimento de mandar demolir casas, salvo se forem casas fortes feitas a fim de se impedir a execução da justiça. E que Vossa Majestade deve mandar tirar nova devassa pelo ouvidor do governo do distrito onde sucede este delito, e que faça muito por prender os culpados e lhe dê livramento e se pague aos oficiais pelos bens dos mesmos delinqüentes. Lisboa, 5 de novembro de 1714.

João Teles da Silva
Antônio Rodriguez da Costa

Francisco Monteiro de Almeida

José Gomes de Azevedo

Alexandre da Silva Gomes

João de Sousa

(62) 23-01-1715

Senhor

Como parece. Lisboa 23 de janeiro de 716

Manoel Mosqueira da Rosa fez petição a Vossa Majestade por este Conselho, em que diz que está provido no lugar de Ouvidor Geral do Rio do Ouro Preto no distrito das Minas de São Paulo, e que a seu antecessor se deu de ajuda de custo quinhentos mil réis, e da mesma sorte a Luís Botelho de Queirós, com o lugar do Rio das Velhas, em que fora provido por falecimento de João de Moraes Sarmento, e nele suplicante se verificam as mesmas razões, e existe, a mesma causa que houve para se dar ao dito seu antecessor a tal ajuda de custo, pois em todas é a jornada a mesma e com as mesmas despesas e incômodos.

Pede a Vossa Majestade lhe faça mercê de lhe mandar continuar a mesma ajuda de custo de quinhentos mil réis que se deu a seu antecessor mandando que se lhe passem para este efeito as ordens necessárias.

Com a dita petição apresentou o traslado das provisões tirado do livro da secretaria deste conselho pelos quais consta mandar Vossa Majestade dar quinhentos mil réis de ajuda de custo ao Doutor Manoel da Costa de Amorim que foi por ouvidor geral do Ouro Preto; e o mesmo mandou praticar com o Doutor Luis Botelho de Queirós que foi servir o lugar de Ouvidor geral do Rio das Velhas.

E dando-se vista deste requerimento ao Procurador da Fazenda, respondeu que, pela provisão que juntou, se deram ao antecessor do suplicante quinhentos mil réis de ajuda de custo, e que ainda que lhe parecesse grande a quantia, contudo não achava diferença entre um e outro, e que se devia pôr esta petição na real presença de Vossa Majestade para que mandasse o que fosse servido.

Ao Conselho parece que, visto o exemplo do que Vossa Majestade

mandou praticar a favor do Ouvidor Geral do Rio das Mortes, Valério da Costa, e concorrer neste ministro as mesmas razões, que Vossa Majestade haja por bem que se lhe dêem de ajuda de custo duzentos mil réis pagos da parte que se mandou dar aos mais ministros. Lisboa, 23 de janeiro de 1715.

Joam Teles da Silva

Antonio Rodriguez da Costa

Joseph Gomes de Andrade

Alexandre da Silva Correa

(63) 01-07-1715

Recebi a de Vossa Mercê, de 3 de maio, de que fiz a estima que Vossa Mercê me merece; nela vejo o que Vossa Mercê me diz sobre os meus particulares, que bem entendo não falta Vossa Mercê ao que deve a sua pessoa, porém, como Vossa Mercê me faz mercê querer esperar pelo seu pagamento, e juntamente estarem os bens sem nenhum valor, de sorte que Vossa Mercê se não pago nem aos mais a quem devo, pela impossibilidade da terra, estou de parecer sustar as vendas de tudo, por estar com lavras de importância, que brevemente, espero em Deus, todos os meus desempenhos, e mais me há bem de pagar juros de mais um ano do que vender a metade, e fico devendo a meu genro, tenente coronel Joseph Vieira Colaço, mando se entregue do sítio e o fabrique, para aumento dele, que em pouco tempo espero mandar satisfazer tudo, pelas lavras, assim me prometeram e com o favor de Vossa Mercê tenho por sem dúvida ser bem sucedido em tudo. A pessoa de Vossa Mercê guarde Deus muitos anos. Pitangui, o primeiro de julho de 1715 anos.

De Vossa Mercê o mais obrigado servo,

Garcia Rodrigues

Pais Betim

Tenente Coronel Major Pedro

Taques deAlmeyda

(64) anterior a 10-01-1714

|| Iv. || Senhor

Diz Anna Maria Duarte moça donzela e órfã, moradora nesta cidade de Lisboa ocidental, na Rua da Inquirição, Freguesia de Santa Justa que pela sentença de justificação que se oferece lhe ficou pertencendo, a ela, suplicante, todo a ação de serviços, por falecimento de seu irmão João

Tomás Duarte tinha feito a esta coroa, o qual começou a servir nesta corte de Solicitador das causas e negócios do conselho Ultramarino; pertencem-lhe as conquistas; no princípio de junho de 689, até o fim do ano de 698, como consta e se refere dos provimentos que correm de folhas 1 até folhas 6 e informações do procurador da fazenda do procedimento do suplicado, e embarcando-se o suplicado nesta corte para a cidade do Rio de Janeiro, sentou praça de soldado e continuou a servir em 8 do mês de outubro de 694 na companhia do capitão Bernardo Machado uma das da Guarnição da dita Praça e continuou o real serviço até 27 de setembro de 696 em que passou a cabo de esquadra da mesma companhia, posto no qual continuou até 11 de janeiro de 698, como tudo consta da fê de ofícios a folhas 8 e dando o suplicado baixa a dar um soldado por si, por despacho do governador que então era o Mestre de campo Martim Correa Vasquez. E passando o suplicado à praça de Santos sentou praça de soldado, na companhia do capitão Joseph de Almeida Soares, em primeiro de novembro de 1704, e serviu de soldado na dita companhia até 8 de novembro de 1705, dia em que passou por sargento supra-numerário para a companhia do capitão Luiz Antonio de Sá Queiroga; e tem servido até 23 de dezembro de 1707, como tudo consta da segunda fê de ofícios a folhas 10, o qual tem servido assim em praça de soldado, como de cabo de esquadra e sargento supra-numerário o decurso de seis anos cinco meses e doze dias, como tudo melhor consta das duas fês de ofícios a folhas 10 e no decurso dos ditos anos não teve o suplicado nota em seus assentos, antes assistindo a tudo aquilo que pelos seus oficiais maiores lhe foi mandado; e pelo seu bom procedimento e verdade e zelo que tinha do real serviço, ao dito João Thomás Duarte, o elegeram por escrivão dos quintos reais de Vossa Majestade, e por ordem do provedor das minas e quintos lhe acumularam, ao suplicado, ordens e várias diligências para as pessoas que fossem entendidas na matéria do ouro em pó ou em barra, com cunho de suspeita a levasse presa e lhe fizesse tomada em tudo quanto achasse; o que tudo obrou fez, e se refere na certidão a folhas 12, e pela certidão, a folhas 15, consta o ser nomeado para ir ao Rio de Janeiro dar conta ao governador e capitão general, Dom Fernando Martin Mascarenhas d'Alencastro de

Matos e diversos negócios de importância, o que fez levando os papéis com todo o segredo de que resultou a boa arrecadação dos reais quintos de Vossa Majestade, como em as mais diligências em que deu boa e cabal satisfação, como se refere na certidão afolhas 15 E pela certidão afolhas 19 consta tirar várias devassas o suplicado dos culpados, nos descaminhos dos quintos de Vossa Majestade conservando o suplicado em si todo o segredo rebatendo por parte dos culpados com prudência o não se sumirem as devassas que é o que pretendiam. E ordenada a mudança da Provedoria de São Paulo para a Vila de Santos, em chegando a ela, o suplicado que foi em primeiro de outubro de 704, fez as visitas em todas as embarcações que deste porto partirão para o Rio de Janeiro conforme as ordens de Vossa Majestade que até o presente foram muitas, umas na Barra grande duas, léguas distantes da Vila de Santos e outras em Bertioiga, cinco léguas afastado; e embarcações que procurou e negros para remarem, tudo à custa do suplicado com experimentou grandes infortúnios; como também prendeu a um João Soares Ribeiro, culpado em outra devassa por comprar ouro em pó e usar de cunhos falsos em tempo que era escrivão na ouvidoria de São Paulo o dito suplicado e, com efeito e pontualmente fez, e o entregou preso ao mestre de campo e governador da dita Praça Joseph Monteiro de Matos, o qual foi remetido para a cadeia do Rio, à ordem do general e por ser o governador da dita Praça amigo do dito preso; mandou logo prender o suplicado, João Thomas Duarte em cuja prisão o tem cinco dias depois de feita a dita diligência; e depois por ordem do Provedor das Minas lhe ordenar fosse o dito suplicado ao Rio de Janeiro, a expor e dar conta ao general de consideráveis particulares da provedoria para o aumento da fazenda real no que gastou três meses, e sem despesa alguma da fazenda de Vossa Majestade fez a dita viagem, como consta do despacho e registro a folhas 17 verso. E pelo alvará de folha consta a folhas 21 e se refere nele não ter crime algum o suplicado, e tudo o mais deduzido consta das certidões, e fês de ofícios apontadas as quais vão todas reconhecidas e justificadas. E nestes termos recorre a suplicante humildemente aos reais pés de Vossa Majestade, em consideração dos serviços referidos; e achar-se a suplicante em pobre desamparo e solidão, de lhe fazer mercê e graça,

atendendo aos merecimentos dos serviços do dito seu irmão de a prover com duzentos mil réis de tença na tesouraria da obra pia, E por essa causa

Pede a Vossa Majestade que em consideração do referido, e haver servido o irmão da dita suplicante para mais de quinze anos, com todo o bom e geral procedimento e à custa da sua fazenda, e com o perigo da sua vida, de lhe fazer mercê e graça, à suplicante de a prover e despachar, com duzentos mil réis de tença na tesouraria da obra pia, visto o que alega e consta da sentença de Justificação junta e certidão das mercês, a folhas 23, não se lhe ter feito mercê alguma.

Espera Receber Mercê

(65) 24-07-1716

Christóvão da Costa Freire, Senhor de

Pancas, do Conselho de Sua Majestade, que Deus guarde,

Governador e Capitão general do estado do Maranhão etc.

Certifico que, em 20 de maio de 1711, chegou à cidade de São Luís do Maranhão, em um dos navios que vieram do reino, Gervásio Leite Rebelo, provido por Sua Majestade, que Deus guarde, na ocupação de secretario deste estado da qual lhe dei posse em 21 do dito mês, e ano, e continuou o exercício do dito ofício até os últimos dias de junho deste presente ano de 1716, em que lhe sucedeu Antonio Rodrigues Chaves havendo-se, no decurso do dito tempo, com notória satisfação nas obrigações do dito ofício assim no bom trato, e acolhimento das partes, como pela boa expedição, e inteligência que teve para todos os negócios que nele se trataram no decurso do dito tempo como no agrado, que sempre experimentou na sua pessoa, em todos os particulares que se ofereceram; havendo-se com o mesmo zelo e cuidado na arrecadação das contas de Sua Majestade, leis e mais papéis pertencentes ao governo deste estado, que se acham na Secretaria dele, como também na reforma, que fez em alguns livros de registro, por se acharem muito danificados, fazendo um novo a sua custa, em que registrou todos os papéis, que o tempo tinha maltratado, por serem de importância para o governo destas capitánias, sem que lhe sirvam de impedimento o futuro de todas as ordens e regimentos, que

continuamente se expediam pela secretaria, para os sertões, fortalezas e capitanias deste governo, além das muitas patentes que, gratuitamente estava passando aos índios das missões deste estado, acompanhando-me cinco vezes de ida, e volta desta capitania para a de São Luís, padecendo grandes incômodos e riscos de vida na passagem de trinta e três baías, em que sucederam grandes trabalhos por serem mares quase inavegáveis e as embarcações pouco seguras, acompanhando-me na ocasião em que fui visitar a Vila de Santa Maria de Icatu, examinar a ruína, em que se achava a fortaleza da Vera Cruz, sita no rio de Itapicuru, acompanhou-me outro sim o ano passado de 1715, na guerra que fui fazer ao gentio da nação dos bárbaros Caicaíxes, e outros mais que infestam a Capitania de São Luís fazenda Moréa pelo rio de Itapicuru acima, e pelo muito trabalho e aspereza da jornada e grandes calores que experimentamos naquele sertão, lhe deram umas febres, que me obrigaram a mandá-lo para a Capitania, havendo-se em todo o tempo que exercitou o dito ofício de secretário, com exemplar procedimento e limpeza de mãos portando-se com o tratamento devido a sua pessoa e ocupação, mostrando em tudo o grande préstimo e zelo com que serve a Sua Majestade, que Deus guarde, pelo que o julgo capaz e benemérito de toda a honra e mercê que o dito senhor for servido fazer-lhe. Com toda a verdade, e o afirmo pelo hábito de Cristo de que sou professo e, por me ser pedido, mando passar por mim assinada e selada com o sinete de minhas armas que se registrará, 24 de julho de 1716

(66) ...-11-1716

Christóvão da Costa Freire, Senhor

*de Pancas, do Conselho de Sua Majestade, que Deus guarde,
Governador e Capitão general do estado do Maranhão etc.*

Faço saber aos que esta minha provisão virem, que tendo respeito a Antonio Rodrigues Chaves, secretário deste Estado, a estar de partida para a Capitania do Pará a curar-se de enfermidade a que nesta capitania se lhe não sabe aplicar remédios, nem conhecer-se por falta de médicos e cirurgiões, e ser necessário prover-se a dita ocupação em pessoa capaz e suficiente e na de Gervásio Leite Rebelo concorrerem os requisitos necessários e haver

servido o dito cargo mais de cinco anos com boa satisfação, acolhimento às partes como consta da residência que se lhe tirou, hei por bem de o prover no cargo de secretário durante a ausência de Antonio Rodrigues Chaves, secretário dele e, enquanto eu o houver por bem e Sua Majestade, que Deus guarde, não mandar o contrário, e haverá os prós e os percalços que diretamente lhe pertencerem e o hei por metido de posse. Cumpram e guardem esta provisão inteiramente como nela se contém a qual lhe mandei passar por mim assinada e com o sinete de minhas armas que se registrará nos livros da secretaria. Dada nesta Cidade de São Luís do Maranhão, em novembro, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil seiscentos e dezesseis. Antonio Rodrigues Chaves, Secretário do Estado a fez

Christóvão da Costa Freire

Provisão por que Vossa Senhoria há por bem de nomear a Gervásio Leite Rebelo na ocupação de Secretário deste Estado durante a ausência do Secretário dele Antonio Rodrigues Chaves, como nessa se declara.

Para Vossa Senhoria ver

(67) 08-02-1717

Copia Nº 2

Dom João, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, d'aquém e d'além mar, em África, Senhor de Guiné etc. Faço saber a vós, Provedor da Fazenda da Vila de Santos, que se viu o que escrevestes sobre a ordem que vos remeteu o Provedor da Fazenda da Capitania do Rio de Janeiro, acerca de dardes a razão por que não havíeis arrematado a passagem do Cubatão, e a terem arrendado os Padres da Companhia, tendo eu ordenado que se incorporasse à Coroa, representando-me que logo mandareis por edital para se arrematar a dita passagem, e que tendo notícia o Padre Reitor da Companhia pedira vista para embargos a ela, e que mandando-lha dar, por entenderdes lha não podíeis negar, começaram a firmar os ditos embargos; e para os acabar vos requereram lhe mandásseis dar o traslado da dita ordem, ou da que houvesse para a dita arrematação se fazer, dizendo não ser bastante para este fim a dita provisão somente,

e que esta não poderia ter execução enquanto eu não era informado; e que deduziram mais os ditos padres nos embargos, que eles nunca arrendaram, nem têm arrendada a passagem do Cubatão, mas só a sua fazenda em que está o porto de Cubatão, onde se embarcam as pessoas que dele vêm para essa Vila, pelo que vem navegando pelo rio abaixo em direitura por espaço de quatro léguas, que tanto dista o dito porto dessa vila, e que as passagens que se costumam arrematar são dos rios que se atravessam de uma para outra parte. E vendo o que nesta parte me representar, e as mais razões que vos alegaram, e como este negócio está embargado, e posto em juízo pelos padres da Companhia, que em juízo se devem findar, e que será razão que a apliqueis ordenando ao Procurador da minha Fazenda que siga a causa, e a vós vos mando que a sentencieis em toda a brevidade, e tendo a Fazenda Real Sentença contra si, façais logo remeter os autos por traslado ao meu Conselho Ultramarino, citados os padres, atendo ela sentença a seu favor não admitais apelação aos padres, senão para o juízo da Coroa da Casa da Suplicação. El Rei Nosso Senhor o mandou por João Teles da Silva e Antonio Rodrigues da Costa, Conselheiros de seu Conselho Ultramarino, e se passou por duas vias. Dionísio Cardoso Pereira a fez em Lisboa ocidental a dez de fevereiro de mil setecentos e dezessete. O Secretario André Lopes da Lavre o fez escrever Joaquim Teles da Silva = Antonio Rodrigues da Costa = Segunda Via = Por despacho do Conselho Ultramarino de oito de fevereiro de mil setecentos e dezessete = Por El Rei = Ao Provedor da Fazenda da Vila de Santos = segunda via

Está conforme

Clemente José Gomes Camponezes

(68) 19-12-1718

O Conde de Assumar, Dom Pedro de Almeida, governador e capitão general da capitania de São Paulo e terra das minas, responde à ordem que lhe foi para examinar a parte mais cômoda e conveniente em que se pudesse fundar e assentar uma casa da moeda nas mesmas minas, e o custo que faria, tanto nos materiais como nos

ordenados dos oficiais, que deve haver na mesma casa.

Ordenando-se ao governador e capitão general da capitania de São Paulo e terras das minas, Dom Pedro de Almeida, que examinasse a parte mais cômoda e conveniente em que se pudesse fundar e assentar uma casa da moeda nas ditas minas e o custo que faria tanto nos materiais, como nos ordenados dos oficiais que deve haver na mesma casa, e quanto se devia dar a cada um, respectivamente, na parte em que hão de servir. E para esse efeito se informaria do que se pagava aos que servem na casa da moeda do Rio de Janeiro e também averiguaria as utilidades que podem seguir à Fazenda de Vossa Majestade em ter a dita casa e, se seria este o meio de poder impedir a extração do ouro dos seus domínios para a mão dos estrangeiros, bem como as conveniências que nisso podem ter os moradores das mesmas minas e ainda para o comércio dos mercantes deste reino, o que tudo faria com toda a individuação, mandando fazer a planta da mesma casa, que remeteria a este reino para que, com toda a notícia, se pudesse tomar a resolução que comporta matéria tão importante. E de tudo daria conta a Vossa Majestade na primeira ocasião que se oferecesse de embarcação para esse reino, o que Vossa Majestade lhe havia por muito recomendado e se lhe declarava que a seu antecessor mandara Vossa Majestade encarregar esta mesma diligência, esperando dela e do seu zelo, que de sua parte não faltaria em fazer mui exatamente esta mesma averiguação.

A esta ordem respondeu o dito governador e capitão general o que consta da carta inclusa que, com esta, se remete à real presença de Vossa Majestade.

Dando-se da referida carta, vista ao procurador da Fazenda, respondeu que dessas notícias que o conselho, com providência e zelo pede para segurar os acertos que no serviço de Vossa Majestade se deseja empregar, ainda que pareça que não se pode colher coisa alguma a favor de seus designios, por não parecer ao governador das minas ser proporcionado o meio de se porem casas da moeda nelas para o fim pretendido de se evitar a extração do ouro, sendo o único fundamento que, na sua carta apontava, não ser praticável se vedar este descaminho em um país tão largo e tão aberto, contudo não podia ele persuadir que se usasse algum outro tão eficaz

para impedir a dita extração. E para Vossa Majestade poder cobrar os seus reais quintos, como lhe são devidos, e não como lhe são pagos, segundo o que já, em outra ocasião lhe parecera, ainda não tendo a segurança de que as casas da moeda se poderiam com facilidade estabelecer, e que indo a elas todo o ouro das minas, poderão produzir tão exorbitantes rendimentos que sejam equivalentes aos dos mesmos quintos, o que tudo o dito governador assegurava. Porque suposto não deixava de reconhecer a dificuldade e impossibilidade que haveria em se vedar que das minas saia ouro em barra e em pó, havendo casas da moeda no Rio e Bahia, esta lhe parece se faria totalmente se trespassando nas ditas casas para as minas e havendo por perdido todo e qualquer ouro que fora dos distritos delas, e que se acha, não só em o Rio e Bahia, mas neste reino também, acrescentando algumas penas corporais e admitindo-se escavações em segredo e ainda aos mesmos condutores do dito ouro e comissários, e que de pouca quantidade seria o faltarem os emolumentos e senhorios que Vossa Majestade perceba das casas da moeda que, por ora tem, se por outro lado, uma parte com vantajosos excessos os vinha a lucrar, que nem ao negócio acrescia maior caminho, que o das casas de moeda do Rio e Bahia já experimenta. Porque mandando Vossa Majestade pagar nelas aos lavradores seu ouro pelo que toca, tem cessado a utilidade que o comércio experimentava em usar do ouro como gênero, nem da que se seguiria ficarem as minas mais opulentas, porque ter um vassalo cem mil cruzados em moedas, não o faz mais rico do que era quando, pelo seu toque, os tinha em ouro. Nem finalmente este se poderia fixar nas minas sem se reduzir a moeda, porque era certo que aos mineiros não servia, senão para mandarem para fora. E que ninguém ia às minas, com ânimo de se haver de perpetuar nelas, mas sim de se recolher à sua pátria, abundante e aproveitado, ou de lá acudir a sua família e parentes. Que isto lhe representava mais acertado sobre essa matéria e porque esta era a mais importante, que na conjuntura presente, se oferecia sobre ela, com maior acerto interporia o conselho o seu parecer a Vossa Majestade. E quanto a haver sempre nas casas da moeda dinheiro pronto para se pagar sem demora o ouro, aos que a elas o levam, como o governador advertia, lhe parecia muito conveniente e necessário em qualquer parte, que estas se

achassem.

Sendo tudo visto, pareceu ao conselheiro João Pedro de Lemos conformar-se com o que respondeu o provedor da fazenda e com o que vota o conselheiro desembargador José de Carvalho Abreu.

Ao conselheiro e desembargador Manoel Fernandes Varges, lhe parece referir-se, nesse negócio, ao seu voto que deu na consulta que se faz a Vossa Majestade na conta que deu o governador e capitão general das minas, o Conde de Assumar, Dom Pedro de Almeida, sobre a forma que deu a arrecadação dos quintos.

Aos conselheiros doutores João de Souza e Alexandre da Silva Correa, lhes parece representar a Vossa Majestade que, por esta carta do governador das minas se mostram os inconvenientes que há para se executar o que se mandou perguntar. E como Vossa Majestade tem mandado ponderar esta matéria em várias juntas, onde se tem ponderado os meios condizentes para o seu intento, que Vossa Majestade a deve mandar ver pelos ministros com quem se conferiu na junta desse negócio para que, consideradas as circunstâncias e inconvenientes que nele se podem oferecer, se possa tomar a resolução que melhor parecer e for mais conveniente.

Ao conselheiro José Gomes de Azevedo lhe parece dizer a Vossa Majestade que em outra consulta votam que se entende deve obrar neste particular.

Ao conselheiro e desembargador José de Carvalho Abreu lhe parece que o pretender evitar-se totalmente que das minas não haja de se extraviar algum ouro sem ser quintado, é pretender um impossível porque, enquanto nelas houver homens ambiciosos, não faltarão descaminhos, tanto pelo dilatado âmbito em que elas se estendem, como porque os homens práticos do sertão acostumados a vadiá-lo por rumos da agulha, não necessitam de estradas para atravessá-lo e, a cada dia, descobrem novas veredas para fazer suas jornadas com que se poderão desviar daquelas partes donde souberem que serão examinados, e a experiência nos está mostrando que sendo as minas da Índia ocidental mais fáceis de guardar e defender por não serem tão valentes como as do Brasil, e se cansando há tantos anos tantos e tão graves talentos em excogitar meios para o evitar, até agora o

não puderam conseguir, pois sabemos que nesta última frota da Índia se fez em Cádiz uma importante tomada da prata. O referido soberano na sua política, que havendo tirado da Serra do Potosi desde o ano de 1543 em que foi descoberto até o de 1585 cento e onze milhões de pesos ensaiados, que se haviam quintado, não se envergonha de confessar que o que se furtou a este direito seria outra tanta quantia.

Sendo, pois, esta pretensão praticamente impossível, se deve procurar aqueles meios, pelos quais prudentemente se possa obviar grande parte desse dano, já que não pode ser todo, e assim lhe parece poderá conduzir para isto (não parecendo adequado nem justo a Vossa Majestade toda a avença que agora se pratica) mandar pôr nas minas, naquela parte que o governador arbitrar mais proporcionada e conveniente, uma casa de quintos, em que juntamente se lavre moeda, com cunhos não só de moedas a meias, mas de quartos e décimos e, estabelecida, proibir totalmente todo o uso do ouro que não for quintado, assim como é proibido nas Índias de Espanha. Todo aquele que nas minas for achado em poder de mercadores, traficantes, rendeiros, taberneiros e outras pessoas quaisquer, assim eclesiásticas como seculares, que atualmente não minerarem, se tome por perdido, assinando certa parte a quem o denunciar e aos mineiros, tempo distribuído pelo curso do ano, conforme os sítios e distâncias em que minerarem, em que sejam obrigados a vir quintar todo o ouro que tiverem tirado com cominação de que passado, se lhes poderão tomar por perdido e fora das minas, em todos os mais domínios de Vossa Majestade, seja perdido todo o ouro que se achar em pó e sem os cunhos dos quintos, exceto na Índia, o que for dos rios de Serra e China, porque o avanço que os mineiros terão no preço do ouro depois de quintado ou reduzido à moeda, e o temor que assim estes, como os traficantes terão de perdê-lo, os conterà para não o descaminhar.

Não ignora que os gêneros de carroto e que se gastam nas minas, hão de subir de preço, sendo o pagamento feito em moeda de contado, porém este prejuízo, hão de experimentar os moradores delas, ficará compensado e saboreado com o avanço que hão no ouro que meterem na casa da moeda, que agora se lhes dá mil réis, nela lhes poderá chegar a mil e quinhentos. A

ponderação que a moeda de ouro neste reino não está proporcionada com a de prata, por cujo motivo os estrangeiros transportaram toda a de prata aos seus países, não deve servir de obstáculo a esta resolução, porque este dano já não tem remédio, pois ainda que agora se quisesse proporcionar, já eles não a tornariam a restituir, e a experiência nos tem mostrado que o mesmo saque vão dando ao ouro, e se a esta se deu menor valor para efeito de desproporção, mais conveniência lhes fariamos para solicitarem a sua extração. A reflexão que o governador faz de que a condução necessária dos materiais para o lavor da moeda fará grande despesa, se poderá prevenir, ou abraçando o meio que ele aponta, ou ordenando que na recessão do ouro que as partes meterem na casa dela, se tenha atenção a esta despesa, abatendo no valor todo que se arbitrar o equivalente a elas.

E porque não será fácil achar, neste reino todo, os oficiais de que esta casa se comporá, com a brevidade com que a frota partirá, nem delas poderão transportar as minas sem grande despesa da fazenda de Vossa Majestade, a das ditas casas que se acham no Brasil até a Bahia. E sem que menos moeda se lavre, se poderá mandar passar esta às minas, resultando também disto à conveniência de que este arbítrio, quando não produza o efeito desejado, com mais facilidade se pode tornar a restituir a mesma terra donde agora se tirou.

Ao conselheiro Antônio Rodrigues da Costa parece se referir ao voto que deu na consulta que sobe, junto com esta a Vossa Majestade, sobre a nova forma a contribuição e arrecadação dos quintos, que deu o governador das minas. Lisboa Ocidental, 19 de dezembro de 1718. Constam Abreu Azevedo Silva Souza e Vargas Lemos.

Joaquim Miguel Lopes de Lavre

(69) 20-12-1718

Senhor

Por carta de 12 de julho do ano passado, dei conta a Vossa Majestade do motim que fizeram os soldados desta praça, por causa de não lhe não pagarem as fardas, as quais se esperavam do Rio de Janeiro, na forma das ordens de Vossa Majestade, visto não haver neste almoxarife efeitos

com que se pudesse pagar. E não obstante estas razões, se amotinaram, sendo a minha casa o alvo da sua fúria, porque a levaram à escolha com outros desacatos feitos a minha pessoa por razão de meu ofício. Este temerário arrojo não teve demonstração alguma de castigo, mas antes se lhes concedeu perdão em nome de Vossa Majestade, dando-se ocasião, com essa tolerância, a que o façam repetidas vezes, de que dou conta a Vossa Majestade para que seja servido lhe mandar aplicar o remédio que parecer mais conveniente. A real pessoa de Vossa Majestade guarde Deus muitos anos. Santos, 20 de dezembro de 1718 anos.

Timóteo Correa de Góes

(70) 15-03-1719

Senhor

O conde general das minas pretendeu que o contrato dos dízimos destas capitanias se rematasse na cidade de São Paulo e que se lhe pagassem seiscentos mil réis de propina, com o pretexto de ser grande parte destes dízimos das vilas de sua jurisdição, o que eu duvidei fazer, com o fundamento da posse antiqüíssima em que está esta provedoria de arrematar este contrato nesta vila e praça de Santos, onde residem os oficiais da fazenda, onde está o almoxarifado e se recebem as fianças para segurança do dito contrato. E mais, quando da tal inovação, não se podia considerar utilidade alguma à fazenda real, mas sim, alguns inconvenientes, não sendo o menor deles a insuficiência das fianças pela qualidade dos cabedais daqueles moradores, que comumente constam de escravos, que se hoje o são, amanhã podem não o ser. E quanto à propina, lhe respondi que não havia provisão de Vossa Majestade para ser paga, nem parecia conveniente tirar tão grande propina de um contrato de tão tênue substância como é este, em que necessariamente diminuiria no corpo do mesmo contrato toda a importância da propina que se lhe impusesse. E suposto que, com a minha resposta tenha cedido o dito general do seu intento, faço a Vossa Majestade presente às razões que me moveram a não dar cumprimento a sua ordem. A real pessoa de Vossa Majestade guarde Deus muitos anos.

Santos, 15 de Março de 1719 anos.

Timóteo Correa de Góes

(71) 08-05-1719

Senhor

Achou-se que a contribuição das câmaras para o ordenado do ouvidor geral desta comarca importava somente cento e vinte e cinco mil réis, entrando neste cômputo vinte mil réis que pagava a câmara desta vila do rendimento dos subsídios que administrava e, como estes se cobram hoje pela fazenda real, a dita câmara se eximiu de pagá-los com o pretexto de que não tem outros rendimentos de onde possam sair. E assim ficou a dita contribuição em cento e cinco mil réis, que os oficiais da câmara da cidade de São Paulo pagam neste almoxarifado para cada ano o ordenado do dito ouvidor geral, saindo da fazenda real os duzentos e noventa e cinco mil réis que faltam para os quatrocentos que Vossa Majestade foi servido mandar-lhe dar de ordenado. À real pessoa de Vossa Majestade guarde Deus muitos anos. Vila de Santos, 8 de maio de 1719 anos.

Timóteo Correa de Góes

(72) 12-05-1719

Senhor

Os Padres da Companhia do Colégio de São Paulo tiveram sentença contra si na causa sobre o posto do Cubatão, de cuja sentença apelaram para o juízo da Coroa da Casa da Suplicação, de onde recebi a apelação na forma da ordem de Vossa Majestade, de 10 de fevereiro de 1717. E em ambos os efeitos, por me requererem assim e eu entender que não podia negar. E será conveniente que me ordenando Vossa Majestade que esta passagem se arremate pela Fazenda Real, me seja servido mandar declarar qual procedimento terei no caso que não haja lançador à dita passagem. À real pessoa de Vossa Majestade guarde Deus muitos anos. Vila de Santos 12 de maio de 1719 anos.

Timóteo Correa de Góes

(73) 16-05-1719

Senhor

Ao porto desta vila chegou em setembro do ano passado um navio francês com carga de negros, marfim, ferro e cera bruta. E examinada pelo ouvidor geral de São Paulo a causa de sua arribada, se achou ser fingida e afetada porque o seu intento era fazer negócio por estas vilas do sul. Os autos deste exame se remeteram ao governador do Rio de Janeiro para determinar e remetê-los com a relação deste estado e para declarar se tem incorrido na pena da lei, na forma da ordem de Vossa Majestade de 5 de outubro de 1715. E porque nesta averiguação se havia de gastar tempo considerável, e porque os negros, que eram cento e três e cabeças entre grandes e pequenos, além do risco de morrerem estariam fazendo uma despesa notável, ordenou Luis Antônio de Sá Queiroga, o governador desta praça que os ditos negros fossem vendidos em praça, a quem por eles pagasse mais, e que o restante da carga do dito navio se pusesse em depósito até se determinar em relação se incorrem na pena da lei.

Isto assim se executou, vendendo os ditos negros por novecentos e setecentos mil réis, dos quais se deve descontar as despesas feitas com os negros e com o descarregamento do navio, que por estar a nove meses nesse porto, dizem os mestres da ribeira, não está capaz de navegar, por estar o casco passado e podre, sem um concerto de muito grande despesa, de que esta terra não é capaz, por não haver nela os materiais necessários. E será conveniente no caso de se julgar na relação o dito navio e sua carga por perdido para a Fazenda Real, que seja Vossa Majestade servido mandar que, deste dinheiro procedido dos negros, se pague as fardas aos soldados deste presídio, que as devem há três anos, por não chegarem os efeitos que há neste almoxarifado para pagamento das ditas fardas, nem virem do Rio de Janeiro, como Vossa Majestade tinha ordenado. E que o resto do dito dinheiro se aplique na obra da cadeia, tão necessária nesta vila. A real pessoa de Vossa Majestade guarde Deus muitos anos. Vila de Santos, 16 de maio de 1719 anos.

Timóteo Correa de Góes

(74) 30-05-1719

Traslado do auto que mandou fazer o Doutor Mathias da Silva, juiz de fora nesta Vila e Praça de Santos e seu termo, com alçada por Sua Majestade, que Deus guarde, por mim, Antônio Freire Agostinho, escrivão das varas, sobre um açoitador

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e setecentos e dezenove anos. Aos trinta dias do mês de maio do dito ano, nesta Vila e Praça de Santos, em pousadas do Doutor Mathias da Silva, juiz de fora, onde eu, escrivão sobredito e adiante nomeado, fui por ele chamado e sendo aí pelo dito doutor juiz de fora dito a mim escrivão que depusesse, com toda a clareza e distinção, como e de que sorte tinha acontecido o ser eu açoitado dentro do convento de Santo Antônio desta dita vila, o que prometi fazer, na verdade.

E foi o caso na forma seguinte: que sendo a vinte e sete do mês de maio do dito ano, achando eu, escrivão, rondando a vila de noite, topei, fora de horas, a um preto crioulo, por nome Bartolomeu, que se diz ser escravo do padre Frei José de Santa Brígida, guardião do dito convento de Santo Antônio desta vila, e repreendendo eu ao dito crioulo que se recolhesse, respondeu-me que se recolheria quando quisesse e, à vista desta resposta, dei no dito crioulo umas vergastadas e o dito crioulo levantou da mão com um prato que levava e depois se abaixou ao chão a pegar em uma pedra para me atirar.

E logo no outro dia, domingo do Espírito Santo, indo eu à missa, ao dito convento, com o dito doutor juiz de fora, estando ele dentro da igreja, às oito horas da manhã do dito dia do Espírito Santo, chamaram-me ao alpendre do dito convento dois religiosos, por nomes Frei Pedro e Frei Bartolomeu, e pegando-me em mim, recolheram-me para dentro da portaria que logo se fechou, onde estavam seis religiosos. E puxando-me pelos cabelos, levaram-me ao capítulo os ditos dois religiosos com os outros seis, em cuja companhia foram também o dito guardião Frei José de Santa Brígida e o padre Frei Antônio Cubas, o definidor, e sendo eu levado ao capítulo, tiraram-me a casaca e vestia depois de me haverem tirado a espada logo na portaria, e fizeram-me ajoelhar-me à força.

E dizendo eu ao dito padre-guardião que me não fizesse algum desacato, respondeu-me que houvera de fazer e perguntando-me por que dera no dito seu negro, digo no dito seu escravo, lhe respondi que por achá-lo fora de horas, de noite, à vista do que o mesmo padre-guardião me queria disciplinar nas costas, o que fez, por seu mandado, um leigo, dando-me com as disciplinas por três vezes, com força, nas costas, de que me ficaram vergões. Na qual ocasião, chamaram-me de mameluco e bastardo o dito padre-guardião e o dito padre Frei Antônio Cubas e, se era por mandado de alguém, que lhe viesse constar que também nesse alguém houvera de fazer o mesmo e, com isto, me largaram. O que passa, na verdade, eu juro pelo juramento de meu ofício.

Foram testemunhas deste fato Manoel de Sousa Gásio, e Francisco Xavier Pissarro, e outros muitos moradores desta vila. O qual o auto e o mais que dele constam e o que tenho deposto do caso mandou ele dito doutor juiz de fora fazer e em que assinou comigo, Antônio Freire Agostinho, escrivão da vara do alcaide, que o escrevi.

Aos trinta e um dias do mês de maio de mil e setecentos e dezenove anos, nesta Vila e Praça de Santos e casas das moradas do Doutor Mathias da Silva, juiz de fora nesta dita vila, e seu termo com alçada por Sua Majestade, que Deus guarde, aí por ele comigo, tabelião adiante nomeado, foram inquiridas e perguntadas as testemunhas pelo conteúdo no auto atrás, as quais foram chegadas pelo alcaide desta dita vila, Gonçalo Correia, e seus ditos nomes e idades são os que adiante se seguem, de que de tudo fiz este termo de assentada e eu, Pedro Pinto tabelião, o escrevi etc.

Testemunha

Francisco Cardoso Madureira, morador nesta vila e Praça de Santos e nela mercador de loja aberta, de idade que disse ser de cinquenta e dois anos, pouco mais ou menos, testemunha jurada aos santos evangelhos, a quem o doutor juiz de fora deu o juramento, em que pôs sua mão direita e, debaixo dele, prometeu dizer verdade do que soubesse e fosse perguntado. E do costume disse nada.

E perguntado pelo conteúdo, no auto atrás, disse ele, testemunha, que, no dia do caso sucedido, estivera de visita com o padre-guardião

Frei José de Santa Brígida e, despedindo-se dele, vindo para baixo, ele, testemunha, vira vir, da parte da portaria do convento de Santo Antônio desta vila, a um religioso corista, pegando em um homem que era o escrivão da vara dele, dito doutor juiz de fora. E o dito corista com todos os mais religiosos e o mesmo guardião, exceto o padre Frei João de São Boa Ventura e o padre Frei Antônio, por alcunha o barra, e o levaram ao dito escrivão ao capítulo, a que tocaram, vindo o dito corista com a espada do dito escrivão, digo com a espada nua do escrivão na mão, em cuja ocasião ouvira dizer a uns rapazes, que aí se acharam, de que deram no dito escrivão três disciplinadas.

E estando ele, testemunha, na porta da sacristia do dito convento, ouvira falar, em voz alta, ao dito padre-guardião, dizendo ao escrivão, que causa tivera e por que dera muita pancada com um pau no seu negro Bartolomeu na noite antecedente, indo-lhe buscar o que era necessário; e, outrossim ouviu ele, testemunha, dizer, mas não se lembra a quem, que dissera o dito escrivão ao dito padre-guardião que se dera no seu negro fora por lhe mandarem dar e, ao depois, o mesmo escrivão, logo incontinente, retratou-se, dizendo que não dera no dito negro Bartolomeu por mandado de alguém, senão ele mesmo, de seu motivo próprio, à vista do que respondera o padre-guardião, Frei José de Santa Brígida, que se por mandado de alguém tinha dado no seu dito negro que lho viesse contar, e mais não disse e assinou com o dito doutor juiz de fora. E eu, Pedro Pinto tabelião, o escrevi. Silva.

Francisco Cardoso Madureira

Testemunha

Antônio de Campos Maciel, hora estante nesta Vila e Praça de Santos e nela oficial de ourives, de idade que disse ser de quarenta e dois anos, pouco mais ou menos, testemunha jurada aos santos evangelhos, a quem o doutor juiz de fora deu o juramento, em que pôs sua mão direita e, debaixo dele, prometeu dizer verdade do que soubesse e fosse perguntado. E do costume disse nada etc.

E perguntado pelo conteúdo no auto atrás, disse ele, testemunha, que, no dia em que sucedeu o caso mencionado, estivera no convento de

Santo Antônio desta vila e vira mandar o dito padre-guardião chamar o padre-sacristão Frei Inácio que, depois de falar com o seu guardião, dissera o dito sacristão a ele, testemunha, estas palavras, hoje há de suceder neste convento uma diabrura e que se não fosse ele, testemunha, embora. E logo vira ele, testemunha, às oito horas, pouco mais ou menos da manhã, domingo do Espírito Santo, ao padre-guardião Frei José de Santa Brígida estar na portaria do dito convento junto com Frei Pedro e outros coristas, e, logo na primeira porta, ao diante da portaria, estavam outros dois frades, e na porta da sacristia, outros dois, e na porta do capítulo, outros dois.

E pegando os ditos que estavam na portaria em o escrivão da vara dele, dito doutor juiz de fora, que estava na igreja para ouvir missa, levaram-no ao dito seu escrivão, sem espada, a qual levava um frade na mão que ele, testemunha, não conheceu, e levando-o, à força, para dentro do claustro, puxando-lhe pelos cabelos um corista e ajuntando-se os frades todos, que aí estavam. E ao depois, vieram quando se tocou logo a capítulo, levaram-no a ele, onde o dito padre-guardião disse ao dito escrivão o grandessíssimo mameluco e desavergonhado e tem mãos para dar em negros deste convento, ao que respondeu o dito escrivão que se dera no dito seu negro que fora pela noite antecedente andar fora de horas na rua, querer abrir uma janela e entre outras razões.

A que ele, testemunha, não esteve presente, ouviu o estrondo que faziam as disciplinas, por onde julgou que com elas se estavam açoitando o dito escrivão no capítulo e, ao mesmo tempo, ouviu ele, testemunha, dizer, em voz alta, ao dito guardião para o dito escrivão orava se foi por mandado de alguém que deu no negro que lhas tire esse alguém, e ouviu ele, testemunha, dizerem os mesmos frades do convento tinham açoitado ao dito escrivão nas costas para o que lhe tiraram a casaca, e mais não disse e assinou com o dito doutor juiz de fora. E eu, Pedro Pinto, tabelião, o escrevi. Silva.

Antônio de Campos Maciel

Testemunha

Francisco Xavier Pissarro, morador nesta Vila e Praça de Santos e nela homem que vive de seu negócio, de idade que disse ser de trinta anos,

pouco mais ou menos, testemunha jurada aos santos evangelhos, a quem o doutor juiz de fora deu o juramento, em quem pôs sua mão direita e, debaixo dele, prometeu dizer verdade do que soubesse e fosse perguntado. E do costume disse nada etc.

E perguntado pelo conteúdo no auto atrás, disse ele, testemunha, que, no dia que sucedera o caso, estava dentro da igreja de Santo Antônio desta vila, ouvindo missa e, indo para fora, estando no alpendre, vira abrir-se a portaria e sair de dentro dela o escrivão Antônio Freire e dizer Vossas Paternidades não me fizeram isto a mim, senão ao doutor juiz de fora. E, ao depois, no mesmo dia, ouviu ele, testemunha, dizer, não se lembra a quem, que tinham acoitado os frades de Santo Antônio ao dito escrivão, nas costas, com umas disciplinas, três ou quatro vezes, e mais não disse e assinou com o dito doutor juiz de fora. E eu, Pedro Pinto, tabelião, o escrevi. Silva.

Francisco Xavier Pissarro

Testemunha

Estêvão Fernandes Carneiro, morador nesta vila e Praça de Santos e nela homem de negócio, de idade que disse ser de sessenta e um anos, pouco mais ou menos, testemunha jurada aos santos evangelhos, a quem o doutor juiz de fora deu o juramento, em que pôs sua mão direita e, debaixo dele, prometeu dizer verdade do que soubesse e fosse perguntado. E do costume disse nada etc.

E perguntado pelo conteúdo no auto atrás, disse ele, testemunha, que, no dia que aconteceu o caso ao escrivão da vara, achara-se no convento de Santo Antônio desta vila, no claustro, querendo ir para fora e, ao mesmo tempo, topara ele, testemunha, com o dito escrivão e mais dois frades que o levaram, pegando nele, ao capítulo.

E vendo ele, testemunha, isto, subiu para a varanda do convento para ver melhor o caso, pois que debaixo se tinha ajuntado muita gente e indo para cima, chegando à dita varanda, dissera Sebastião de Passos, que ia em companhia dele, testemunha, estando para baixo, dissera o Passos já se acabou e, com isto, se viera ele, testemunha, embora e, antes que ele, testemunha, subissem para cima, vira que embaixo, no capítulo, ao dito

guardião, que tinha ido em companhia do dito escrivão, e perguntando ele, testemunha, depois do caso sucedido, ao mesmo padre-guardião por que razão fizera aquele desacato ao escrivão, respondera-lhe o dito guardião por lhe haver dado em um negro seu muita pancada com um pau, sem haver causa para isso. E perguntando ao mesmo queixoso o dito guardião que causa tivera para dar no dito seu negro, respondera-lhe o escrivão que fora mandado e isto ouvira dizer ao mesmo guardião.

E, outrossim, ouviu ele, testemunha, dizer publicamente, não se lembra a quem, assim a negros como a brancos e a todos desta vila era notório no convento desta dita vila, levaram ao dito escrivão ao capítulo e, lá, lhe deram umas disciplinadas e mais não disse e assinou com o dito doutor juiz de fora. E eu, Pedro Pinto, tabelião, o escrevi. Silva.

Estevão Fernandes Carneiro

Testemunha

Antônio Ferreira de Gamboa, morador nesta vila e Praça de Santos e nela mercador de loja aberta, de idade que disse ser de quarenta e um anos, pouco mais ou menos, testemunha jurada aos santos evangelhos, a quem o doutor juiz de fora deu o juramento, em que pôs sua mão direita e, debaixo dele, prometeu dizer verdade do que soubesse e fosse perguntado. E do costume disse nada etc.

E perguntado pelo conteúdo no auto atrás, disse ele, testemunha, que, estando no mesmo dia do caso sucedido em o convento de Santo Antônio desta vila, dentro no claustro, vira vir o padre-guardião, Frei José de Santa Brígida, descendo de cima em companhia de outro religioso e vieram para a portaria, e, perguntando ele, testemunha, ao dito padre-guardião pela sua melhora, pois estava doente, respondera-lhe que a ocasião assim o permitia e logo vira ele, testemunha, daí a pouco espaço, vir um corista da porta da portaria, pegando no dito escrivão e na sua espada.

E querendo escapar da mão do corista o dito escrivão, acudira o padre-guardião a pegar nele junto com o outro e lhe puxaram pelos cabelos para o terem mais seguro, e disse o dito guardião aos outros religiosos que o levassem o dito escrivão para o capítulo e, logo no mesmo instante, tocaram a ele e se ajuntaram todos os religiosos e, no dito capítulo, ouviu

ele, testemunha, dizer do mesmo padre-guardião aos frades que tirassem ao escrivão a sua casaca fora e, tirando-lha, ficara escrivão em camisa, e mandara o dito guardião a um leigo, Frei Francisco, que desse no dito escrivão umas disciplinadas, duas ou três, muito brandamente, dizendo-lhe que era para o absolver porque estava excomungado por haver dado o dito escrivão em um negro do convento.

E depois de passado tudo isso, e composto o escrivão, dissera-lhe o dito padre-guardião que casta de figura era ele e que era um pedaço de mameluco e por que tinha dado no negro daquele convento, que se tornasse a dar no dito negro ou ter mãos para ele ou para coisas daquele convento que no meio da rua lhe havia de mandar rachar as costas com um pau no dito escrivão, e mais não disse e assinou com o dito doutor juiz de fora. E eu, Pedro Pinto, tabelião, o escrevi. Silva.

Antônio Ferreira de Gamboa

Testemunha

Pedro da Silva Bueno, morador nesta vila e Praça de Santos e nela estudante, de idade que disse ser de dezenove anos, pouco mais ou menos, testemunha jurada aos santos evangelhos, a quem o doutor juiz de fora deu o juramento, em que pôs sua mão direita e, debaixo dele, prometeu dizer verdade do que soubesse e fosse perguntado. E do costume disse nada etc.

E perguntado pelo conteúdo no auto atrás, disse ele, testemunha, que ouvira dizer a Antônio de Campos que um Frei Pedro, religioso, de Santo Antônio desta vila, chamara para dentro da portaria o escrivão Antônio Freire e o recolhera e que, lá dentro, os frades açoitaram ao dito escrivão com umas disciplinas e mais ouviu ele, testemunha, dizer ao mesmo Antônio de Campos que um padre velho do dito convento, nessa ocasião, dissera assim se castigam a mamelucos, e mais não disse e assinou com o dito doutor juiz de fora. Eu Pedro Pinto, tabelião, o escrevi. Silva.

Pedro da Silva Bueno

Testemunha

Manoel Moreira Porto, morador nesta vila e Praça de Santos e nela mestre de ferreiro, de idade que disse ser de vinte e seis anos, pouco mais ou menos, testemunha jurada aos santos evangelhos, a quem o doutor

juiz de fora deu o juramento, em que pôs sua mão direita e, debaixo dele, prometeu dizer verdade do que soubesse e fosse perguntado. E do costume disse nada etc.

E perguntado pelo conteúdo no auto atrás, disse ele, testemunha que, na ocasião do caso sucedido, estava no convento de Santo Antônio desta vila, falando com o padre Frei Domingos Leigo e, vindo para a porta junto à sacristia, ouvira um tropel de religiosos e logo viu, ele, testemunha, três ou quatro religiosos que não lhe sabe os nomes. E vinham da portaria e traziam agarrado ao escrivão, Antônio Freire Agostinho, e um dos ditos religiosos trazia em sua mão a espada do dito escrivão em bainha, e os mesmos religiosos logo levaram ao dito escrivão ao capítulo e, tocando-se logo a ele, dissera o padre-guardião do dito convento, Frei José de Santa Brígida, ao dito escrivão que se conheceria o negro se era do convento e o dito escrivão respondera não o conhecia e, então, dissera o dito padre-guardião que se o dito negro tinha feito algum agravo ao dito escrivão por que o não tinha levado lá.

E mandou o dito padre-guardião ao dito escrivão que tirasse a casaca fora para outro dia conhecesse o negro era do convento e mandou o dito guardião pôr de joelhos ao dito escrivão, mandara-lhe dar duas ou três disciplinas pelas costas por um religioso do dito convento que ele, testemunha, não lhe sabe o nome e, antecedentemente, o dito padre-guardião chamara de mameluco ao dito escrivão, a quem mandou vestir a casaca. Ele disse que viesse contar o dito escrivão a quem lhe tinha mandado dar no seu negro que ele dito guardião tinha feito aquilo a ele dito escrivão. E tudo isto viu ele, testemunha, e mais não disse e assinou com o dito doutor juiz de fora. E eu, Pedro Pinto, tabelião, o escrevi. Mathias da Silva.

Manoel Moreira Porto

Testemunha

Manoel de Mattos Nogueira, morador nesta Vila e Praça de Santos e nela mercador de loja aberta, de idade que disse ser de quarenta e dois anos, pouco mais ou menos, testemunha jurada aos santos evangelhos, a quem o doutor juiz de fora deu o juramento, em que pôs sua mão direita e, debaixo dele, prometeu dizer verdade do que soubesse e fosse perguntado.

E do costume disse nada etc.

E perguntado pelo conteúdo no auto atrás, disse ele, testemunha, que, estando ao tempo do sucedido no claustro do convento de Santo Antônio desta vila, vira vir bastantes religiosos do dito convento e irem para o capítulo, onde, ele, testemunha, ouvira ao padre-guardião perguntar ao dito escrivão por que causa dera no seu negro e com que arma se achara, ao que respondeu o escrivão que com nenhuma e que se dera no seu negro fora mandado e por ter topado ao dito negro em uma noite atrás, tirando uma orupema de uma janela.

E, ao depois, ouvira, cá por fora, a vários amigos e pessoas que, no dito convento, tinham dado umas disciplinadas no dito escrivão, pelas costas, sobre a camisa e acrescentou mais ele, testemunha, ao seu juramento, que vira um corista, nesta mesma ocasião, que lhe parece chamar-se Frei Pedro e foi o que trazia dominado ao dito escrivão e logo atrás dele o dito padre-guardião com mais seis ou sete religiosos, e mais não disse e assinou com o dito doutor juiz de fora. E eu, Pedro Pinto, tabelião, o escrevi.

Manoel de Mattos Nogueira

Testemunha

Manoel de Sousa Gásio, morador nesta vila e Praça de Santos e nela mercador de loja aberta, de idade que disse ser de quarenta e dois anos, pouco mais ou menos, testemunha jurada aos santos evangelhos, a quem o doutor juiz de fora deu o juramento, em que pôs sua mão direita e, debaixo dele, prometeu dizer verdade do que soubesse e fosse perguntado. E do costume disse nada etc.

E perguntado pelo conteúdo no auto atrás, disse ele, testemunha, que, na ocasião do caso sucedido, por estar na igreja de Santo Antônio desta vila, ouvindo missa estar sucedido o caso antecedentemente, indo, ele, testemunha, para dentro do claustro somente vira e ouvira dizer o sobredito padre-guardião ao dito escrivão que não fosse desavergonhado e que viesse contar quem o mandou; o que ele, dito guardião, fizera-lhe pelo dito escrivão ter sido disciplinado nas costas, por cima da camisa.

O que ele, testemunha, ouviu dizer, cá por fora, a muita gente e que um religioso, Frei Pedro, já de missa acabada, fora quem chamara o

dito escrivão à portaria, dizendo-lhe que o chamara o dito padre-guardião, ao que respondeu o dito escrivão que não tinha nada com o padre-guardião, diante disso o dito padre Frei Pedro e outros frades, pegaram no dito escrivão e o levaram para dentro e lhe fizeram o que dito tem, e mais não disse e assinou com o dito doutor juiz de fora. E eu, Pedro Pinto, tabelião, o escrevi.

Manoel de Sousa Gásio

O qual traslado eu, sobredito tabelião, adiante no meado o traslado dos próprios autos que em meu poder e cartório ficam e vão, na verdade, sem coisa que dúvida faça e com este conferi, consertei com o tabelião Antônio Pinto Leitão, no conserto abaixo comigo assinado nesta dita vila aos nove dias do mês de junho de mil e setecentos e dezenove anos. E eu, Pedro Pinto, tabelião, o fiz e escrevi e assinei de meus sinais rasos do que viu que são tais como adiante se seguem etc.

Pedro Pinto

Consertado com os próprios autos originais por mim tabelião.

Pedro Pinto

E comigo tabelião.

Antônio Pinto Leitão

(75) 08-06-1719

Senhor

Com o auto incluso, represento a Vossa Majestade minha queixa, que se dirige a mandar castigar o dito guardião, e mais religiosos cúmplices do convento de Santo Antônio desta vila, por insolências e açoítarem, nas costas, a Antônio Freire Agostinho, escrivão meu, pegando nele e levando-o violentamente para dentro da portaria, puxando-lhe pelos cabelos e descompondo-o de nomes afrontosos, tirando-lhe a espada, casaca, e veste, só em vingança do que informou ao dito guardião Frei José de Santa Brígida um seu escravo, Bartolomeu, em quem o dito escrivão deu umas vergastadas pelo achar de noite, fora de horas, na rua, e mandá-lo recolher, e o dito escravo ser pouco atento ao dito escrivão.

Tudo consta do auto e sumário de testemunhas porque se prova

muito bem este fato. Vossa Majestade mandará o que for servido. Santos, 8 de junho de 1719. Do juiz de fora da Vila de Santos.

Mathias da Silva

Bibliografia

- ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil colônia: um guia para leitura de manuscritos**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 1994.
- ALMEIDA, Antônio Paulino de. “Deterioração da escrita e leitura paleográfica”, **Boletim do Departamento do Arquivo**. V. 10, fev., São Paulo, 1953.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade (Coord.). **Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1644-1830): catálogo 1**. Bauru, São Paulo: Edusc, Fapesp, Imesp, 2000.
- AZEVEDO FILHO, L. A. **Iniciação em Crítica Textual**. Rio de Janeiro, São Paulo, Presença, Edusp, 1987.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. “Glossário das espécies documentais”. In: ARRUDA, José Jobson de Andrade (Coord.) BELLOTTO, Heloísa Liberalli e REIS, Gilson Sérgio Matos (org.) **Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1644-1830): Catálogo 1**. Bauru, EDUSC, 2000.
- BERWANGER, Ana Regina, LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e diplomática**. Santa Maria: UFSM, Centro de Ciências Sociais e Humanas, 1991.
- BISCHOFF, Bernhard. **Latin paleography: antiquity and the middle ages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- CAMBRAIA, César Nardelli, CUNHA, Antônio Gerado da, MEGALE, Heitor. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**. Série Diachronica, 1, São Paulo, Humanitas, 1999.
- CAMBRAIA, César Nardelli, MIRANDA, José Américo. **Crítica Textual: reflexões e práticas**. Belo Horizonte, Núcleo de estudos de Crítica Textual, Faculdade de Letras da UFMG, 2004.
- CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à Crítica Textual**. São Paulo, Martins Fontes, 2005.
- CARLO, Agustín Millares. **Paleografía española: ensayo de una historia de la escritura en España desde el siglo VIII al XVII**. Barcelona, Buenos Aires: Labor, 1929.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, SANTOS, Maria José Azevedo, GOMES, Saul Antonio, MORUJÃO, Maria do Rosário. **Estudos de**

- diplomática portuguesa.** Coimbra, Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001.
- CONTRERAS, Luis Núñez. **Manual de paleografia: fundamentos e historia de la escritura latina hasta el siglo VIII.** Madrid: Editorial Cátedra, 1994.
- COSTA, Avelino de Jesus da. **Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos.** 3. ed. muito melhorada. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Instituto de Paleografia e Diplomática, 1993.
- COSTA, Pe. Avelino Jesus da. **Álbum de paleografia e diplomática portuguesa.** Coimbra, Universidade de Coimbra, 1976.
- DIAS, João José Alves; OLIVEIRA MARQUES, Alexandre Herculano de; RODRIGUES, Teresa F. **Álbum de Paleografia.** Lisboa, Editorial Estampa, 1987.
- DAIN, Alphonse. “Il problema della copia”, in: STUSSI, Alfredo. (a cura di) **La Critica del testo.** Bologna, Il Molino. 1985.
- DONATO, Ernani. **A palavra escrita e sua história,** São Paulo, Melhoramentos, 1951.
- FACHIN, Phablo Marchis. **Descaminhos e dificuldades: leitura de manuscritos do século XVIII.** Goiânia, Fapesp, Trilhas Urbanas, 2008.
- FERREIRA, Tito Lívio. “A paleografia e as suas dificuldades”, **Boletim do Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo.** v. 10, fev., São Paulo, 1953.
- FIGUEIREDO, Manuel de Andrade de. **Nova escola para aprender a ler, escrever, e contar.** Lisboa Occidental: Officina de Bernardo da Costa Carvalho, [s.d.].
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. “Inventários e testamentos como fontes primárias de pesquisa”, **Boletim Histórico e Informativo do Arquivo do Estado de São Paulo.** Vol. 3, n. 2, pg. 53-56, abr. – jun., São Paulo, 1982.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX.** 2 e., São Paulo, UNESP, Arquivo do Estado de São Paulo, 1991.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **A São Paulo dos celerados.** Trópico - Idéias de norte a sul, São Paulo, , v. 1, 22 jan. 2004.

GARCÍA, Elisa Ruiz. La escritura humanística y los tipos gráficos derivados. In: TERRERO, Ángel Riesco (ed.), **Introducción a la paleografía y la diplomática general.** Madrid: Editorial Síntesis, 2000, p. 149-176.

HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita.** São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

HOUAISS, Antônio. **Elementos de Bibliologia.** V. 2, Rio de Janeiro, MEC, INL, 1967.

LEMONS, Carlos A. C. Organização urbana e arquitetura em São Paulo dos tempo coloniais, in: PRADO, Antonio Arnoni (et alii) **História da Cidade de São Paulo: A cidade colonial 1554-1822.** V. 1, p. 145-177, São Paulo, Paz e Terra, 2004.

LIMA, Yêdda Dias. Paleografia. **Apostila do curso sobre paleografia.** São Paulo: IEB, Universidade de São Paulo, 2006.

MAIA, Clarinda de Azevedo. **História do galego-português: estado lingüístico da Galiza e do noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI.** Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

MARCÍLIO, Maria Luíza. **O crescimento demográfico e a evolução agrária paulista: 1700-1836.** São Paulo: Hucitec, EDUSP, 2000.

MARIANA, Manuel Sánchez. **Introducción al libro manuscrito.** Madrid: Editorial Arco Libros, 1995.

MARQUES, Antônio Henriques de Oliveira. “Diplomática”, in: SERRÃO, Joel. **Dicionário de História de Portugal e do Brasil.** V. 2, p. 823-828, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971.

MARQUES, Antônio Henriques de Oliveira. “Paleografia”, in: SERRÃO, Joel. **Dicionário de História de Portugal e do Brasil.** V. 5, p. 292-298, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971.

MARTÍNEZ, Tomás Marín. **Paleografía y diplomática.** Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2002.

MARTINS, Wilson **A palavra escrita.** São Paulo, Anhembi, 1957.

- MEGALE, Heitor. “Pesquisa Filológica: os trabalhos da tradição e os novos trabalhos em língua Portuguesa” in: **Estudos Lingüísticos (Grupo de Estudos Ligüísticos do Estado de São Paulo)**. 27, p. 3-28, São José do Rio Preto, IBILCE, Unesp, 1998.
- MEGALE, Heitor. “Filologia Bandeirante” in: **Itinerários**. 13, p. 11-31, Araraquara, Unesp, 1998.
- MEGALE, Heitor. “Documentos brasileiros do século XVIII para estudo lingüístico” in: **Estudos Lingüísticos (Grupo de Estudos Ligüísticos do Estado de São Paulo)**. 29, p. 309-314, Assis, Faculdade Unesp, 2000.
- MEGALE, Heitor. (org.) **Filologia Bandeirante; Estudos 1**. 29, p. 309-314, São Paulo, Humanitas, 2000.
- MEGALE, Heitor e CAMBRAIA, César Nardelli. “Filologia Portuguesa no Brasil” in: **DELTA Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**. 15, n. especial, p. 1-22, São Paulo, Educ, 2000
- MEGALE, Heitor, TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida, (Org.) **Por minha letra e sinal: documentos do ouro do século XVII**. São Paulo, Ateliê, FAPESP, 2005.
- MEGALE, Heitor. TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida, FERREIRA, ANDREA Hitos e SOUZA, Erica Cristina Camarotto de. “A leitura de manuscritos em Português: documentação do século XVII” in: MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo e GONÇALVES, Maria Filomena (Org.) **Novas Contribuições para o estudo da história e da historiografia da língua portuguesa**. P. 127-158, Araraquara, Unesp, 2007.
- MENDES, Ubirajara. “Evolução das escritas: tipos caligráficos”, **Boletim do Departamento do Arquivo**, v. 10, fev., São Paulo, 1953.
- MENDES, Ubirajara. **Noções de paleografia**. São Paulo, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1953.
- MESGRAVIS, Laima. De bandeirante a fazendeiro in: PRADO, Antonio Arnoni (et alii) **História da Cidade de São Paulo: A cidade colonial 1554-1822**. V. 1, p. 115-143, São Paulo, Paz e Terra, 2004.
- MONTEIRO, John M. Dos campo de Piratiniga ao Morro da Saudade in:

- PRADO, Antonio Arnoni (et alii) **História da Cidade de São Paulo: A cidade colonial 1554-1822**. V. 1, p. 21-67, São Paulo, Paz e Terra, 2004.
- MORAES, Rubens Borba de. **Bibliografia brasileira do período colonial**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, 1969.
- MOURA, Américo de. “Paleografia: definição e generalidades”, **Boletim do Departamento do Arquivo**. V. 10, fev., São Paulo, 1953.
- NESBITT, Alexander. **The history and technique of lettering**. New York: Dover Publications, 1957.
- NISHI, Elisabete Massami. Estudo grafemático de documento do século XIX, in: **CD Estudos Lingüísticos, 30.º Seminário do GEL**. Marília, 2001
- NISHI, Elisabete Massami. Edição de manuscritos brasileiros: estudo do <h> e das nasais, Carta de ordem de viagem do século XVIII, in: **CD Estudos Lingüísticos, 30.º Seminário do GEL**. Marília, UNESP, 2002
- RODRIGUES, José Honório. **As fontes de História do Brasil na Europa**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1950.
- SILVA NETO, Serafim da. **Textos medievais portugueses e seus problemas**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956.
- SILVEIRA, C. D. L. de A. Carta de ordem de viagem do século XVIII, em **CD Estudos Lingüísticos, 30.º Seminário do GEL**. Marília, 2001
- SILVEIRA, C. D. L. de A. O uso das sibilantes em textos militares dos séculos XVIII e XIX, em **CD Estudos Lingüísticos, 30.º Seminário do GEL**, Marília, UNESP, 2002
- SILVEIRA, C. D. L. de A. Documentação do Yguape, em **Filologia e Lingüística Portuguesa**. 5, p. 205-217, São Paulo, FFLCH da USP, 2003
- SILVEIRA, C. D. L. de A. Edição e estudo de uma carta de 1825, em comunicação no 32.º Seminário do GEL, Taubaté, 2003 (inédito).
- SOUSA JÚNIOR, Antônio. “Manuscritos do Brasil nos arquivos de Portugal”, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Militar do Brasil**, n. 49, p 55-72, Rio de Janeiro, 1965.

- SPINA, Segismundo. **Introdução à Edótica**. 2 e., São Paulo, Edusp, Ars Poética, 1994.
- TOLEDO NETO, S. de A. Constituição de corpus de documentação do século XVII, XVIII e XIX (PB-São Paulo), em DUARTE, M. E. e CALLOU, D. (ed.) **Para a História do Português Brasileiro**. V. IV, Rio de Janeiro, 20-02, p. 39-48.
- TOLEDO NETO, S. de A. Uma incursão nas trilhas das bandeiras: edição semidiplomática do testamento de Bartolomeu da Cunha Gago, 1685, comunicação no 51.º Seminário do GEL, Taubaté, Unitau, 2003 (inédito).
- VALENTE, José Augusto Vaz. **Álbum de paleografia portuguesa**. São Paulo, USP, ECA, 1983.
- VALENTE, José Augusto Vaz. **De re paleografica**. Marília, FAFI, 1983.

Os documentos manuscritos, objeto deste livro, dão a conhecer a data e o lugar em que foram escritos, o nome de quem os elaborou e das pessoas envolvidas. Para o pesquisador interessado, são informações que permitem um retrato, o mais fiel possível da língua escrita da época. Salta aos olhos um dos traços fundamentais do conjunto de documentos publicados, a heterogeneidade, característica que se manifesta na convivência de punhos, possivelmente de muitas origens, com diversos graus de habilidade na escrita e detentores de variados hábitos de escrita. Além das características individuais de cada escriba, há que se considerar também as diferentes espécies documentais, públicas ou particulares, elaboradas com base em diferentes modelos e em diferentes contextos. A partir desses fatores, evidencia-se, nos textos que compõem esse corpus, um vasto panorama para os estudos filológicos e linguísticos. Com a cautela exigida, é possível buscarem-se indícios de retenção linguística em traços presentes na variedade padrão ou não-padrão escrita da época, e hoje encontrados, no Brasil, com maior frequência na fala coloquial, mais especificamente de idosos, com baixa escolaridade, criados e radicados em ambiente rural. Pode-se afirmar que o recorte documental reunido constitui-se em conjunto de escritos que pretende retratar, de forma ampla, o estado de língua do período, por meio de edição conservadora.